

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

ELISANGELA SANTOS DE MIRANDA

Capacete na cabeça, pra quê? Um estudo sobre o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu na perspectiva dos guias locais.

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

São Paulo
2017

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

ELISANGELA SANTOS DE MIRANDA

Capacete na cabeça, pra quê? Um estudo sobre o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu na perspectiva dos guias locais.

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção de título de Mestre em Psicologia Social, sob orientação da Prof.^a. Dr.^a. Mary Jane Paris Spink.

São Paulo
2017

Banca Examinadora



Foto: Parque Nacional Cavernas do Peruaçu - Lapa dos Desenhos - Pinturas Rupestres
Fonte: Elisangela Santos de Miranda, 2015.

Dedico esta dissertação aos moradores e guias do Peruaçu por toda colaboração e afeto!

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Professora Doutora Mary Jane Paris Spink, que muito contribuiu para meu amadurecimento como pesquisadora me dando todo o suporte necessário neste tempo de convivência. Você é incrível! Um privilégio tê-la como mentora.

Aos examinadores da banca de qualificação professores Carla Cristina Garcia e Lupicinio Íñiguez-Rueda pelas profícuas contribuições.

Ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) pela oportunidade de realização deste mestrado. Às riquíssimas aulas com o professor Salvador Sandoval; com as professoras Bader Sawaia, Carla Garcia e Maria do Carmo.

À Marlene Camargo, pelo carinho e atenção.

Aos funcionários da biblioteca da PUC-SP, que se empenharam em encontrar exemplares raros (em restauro) sobre meio ambiente no Brasil.

Aos professores da USP Andrey Ariolo e Sandra Patrício Ribeiro, por terem proporcionado importantes reflexões.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de Mestrado no Programa de Pós Graduação em Psicologia Social, o que permitiu a viabilização deste trabalho. Tal política de incentivo é indispensável para a produção de conhecimento.

Minha gratidão especial para Dolores Galindo! Seu apoio foi crucial. Sua disponibilidade e escuta me fortaleceram quando mais precisei.

Aos pesquisadores do Núcleo: Camila Quina, Cintia Freitas, Jonas Souza, José Hercílio Pessoa, Mário Martins, Roberth Tavanti, Simone Borges, Rosa Azevedo, Juliana Camilo, Juliana Meirelles, Juliana Schulze, Sueli Marino e Priscila Mortelaro. Aos que acolheram minhas angústias sempre com generosidade: Georges Moraes, Rafael Furtado, Rubens Espejo (cher ami) e Sandra de Assis.

Às admiráveis autoras e pessoas: Jacqueline Brigadão, Vanda Nascimento e Vera Menegon.

Às comunidades que me encantaram com seus modos de vida: caiçaras da Prainha Branca (Bertioga/SP); quilombolas da comunidade Mumbuca (Jalapão/TO); povo da roça (São Thomé das Letras/MG) e, carinhosamente, aos moradores da periferia (Arraial D'Ajuda e Trancoso/BA). Todos vocês inspiraram este trabalho.

Aos grandes amigos do tarô: Adriana Zeitoun, Lú Paíga, Wilmara Nitz e Zenir Kunz (minha querida amiga e tradutora). São todos especiais, meu destino é melhor com a presença de vocês!

Às amigas do coração Rosane, Gilvanete, Elza, Mary, Raquel e Elaine. Vocês sabem o valor dessa conquista!

Aos amigos com quem posso contar em qualquer momento: Duda Moreira, Sandro Albuquerque e Sérgio Nogueira.

À minha grande parceira de vida: Bárbara de Miranda, minha tão desejada filha.

Hyran Garibaldi pelo amor e companheirismo incontestável!

Minha família sempre presente, Elza minha batalhadora mãe, Lilian a irmã que me alegra só de estar por perto, meu irmão caçula Vitor a quem desejo o melhor e minha amada sobrinha Victória Augusta.

E àquele que foi embora sem dar tchau, me marcando com muitas saudades. Meu irmão Sérgio (*in memoriam*).

MIRANDA, Elisangela Santos de. Capacete na cabeça, pra quê? Um estudo sobre o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu na perspectiva dos guias locais. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2016.

RESUMO

Essa pesquisa parte do debate sobre os possíveis conflitos de interesses entre populações tradicionais e a necessidade de proteção dos recursos naturais em unidades de conservação abertas à visitação turística. Nestes territórios a concepção preservacionista, favorece transformações sociais, que têm como pano de fundo questões fundiárias, bem como expectativas em relação ao turismo. Tomamos como estudo de caso a implantação do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, através da prática profissional dos guias locais, que conduzem os visitantes, buscamos compreender a relação da população local com o parque a partir da visão dos guias. A pesquisa ocorreu no momento inicial em que o parque recebe visitas. No entanto, com um plano de manejo elaborado, em execução e tendo como condutores parte da comunidade local. Para alcançar o objetivo deste estudo foram feitas entrevistas, com os guias locais, a fim de compreender como os mesmos se colocam em relação ao turismo, à conservação ambiental e como apresentam o parque aos visitantes. Também foram realizadas leituras de documentos oficiais e literatura sobre a temática, anotações em diário de campo e conversas no cotidiano durante as visitas ao parque. Orientamo-nos por uma perspectiva construcionista com entendimento da linguagem como prática social. Mais especificamente, como linguagem em ação, ou seja, como práticas discursivas a partir das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam em suas relações no cotidiano.

Palavras-chave: Populações tradicionais; guias locais; Peruaçu; Práticas discursivas; Linguagem em ação.

MIRANDA, Elisangela Santos de. Helmet on the head? What for? A study on the 'Cavernas do Peruaçu National Park' from the local tour guides perspective. Masters in dissertation. Pontifical Catholic University, São Paulo, 2016.

ABSTRACT

This research starts from a debate about a possible conflict of interest between traditional members of the community and need to protect natural resources in conservation units open to visitors. In these territories, the concept of preservation favours social transformations that have as a backdrop the landholding issues, as well as tourism expectations. We took as case study the implantation of the 'Cavernas do Peruaçu National Park', through the professional practice of the local tour guides. We aimed to understand the relationship between the local population with the park from the tour guide's view. The research took place as soon as the park started to receive visitors, we have elaborated a plan conducted by some of the tour guides which were also part of the local community. To achieve the objective of this study, interviews were conducted with the local tour guides to understand how they position themselves in relation to tourism and the environmental conservation, and how they present the park to the visitors. During all visits to the park, we read some of the official local documents, we created a diary to record all notes as well as engaging in conversations with the tour guides. We focused on how to understand the language in the social aspect, we have also focused on natural language. In other words, how discursive practices produce cultural meanings and how people position themselves in their everyday relations.

Keywords: Traditional populations; Local guides; Peruaçu; Discursive practice, Language in action.

TABELAS E IMAGENS

Tabela <i>Corpus</i> da Pesquisa	12
Tabela Unidades de Conservação de Proteção Integral	32
Tabela de Parques Nacionais em território brasileiro	35
Tabela Marcos da Legislação Ambiental no Brasil	56
Tabela Orçamento Global do Plano de DTBC	73
Figura 1 - Localização do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu no mapa do Brasil	01
Figuras 2 e 3 - Localização mapeada Comunidade Fabião I	15
Figura 4 - Mapa do Brasil com parques nacionais	37
Figuras 5 - Entrada do parque	38
Figuras 6 - Tipo de vegetação representativa dos Biomas	39
Figuras 7 - Exemplo de formação geológica	39
Figuras 8 - Exemplo de pinturas rupestres	40
Figura 9 - Exemplo de Sítio Arqueológico	41
Figuras 10 - Obras de Infraestrutura	43
Figura 11 - Passarela instalada	43
Figura 12 - Logotipo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu nas redes sociais	44
Figura 13 – Dolina do Coração, Gruta do Janelão	45
Figura 14 - Exemplo de pintura rupestre sob a ação das intempéries	67
Figura 15 - Exemplo de sítio arqueológico visitado	67
Figura 16 - Divisões das regiões turísticas no território de Minas Gerais	69
Figura 17 - MVSP Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu	72

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APA Área de Proteção Ambiental

CETESB Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental

CONAMA Conselho Nacional de Meio Ambiente

DTBC Desenvolvimento Territorial com Base Conservacionista

ELAPIS Encontro Latino Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social

FIAT Fábrica Italiana de Automóveis de Turim

IBAMA Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MG Minas Gerais

MMA Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal

MPF Ministério Público Federal

MVSP Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu

NEPPDPS Núcleo de Estudos Pesquisa em Práticas Discursivas e Produção de Sentidos

ONG Organização não governamental

PARNA Parque Nacional

PNCP Parque Nacional Cavernas do Peruaçu

PREVFOGO Programa de Prevenção de Incêndios Florestais em Unidades de Conservação

PROCONVE Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores

PUC/SP Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

ROI - Registros de Ocorrência de Incêndios

SAPIS Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social

SEFRAS - Serviço Franciscano de Solidariedade

SNUC Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SUDENE Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UC Unidade de Conservação

WWF World Wildlife Fundation

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	i
Capítulo 1 – Estrutura Narrativa	
1 Objetivos	10
1.1 Objetivo Geral	10
1.1.1 Objetivos Específicos	10
1.2 Procedimentos	10
1.2.1 Modos de vida em áreas de preservação ambiental: aproximações por meio de Revisão Bibliográfica	11
1.2.2 Aproximações etnográficas: relatos de uma visitante	14
1.2.3 Peruaçu: Andanças de uma pesquisadora	20
1.2.4 As entrevistas. Introdução	23
1.2.5 Apresentando nossos interlocutores	23
1.2.6 Estratégias Analíticas	25
1.3 Considerações Éticas	26
Capítulo 2 - Apresentação do Parque	
2.1 Histórico dos parques nacionais	28
2.2 Parques Nacionais no Brasil	30
2.3 O Parque Nacional Cavernas do Peruaçu	37
2.4 O Parque Nacional Cavernas do Peruaçu na mídia	44
2.5 O Parque Nacional Cavernas do Peruaçu na visão dos moradores da Comunidade Fabião I	46
Capítulo 3 - Os sentidos de Natureza em documentos e na visão dos guias locais	
3.1 Política Ambientalista Brasileira	54
3.2 Sentidos atribuídos à natureza	60
3.3 Conservação Ambiental na visão dos guias	63
Capítulo 4 - Turismo	
4.1 Políticas públicas para o Turismo no Parque Nacional Cavernas do Peruaçu	69
4.2 Turismo como fenômeno	75
4.3 Expectativas dos guias locais em relação ao turismo	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93
ANEXO	98

INTRODUÇÃO

Destinos turísticos com paisagens atraentes são, frequentemente, difundidos por revistas especializadas em viagens e propagados como lugares ideais para o lazer, apreciação e descanso. Tive a oportunidade de morar, durante cinco anos, em uma região que era apresentada de tal forma: Arraial D'Ajuda. Uma cidade turística do sul do estado da Bahia. Antes da graduação em Psicologia, no período de 2000 a 2009, atuei em estudos demográficos e socioeconômicos subsidiados pelo Estado e - na época - Organizações Não Governamentais ONG's, o que me pôs em contato com povoados rurais e indígenas. Nessas ocasiões pude me aproximar de pessoas e seus modos de vida, particularmente, imbricados com o território em que estavam estabelecidas. Essas vivências, contribuíram muito na minha decisão de estudar junto às populações tradicionais, sua relação com o turismo e a conservação ambiental. Busco contribuir ao dar visibilidade a este tema no âmbito da Psicologia Social pois, como dito por Peter Spink (2003, p.26), "Investigar é uma forma de relatar o mundo e a pesquisa social é tanto um produto social para relatar quanto um produtor de relatos; uma maneira de contar – e produzir - o mundo".

O Parque Nacional Cavernas do Peruaçu - de que trata esta investigação - é o estudo de caso que escolhi para falar da rede de relações entre população local, conservação ambiental e turismo.

Figura 1 - Localização do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu no mapa do Brasil



Fonte: Elisangela Santos de Miranda 2016

Tomei conhecimento do parque Peruaçu em dezembro de 2013 através de um site de notícias¹. Este anunciava, com entusiasmo, o início das obras de infraestrutura para o turismo. Durante o ano de 2014 iniciei o levantamento bibliográfico. Em 2015, efetivamente, dei início ao estudo quando ingressei no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), onde me vinculei ao Núcleo de Estudos Pesquisa em Práticas Discursivas e Produção de Sentidos (NEPPDPS), coordenado pela Profa. Dra. Mary Jane Spink e obtive o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para realização da pesquisa.

Co-construí minha experiência como pesquisadora junto ao NEPPDPS, principalmente, nas discussões em grupo, onde os aportes teóricos e epistemológicos do Núcleo contribuíram para que esta investigação fosse produzida na dialogia entre pesquisadora e participantes. Para compreender a relação da população local com o parque nacional, foi preciso dar visibilidade aos guias locais que apresentam, narram e mostram o lugar aos visitantes. Eleger os guias como atores que dão solidez à relação população/parque, se deu por conta dos relatos dos moradores locais. Durante o tempo em que estive com eles, apontavam os familiares que trabalhavam ou haviam trabalhado no parque como pessoas que sabiam mais o que me dizer. Entretanto, estive com pessoas que não eram guias oficialmente, mas que tomaram essa posição em seus discursos à medida que me contavam o que conheciam da história do parque. Portanto, guias são os que conduzem, dirigem, mostram o caminho e as coisas importantes que tem nele.

Nas palavras de Mary Jane Spink (2010, p.55) “Estar no campo significa prestar atenção aos inúmeros pequenos incidentes do cotidiano que estão associados ao tema de pesquisa (...). Ser pesquisador é estar em campo o tempo todo; estar atento às coisas que estão acontecendo e que podem trazer pistas valiosas sobre o problema de pesquisa”. Na primeira visita que fiz ao Peruaçu, chegando de ônibus, conheci uma moça que tem família morando próximo à entrada do parque. Sabendo de meu interesse me apresentou sua mãe que me contou um pouco de como tem sido viver ao lado de um parque nacional. A partir de então, como visitante do parque, fui conhecendo e conversando com os moradores que

¹ A referida notícia pode ser encontrada no link:

http://www.wwf.org.br/informacoes/noticias_meio_ambiente_e_natureza/?37162/Parque-Nacional-Cavernas-do-Peruaçu-recebe-infraestrutura-para-o-turismo

encontrava. Estive, especificamente, com integrantes da comunidade do Fabião I que fica na entrada do parque. Através deles, em visita posterior, conversei com moradores que ainda estão dentro da unidade de conservação e outros que moravam em localidades bem próximas. Essas pessoas tiveram uma relação clara com o tema da minha pesquisa, fizeram parte da multiplicidade de fontes de informação obtidas no convívio e que constituem a realidade local. O distrito de Fabião I é um aglomerado de casas esparsas, adjacente ao parque que tornou-se, em 1989, tornou-se área de proteção ambiental (APA), cujo principal objetivo é a conservação das características ambientais locais, onde a ocupação humana é permitida desde que sejam mantidas atividades adequadas à preservação (ICMBio, 2011). Com relação ao número total de pessoas residentes, Samuel de Brito Santos - geógrafo e morador local - em seu trabalho de conclusão de curso e através dos dados do PSF Programa Saúde da Família (2010, p.32) informa que 650 pessoas vivem na comunidade às margens da BR 135 Km 155. O IBAMA (2005) alega que, devido aos longos períodos de seca, homens e mulheres costumam deixar a localidade em busca de emprego nas fazendas, usinas, canavieiras e casas de famílias em outras cidades ou estados. Estes mesmos argumentos constam da pesquisa feita por Santos (ibid., p.42) e informa que a configuração local é de famílias com mais de 5 filhos, sendo pelo menos 1 filho dependente com faixa de renda predominante de até R\$ 200,00, sendo que 25% da amostra pesquisada são sem renda e mais 27% com renda de até R\$ 500,00. Quanto mais se adentra em direção às cabeceiras do Rio Peruaçu, mais precária apresenta-se a situação de infraestrutura (saneamento, atendimento de saúde, educação). Em 2014 a prefeitura de Januária, município do qual a comunidade Fabião I faz parte, publicou um estudo que caracteriza a zona rural através de um cenário fundiário marcado pela desigualdade:

No rural do município grandes fazendas de gado fazem divisas com pequenas glebas de agricultores familiares. Da mesma forma que a terra, a distribuição dos recursos naturais também é desigual, e grandes unidades produtivas situam-se quase sempre, abaixo das nascentes, em áreas de terras férteis, enquanto pequenas unidades familiares e comunitárias se localizam em cabeceiras, terras de gerais e campos, onde o abastecimento é mais crítico, o controle ambiental mais rigoroso e as terras férteis muito restritas. Assim, irregularidade de precipitação, redução de volume e de qualidade da água se associam a circunstâncias em que também a distribuição dos recursos naturais é socialmente desigual. (PREFEITURA MUNICIPAL DE JANUÁRIA, 2014, p.64).

Do mesmo modo, os moradores com os quais convivi, ao falarem do seu cotidiano referiam-se à seca, à migração em busca de trabalho e à necessidade dos programas sociais

de renda para as famílias da região. Outro aspecto citado, foi o fato da severidade da fiscalização ambiental não ser a mesma para os grandes proprietários de terra, na visão dos moradores, e a impunidade é frequente².

Para compreender a relação da população com o parque fiz entrevistas com os moradores locais, a maior parte dos quais atuam como guias do parque. As entrevistas foram enriquecidas por conversas informais que ocorreram na vivência cotidiana com as pessoas, seguindo as estratégias metodológicas desenvolvidas por Mary Jane Spink e Vera Menegon (2013, p.43). Contextos cotidianos possibilitam ricas fontes de informação e ampliam o campo de pesquisa: resulta estar em campo o tempo todo. Trabalhei, também, com os discursos científicos e jurídicos sobre a conservação ambiental e sua intersecção com as populações tradicionais e o turismo na natureza.

No Brasil, as áreas de conservação têm adquirido importância e evidência, sobretudo, pela relação com as populações residentes. Deste modo, com a concepção preservacionista, emergem transformações sociais que têm como pano de fundo questões fundiárias, bem como expectativas em relação ao turismo.

A criação de áreas protegidas no Brasil deriva do modelo norte-americano, cujas ideias preservacionistas, datando do início do século XIX, estavam embasadas em um conjunto de concepções que valorizavam o mundo natural intocado.

De acordo com Antônio Carlos Diegues (1994, p.11) o afastamento dos humanos, tem sido então, a única forma de proteger a natureza. Estando ela resguardada, pode ser admirada e reverenciada como local paradisíaco, para as pessoas refazerem as energias gastas no cotidiano das grandes cidades. Os propósitos da preservação e conservação de tais áreas não se justificam apenas para o usufruto de visitantes. Mas, também há o incentivo para pesquisas científicas (ibid., p.111), dada a quantidade de espécies de animais, plantas, tipos de biomas e extensa biodiversidade a ser estudada. Importante observar que "preservação" e "conservação" são termos que aparecem pareados no discurso sobre natureza. No entanto, supõe definições diferentes que orientam as relações entre seres humanos e natureza, onde a preservação é resguardar e a conservação é manter em bom estado. Como aponta Diegues:

É uma definição histórica dentro dessa visão de isolamento do ser humano em relação à natureza, que se reforçou com teóricos como Muir e Thoreau, nos EUA. O que eles propunham era uma preservação total sem

² Fonte: diário de campo.

nenhum morador nas áreas consideradas protegidas e deixar a natureza funcionar como eles imaginavam que funcionava no início do mundo, o que é um absurdo porque a natureza também muda. Para eles, a natureza tinha sido alterada pela ação humana, então tirando a ação humana, a natureza voltaria a funcionar. Isso é o preservacionismo, é esse que veio para o Brasil. O conservacionismo também tem uma tradição histórica no mesmo período. O engenheiro florestal Gifford Pinchot criou o movimento que dizia que nós podemos usar a natureza de uma forma que hoje é chamada de sustentável. Falava do uso racional no sentido de não destruir a natureza. Então, já nesse debate, em meados do século 19, existia essa ideia da sustentabilidade. E a isso se chamou conservação. A palavra preservar é como congelar, já a conservação, embora existam muitos debates acerca desses temas, implica o uso pela população. Só que tem que ser um uso evidentemente sustentável, que torne a natureza resiliente, que possa superar impactos. (DIEGUES, entrevista concedida à Revista Fórum, 2012)

O decreto que cria o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu traz como objetivo a “proteção”. A palavra proteção aparece, com frequência, associada aos termos preservação e conservação. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que orienta as práticas nas unidades de conservação, define que os parques nacionais tenham regime de proteção integral, ou seja, de cunho preservacionista. Deste modo, apresentaremos o parque a partir de sua diretriz para a preservação, ainda que os termos conservação e proteção ocorram no texto com regularidade.

No levantamento bibliográfico observei o cenário transdisciplinar que versa sobre o fenômeno estudado, estabeleci então uma interlocução com os campos da Geografia, Antropologia, Direito Ambiental e Psicologia Social. Paulo Sérgio Sena (2008), no âmbito das Ciências Sociais, defende a hipótese dos Parques Nacionais serem instrumentos que reproduzem institucionalmente um modelo de conservação da natureza. Portanto, exclui a vida cotidiana da sociedade em seu interior. Havendo uma distância entre responsabilidade ambiental e social que, são declaradas no mesmo discurso, mas pouco materializadas em ações. Por seu turno, Cássio Alexandre da Silva, em pesquisa sobre desenvolvimento social na região do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, observa que é necessário que a ideologia “saia do papel”, dos documentos oficiais da área ambiental. E que se proporcione, concretamente, atividades rentáveis à população visando a valorização cultural. Para isto, são necessárias parcerias entre prefeituras, associações, universidades e outras instituições para criação, por exemplo, de centros culturais que representem os costumes e tradições do *homem sertanejo* que viveu naquele território. Valorizando assim,

a autoestima da coletividade e o orgulho da identidade local (SILVA, 2007, p.127, grifo nosso).

A noção de comunidades nativas é de difícil definição e, segundo Rita Mendonça, cabe à elas modificar ou manter seus padrões de comportamento:

Estas comunidades sejam elas indígenas, caboclas, caiçaras, caipiras ou outras têm, como todos nós, direito a modernizar-se, e modificar seus padrões de comportamento. Isso é uma opção para cada grupo cultural, ou até uma opção individual. E têm também, ou deveriam ter, o direito de manter e reproduzir seus valores culturais tradicionais. Essa é a diferença. O desenvolvimento de centros turísticos, planejados ou não, não tem deixado a possibilidade de estas comunidades conservarem seus valores culturais, quando elas assim o desejam. (MENDONÇA, 2001, p.22)

Isto posto, vemos que o encontro entre populações nomeadas tradicionais, conservação ambiental e turismo é um campo, por vezes, tensionado pela oposição entre tradição e desenvolvimento. Esta é a questão central de nossa pesquisa: **“como se dá a relação da população local com o parque nacional através da visão dos guias?”**.

A escolha do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, como estudo, é relevante justamente por ser este o momento inicial em que o local será aberto à visitação, tendo como guias/condutores parte da comunidade local.

A fim de ampliar o olhar sobre a temática ambiental estive presente em eventos de discussão e formação, foram eles: Três Anos de Código Florestal (realizado pelo Observatório do Código Florestal), Seminário Povos e Comunidades Tradicionais (organizado pelo NIP INANNA - PEPG Psicologia Social e Ciências Sociais da PUC/SP) e o minicurso sobre Justiça Ambiental (realizado pela instituição SEFRAS - Serviço Franciscano de Solidariedade). Também pude assistir, por transmissão ao vivo pela web, a divulgação de pesquisas e debates realizados no VII Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social – SAPIS e II Encontro Latino Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social – ELAPIS, organizados e transmitidos simultaneamente pela UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina. Todos esses encontros trouxeram os mais diversos olhares de representantes de entidades ambientais, setor público, empresarial.

E, especialmente, as populações tradicionais foram mais enfatizadas pelo SEFRAS que é uma organização de assistência social e pelos próprios representantes de povos tradicionais que realizaram o seminário na PUC/SP.

Para alcançar os objetivos propostos, as observações no cotidiano e anotações em diário de campo tiveram papel fundamental como instrumentos de pesquisa, se alinham à

noção de práticas discursivas que estão presentes no cotidiano através das narrativas, argumentações e conversas que atravessam o dia a dia. Práticas discursivas são as diferentes maneiras em que as pessoas, através de seus discursos, dinamicamente produzem realidades psicológicas e sociais. Diferente da noção de construção lógica do pensamento - presente no domínio cognitivo, onde mecanismos e processos têm papel relevante na explicação de comportamentos e realidades³ - a noção de práticas discursivas que orienta este estudo fundamenta-se no pressuposto de que conhecer é dar sentido ao mundo através da linguagem que é entendida como prática social. Portanto, uma ação que produz efeitos e não apenas o uso de palavras e gestos. De acordo com Mary Jane Spink, Benedito Medrado Ricardo Pimentel Mélo:

Sentido é uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas – na dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas – constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta. (2013, p.22)

A análise das práticas discursivas presente nesta pesquisa privilegia os encontros no cotidiano. Considera que aquilo que é aparentemente banal é atravessado por muita coisa além da simples coleta de informações. O uso de conversas como metodologia se pauta na proposta pesquisa *no* cotidiano onde, segundo Mary Jane Spink fazemos parte do fluxo de ações (2007, p.7). Diferente da referência daqueles que pesquisam o cotidiano e marcam assim, a tradicional separação entre pesquisador e seu objeto de pesquisa como critério de neutralidade. Ao pesquisar *no* cotidiano, assumimos a influência da subjetividade de quem pesquisa na própria produção do conhecimento. Deste modo, as interações face-a-face são reconhecidamente atravessadas por materialidades, relações de poder e posicionamentos, num processo dialógico em que são negociadas perspectivas e versões sobre os assuntos e os acontecimentos.

Destacamos, inclusive, que focalizar as conversas no cotidiano não é apenas uma estratégia para favorecer um ambiente espontâneo para entrevistas, mas o entendimento de que a interação social produz discursos e estes, por sua vez, sustentam e são sustentados num contexto mais amplo onde circulam as ideias, num mundo que tem um sentido histórico (Juliana M. de Lima, 2015; Roberth M. Tavanti, 2013; Vera Menegon, 1998).

³ Um dos principais pressupostos na teoria do desenvolvimento cognitivo é de que há uma construção progressiva de uma representação do universo, e o papel das interações é apenas de mediação deste processo. J. Bruner et al. *Studies in cognitive growth*. New York. John Wiley & Sons, (1966).

Não ignoramos as diferenças entre entrevistas e conversas. Porém, na entrevista a centralidade está em entender aquilo que o/a interlocutor/a sabe, diz, pensa e/ou sente em relação a determinado assunto. Assim, defendemos que a entrevista se aproxime de modos informais de interação conversacional. Por isso, propomos entrevistas mais fluídas, com troca e negociação de sentidos, nas quais a interanimação dialógica se faça com o mínimo possível de exercício de poder verticalizado. (Sérgio Seiji Aragaki et.al, 2014, p.65)

É pertinente observar que, ao assumir essa não neutralidade, colocamos em prática os pressupostos construcionistas no que diz respeito à noção de linguagem como ação e, assumimos a crítica sobre as concepções cristalizantes de verdade e realidade. Ao buscar compreender a especificidade do fenômeno que envolve populações tradicionais e a necessidade de proteção dos recursos naturais em unidades de conservação abertas à visitação turística, encontramos um campo de debates onde conhecimentos e saberes são dificilmente conciliáveis. Uma oposição cujo nó górdio⁴ é o modelo de conservação vigente versus as populações afetadas (André Lima e Nurit Bensusan, 2002; Antônio Diegues, 1994; Maurício Torres, 2011; Rinaldo Arruda, 1999).

Deste modo, o referencial teórico-metodológico da vertente construcionista da Psicologia Social nos permite entender que as versões dos fatos são produções humanas contextualizadas na história, e, a produção de conhecimento: é um conjunto de práticas sociais cujas ações influenciam a maneira de viver das pessoas (SPINK. M.J., 1999, 2003). O foco na análise das práticas discursivas nos inclina para o cotidiano das pessoas, nas interações sociais que constituem as versões de realidade.

Nessa perspectiva, o conhecimento científico é considerado como uma das possibilidades e não como a maneira privilegiada de entender os problemas sociais, valorizando o conhecimento do senso comum. Assim, a proposta de ação é de uma ação conjunta, propiciada pelos espaços conversacionais, e realizada na interação social entre pessoas situadas em diferentes posições, e com diversos tipos de conhecimento. (Maria Auxiliadora T. Ribeiro, 2003, p.13)

Focalizamos também a linguagem em uso nos documentos, com atenção aos termos utilizados para falar e descrever determinados fenômenos, ou seja, os repertórios

⁴ Cortar o “nó górdio” é expressão que deriva de um mito grego cuja metáfora é resolver um problema complexo de maneira simples e eficaz. Como já citado, o modelo de unidades de conservação adotado no Brasil, e no Terceiro Mundo em geral, é um dos principais elementos de estratégia para a conservação da natureza. Foi construído no século passado nos Estados Unidos, expandiu-se para outros países e logo consolidando-se como um padrão mundial. Ainda que este modelo possa ser relativamente adequado aos EUA, dada a existência de grandes áreas desabitadas, sua transposição para o Terceiro Mundo mostra-se problemática, pois mesmo as áreas consideradas isoladas ou selvagens abrigam populações humanas (ARRUDA, 1999, p. 6).

linguísticos. Buscamos identificar os repertórios nos tempos: longo, vivido e curto (SPINK, M.J., 1996, 2000; SPINK, M.J. e MEDRADO, 1999). O tempo longo trata das concepções de determinada época e cultura, por exemplo, a preservação ambiental já foi tida como um conjunto de normas para extração dos bens naturais⁵. O tempo vivido é expresso nas narrativas das experiências de cada pessoa ao longo de sua vida. Nossos interlocutores quando falaram do parque trouxeram à memória parentes - alguns até falecidos - e suas infâncias ou quando trabalharam com gado na região. Também expressaram a cerca de um tempo futuro⁶ com a dúvida sobre a chegada de muitas pessoas, de fora, para ver o parque. Já o tempo curto é onde acontecem as interações, os atos de fala, as entrevistas, o bom dia e sua resposta numa conversação, os incidentes. Enfim, os encontros nos espaços comuns.

Desta maneira, o contato com as pessoas que colaboraram com esse estudo foi se dando em pequenas ações que mobilizaram o potencial da rede, por meio de convites, passeios e encontros marcados para as entrevistas e alguns despretensiosos. A fluidez das conversas nos possibilitou entender que as pessoas adotam e assumem posições diferentes. Mais do que falar com guias foi necessariamente a posição de guia nos discursos que se fez presente. Daí então a decisão de através dos guias compreender a relação da população com o parque.

O primeiro capítulo é dedicado aos objetivos, procedimentos e às questões éticas da pesquisa. Trago o contexto, descrevo e justifico a minha decisão de utilizar tais ferramentas de pesquisa. Neste estudo as conversas analisadas são marcadas pela espontaneidade, contudo, estão incluídas no contexto mais abrangente das ideias que circulam na sociedade com suas características sócio históricas. Para ilustrar esse contexto maior, incorporei ao *corpus* da pesquisa os discursos veiculados pelas produções científicas e documentos oficiais sobre a preservação ambiental e populações tradicionais em unidades de conservação abertas às visitas turísticas.

No segundo capítulo trago a história dos parques nacionais na sua origem, modelos, justificativas de criação e finalidades. Discorro brevemente sobre o histórico do cenário brasileiro e apresento o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu em sua versão

⁵ Assim surgiu a necessidade de um Código que normatizasse a exploração das florestas e do solo brasileiro. O primeiro Código Florestal Brasileiro que pode ser conhecido sucintamente através deste link: <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/codigo-florestal/senado-oferece-um-projeto-equilibrado-para-o-novo-codigo-florestal-brasileiro/codigo-florestal-de-1934.aspx>

⁶ Aqui o tempo é referido precisamente como temporalidade, o elemento de análise tempo vivido é literalmente a vivência de cada pessoa.

oficial através de documentos, sites, redes sociais na internet e também da forma como é narrado pelos moradores locais.

No terceiro e quarto capítulo descrevo os temas que emergiram da análise das conversas, conjunto de entrevistas e anotações de diário de campo, respectivamente, versões sobre natureza e turismo relacionadas às vivências de meus interlocutores.

No quinto e último capítulo observo as considerações finais com apontamentos sobre o que propomos inicialmente, buscando responder à pergunta da nossa pesquisa.

CAPÍTULO 1 - ESTRUTURA NARRATIVA

Neste primeiro capítulo apresento os objetivos, os procedimentos adotados e as considerações éticas que pautam o presente estudo. Exponho o caminho que percorri e as decisões metodológicas que foram tomadas de acordo com o que foi vivenciado durante a pesquisa.

1.1 Objetivo Geral

Atualmente, o modelo de conservação em parques nacionais brasileiros exclui a presença de moradores e possibilita a visitação pública através de normas e restrições. Para implementação do parque Peruaçu a população foi retirada, parte permanecendo como guias. A questão principal desta pesquisa é compreender a relação da população local com o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu a partir da visão dos guias.

1.1.1 Objetivos Específicos

1 - Retratar o histórico de parques nacionais que influenciam o modelo de áreas de conservação no Brasil com suas justificativas e finalidades.

2 - Apresentar o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu (PNCP) através da visão dos moradores, da mídia e dos documentos oficiais.

3 - Entender as versões sobre o parque que são consideradas na vivência dos guias locais.

1.2 Procedimentos

Como anunciado na introdução “investigar é uma forma de relatar o mundo”, mas de que maneira? A maneira como fiz aqui se apoia na definição de que o campo não é algo externo a quem investiga. Conceituado por Peter Kevin Spink, o campo-tema é uma complexa rede de sentidos que se juntam em vozes, lugares e momentos diferentes. “O campo para a Psicologia Social, começa quando nós nos vinculamos à temática... o resto é a trajetória que segue esta opção inicial” (Spink, 2003, p.30).

Eu já me vinculava ao tema, como mencionei na introdução, pela minha convivência com comunidades que recebem o turismo no sul da Bahia. O turismo nessas localidades consiste na principal atividade econômica ocasionando, inclusive, fluxos

migratórios de outros municípios por ocasião das altas temporadas. A população local passa a ser apresentada como um atrativo à parte e nas palavras de Renato Ortiz “A indústria do turismo procura vender a brasileiros e estrangeiros a identidade nacional manifestada nas produções populares” (1985, p.140). Muitos destinos turísticos no Brasil já estão consolidados, por isso ao tomar conhecimento sobre o processo de implantação do PNCP considerei ser este um momento privilegiado para entender as mudanças e adaptações nas esferas entre população local, conservação ambiental e visitação turística.

1.2.1 Modos de vida em “áreas de preservação” ambiental: aproximações por meio de Revisão Bibliográfica.

Iniciei então a busca por literatura que trata de populações tradicionais em áreas de preservação ambiental, utilizando para isto publicações indexadas na SciELO Brasil⁷. Utilizei as palavras chave “Peruaçu”, “parques nacionais”, “turismo”, “populações e povos tradicionais”⁸, observando na bibliografia a recorrência dos autores mais citados. Esta estratégia denomina-se bibliografia reticulada e é trabalhada no Núcleo de Estudos Pesquisa em Práticas Discursivas e Produção de Sentidos na PUC-SP. A partir das pesquisas encontradas, selecionei alguns autores que falam sobre o modo de vida das populações e a histórica ocupação de territórios que vem sendo destinados à preservação, entre eles: Antônio Carlos Sant’Ana Diegues e Rinaldo Arruda. Estes autores afirmam que existe uma correlação entre a diversidade das espécies e a diversidade cultural resultante da presença de população nativa há cerca de 300 anos nestas áreas. Ponderam sobre o turismo ser proposto como única saída para essas pessoas. Seguindo pistas na bibliografia utilizada por estes autores encontrei Keith Thomas e John Urry que contribuíram teoricamente na composição do capítulo sobre turismo. O *corpus* principal da pesquisa bibliográfica é detalhado na tabela a seguir:

⁷ Utilizei também a BVS que na busca reportava aos trabalhos indexados na SciELO Brasil.

⁸ Peruaçu, parques nacionais, populações e povos tradicionais têm uma clara intersecção, já o turismo é um elemento implícito nessa relação, não está expresso, mas se deduz do contexto.

Corpus da pesquisa

Tema	Fontes	Autores	Conteúdo estudado
Populações e Povos Tradicionais; Parques Nacionais.	A manutenção da separatividade.	Paulo Sergio de Sena	O autor analisa os gêneros de discurso presentes nos documentos oficiais. O SNUC dá o tom de participação social, mas os parques nacionais refletem um modelo institucional de conservação da natureza que exclui a vida cotidiana da sociedade em seu interior.
Populações e Povos Tradicionais; Turismo.	Turismo de massa e segregação psicossocial em uma comunidade litorânea no Nordeste brasileiro: uma análise a partir da experiência de resistência e submissão das crianças.	Adélia Souto Oliveira	A autora apresenta questões surgidas sobre os efeitos da indústria do turismo de massa e os poucos benefícios trazidos às populações nativas.
Parques Nacionais; Peruaçu; Populações e Povos Tradicionais.	Parque Nacional Cavernas do Peruaçu/PARNA – Januária/Itacarambi - MG - Comunidade do Janelão: as comunidades tradicionais e o impacto da criação da Unidade de Conservação em seu território.	Cássio Alexandre da Silva	O estudo trata do impacto socioambiental causado pela unidade de conservação à comunidade do Janelão. Observa a relação entre territorialidade e ação do Estado tendo o desenvolvimento social como abordagem.
Populações e Povos Tradicionais	O mito moderno da Natureza Intocada.	Antônio Carlos Sant'Ana Diegues.	Trabalho que analisa as relações simbólicas e o imaginário entre o homem e a natureza, enfocando nas áreas naturais protegidas.
Turismo	Ao sul do Rio Grande. Imaginando a América Latina em Seleções: oeste wilderness e fronteira (1942-1838).	Mary Anne Junqueira.	A autora afirma que os territórios latino americanos são vistos pela revista Seleções como “vazios”, “abandonados”, sem a transformação necessária para atingir o progresso e o desenvolvimento, ao contrário do norte-americano que havia “resolvido o problema dos territórios vazios” norte-americanos e dos índios ainda no século XIX.

<i>Corpus da pesquisa</i>			
Tema	Fontes	Autores	Conteúdo estudado
Populações e Povos Tradicionais; Parques Nacionais.	Áreas protegidas e inclusão social.	Martha de Azevedo Irving (Org.).	Reunião de trabalhos que apresentam a década de 1930 como um marco histórico no processo de criação de áreas protegidas na medida em que surgiram os principais dispositivos legais de proteção da natureza.
Populações e Povos Tradicionais; Turismo; Parques Nacionais.	O homem e o mundo natural.	Keith Thomas.	O autor é um historiador que expõe os pressupostos que fundamentaram as percepções, raciocínios e sentimentos dos ingleses frente aos animais, plantas e paisagem física (1500-1800).
Turismo	O Olhar do Turista, lazer e viagens nas sociedades contemporâneas.	John Urry.	O autor é um sociólogo que analisa o turismo além do seu aspecto econômico, apresenta a vinculação do fenômeno com o desejo da mobilidade física, cultural, identitária e social, entre outras.
Populações e Povos Tradicionais	“Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação.	Rinaldo Arruda.	O autor traça o perfil histórico e sociocultural das populações tradicionais e aponta a postura autoritária da política ambiental vigente.

Fonte: Elisangela S. de Miranda, 2016.

Frente ao cenário dos autores que defendem a presença de populações nas UC's, busquei ter contato com a corrente de pensamento oposta: a preservacionista⁹. Esta defende que a área preservada não deve ter a presença de seres humanos, mesmo sendo as comunidades tradicionais. Estive presente no evento de discussão Três Anos de Código Florestal (realizado pelo Observatório do Código Florestal) e acompanhei, por transmissão ao vivo pela web, a divulgação de pesquisas e debates realizados no VII Seminário

⁹ Tendo como seu maior expoente o autor John Muir, naturalista escocês, para ele o natural deve ser mantido intocado, pois prescinde da ação e ocupação humana. Muir, John, *Our National Parks*, Tennessee, Lighting Source, (2008).

Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social – SAPIS e II Encontro Latino Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social – ELAPIS. Estes eventos produziram debates, que tinham em comum a concepção de serem as áreas protegidas imprescindíveis instrumentos para resguardar porções de nosso território ainda conservados, constituindo assim irrepreensível estratégia para a manutenção da biodiversidade e consequente qualidade de vida das pessoas em geral.

Ainda que o espaço acadêmico seja uma fonte fecunda para acessarmos discursos sobre as áreas protegidas, investiguei outros espaços de discussão. Por ocasião do minicurso sobre Justiça Ambiental (realizado pela instituição SEFRAS - Serviço Franciscano de Solidariedade), em janeiro de 2015, me deparei com o argumento de que os mesmos mecanismos de exploração - que causam problemas como pobreza - são os mesmos que destroem o meio ambiente. Segundo Frei Wilson, palestrante local, a justiça ambiental diz respeito ao meio ambiente não apenas em termos de preservação, mas também de distribuição e justiça, ou seja, o cuidado com o espaço do outro, já que o meio ambiente inclui os povos, as comunidades e a justiça é o oposto da ganância, quando promove o resgate da dignidade humana. Posto isto, no âmago da polêmica entre estratégias de preservação e conservação, também são considerados os paradigmas de consumo, a observação de que tudo que consumimos vem de algum lugar e que os recursos são finitos.

Seguindo com a necessidade de entender o processo de construção social dos sentidos atribuídos à temática, assisti ao Seminário Povos e Comunidades Tradicionais (organizado pelo NIP INANNA - PEPG Psicologia Social e Ciências Sociais da PUC/SP) que promoveu o excelente debate com as lideranças: Chico Mandira (Reserva Extrativista Mandira-SP), Vandir Andrade (Quilombo Ivopurunduva-SP) e João Belo (Reserva Extrativista Mazagão - AP). Foi falado sobre o quanto o território é importante para as populações tradicionais no tocante ao pertencimento, identidade cultural e a urgência de se repensar o modelo de preservação que não inclui os povos tradicionais que vivem da terra sem destruí-la.

1.2.2 Aproximações Etnográficas: relatos de uma visitante

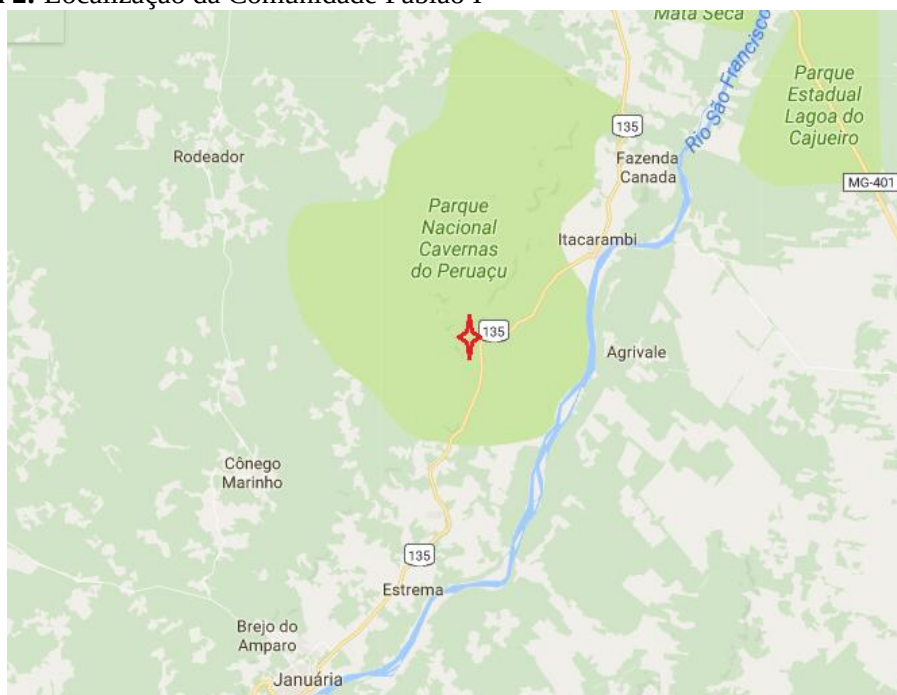
Para contemplar os objetivos específicos da pesquisa, por quase dois meses, estive presente junto à comunidade Fabião I, nos arredores do parque nacional. Estes encontros

ocorreram em dois momentos: inicialmente como visitante do parque; de uma segunda vez hospedada na casa de moradores locais, conversando com as pessoas que ia conhecendo.

Existem outras comunidades como, por exemplo, Várzea Grande, Brejal, Retiro e Fabião II. Todavia, foi visitada a comunidade que - pela proximidade - mais tem contato com os visitantes do parque.

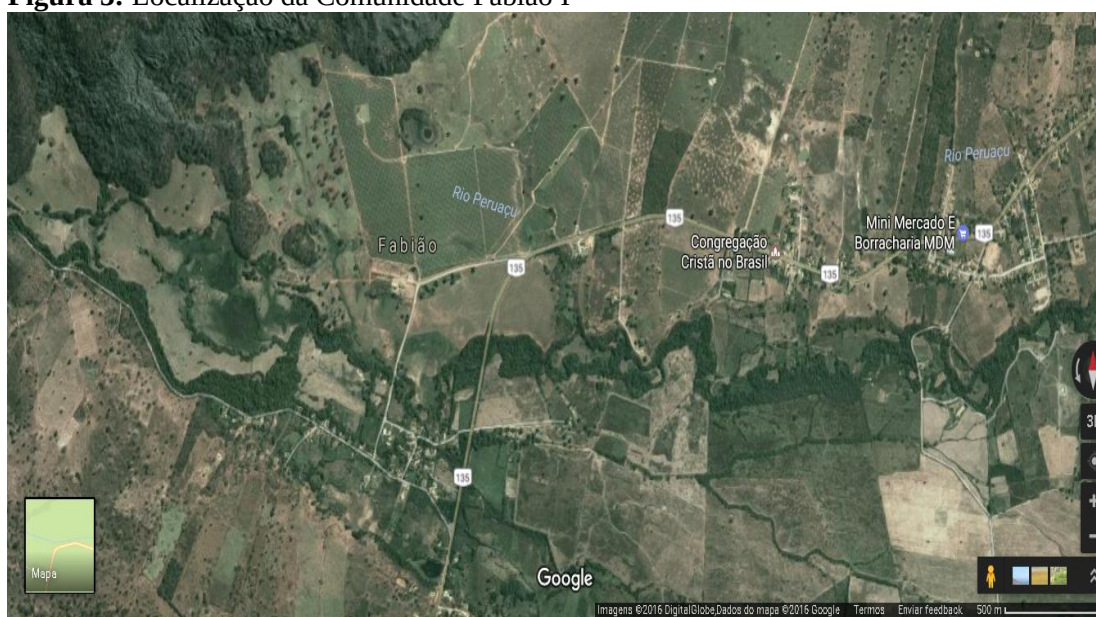
A seguir as figuras 2 e 3 indicam a localização mapeada da comunidade:

Figura 2: Localização da Comunidade Fabião I



Fonte: Google Maps 2016

Figura 3: Localização da Comunidade Fabião I



Fonte: Google Earth 2016

A comunidade Fabião I tornou-se área de proteção ambiental (APA) em 1989. As áreas de proteção ambiental fazem parte do grupo de unidades de conservação de uso sustentável, o conceito que surgiu oficialmente durante mudanças no Código Florestal em 1965 (Glaucus Vinicius Biasetto Ribeiro, 2011, p.3). A seguir a descrição do que é APA:

É uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. É constituída por terras públicas ou privadas, podendo ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma Área de Proteção Ambiental. As condições para a realização de pesquisas científicas e a visitação pública nas áreas sob domínio público serão estabelecidas pelo órgão gestor da unidade, enquanto nas propriedade privadas, cabe ao proprietário estabelecer as condições para pesquisa e visitação pelo público, observadas as exigências e restrições legais. A Área de Proteção Ambiental disporá de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser em regulamento. (Lei Federal Nº 9.985 de 18/07/2000).

Relato aqui, brevemente, o trajeto inicial, na tentativa de ilustrar ao máximo a minha experiência. Para chegar lá tive que ir até Montes Claros/MG; fui de avião em outubro de 2015; um voo rápido de Guarulhos com conexão em Belo Horizonte. Montes Claros é um lugar muito quente, chamou minha atenção no aeroporto um quiosque com sorvetes de frutas do cerrado, doçuras genuinamente brasileiras. Pernoitei em Montes Claros, carinhosamente chamada de Moc pelos moradores. Saí da rodoviária de Moc às cinco e meia da manhã com destino à Januária. O Peruaçu fica numa área que pertence a três municípios: Januária, Itacarambi e São João das Missões, a entrada do parque é pelo município de Januária. As cavernas com pinturas rupestres - grandes atrativos do parque, segundo divulgação nas redes sociais - já é área do município de Itacarambi e o município de São João das Missões é uma parte do parque que tem território indígena da tribo Xacriabá, fica mais afastado dos roteiros das visitas.

Pé na estrada, para me livrar da mochila busco hospedagem e ‘assunto’ na cidade para saber sobre o parque e como chegar lá. Estou em Januária. Perambulei, muito calor, entrei numa lanchonete e perguntei meio que buscando informação turística sobre o Parque do Peruaçu e o dono da lanchonete, prestativo: “*Parque...? Deixa ver... É, tem esse lugar, mas é lá pra aquelas bandas do Peruaçu mesmo, mas não sei dizer, a gente daqui da*

cidade não vai pra esses lugares. A senhora foi ali na secretaria que tem ali na praça da igreja? Vai lá que eles podem informar!”. Sem muita dificuldade encontro a praça da igreja matriz. Eis que atrás da igreja, uma construção antiga e bem alta, encontro a Casa da Memória¹⁰. Entro e parece não ter ninguém; insisto na busca. O assoalho bem limpo, a construção antiga e original, um quê de administração pública pelos cartazes, um corredor. Adentro. À direita uma sala com duas senhoras conversando, peço licença e elas me convidam a entrar. Aqui começa muita história.

Dona Vanda e Dona Vera¹¹, esta última grande defensora da cultura local, fluente contadora de histórias, se dirige a mim e pergunta em que pode me ajudar. Digo que estou a passeio e que vim conhecer o Peruvaçu. Ela olha pra Dona Vanda e diz como que vai fazer pra me ajudar porque lá elas não tem nada desse lugar, nem sabe como ir lá, sei lá se tá pronto já... Ficam inquietas. Eu começo a falar um pouco dos meus motivos, que em breve vou voltar, que quero estudar lá junto à comunidade, que não tenho tanta pressa, que posso esperar, quero conhecer a cidade, os costumes e elas relaxam e começam a me contar um tanto de coisas. Dona Vera me conta de um episódio sobre o nome da cidade de Januária, que é de uma princesa povoadora da região, irmã de Dom Pedro II. Ela me conta que, numa certa ocasião, um historiador da USP contestou essa versão de que essa princesa teria povoado a região, Dona Vera com vergonha, desmentida, voltou à Casa da Memória e o quadro da princesa por acaso estava torto e ela disse que só arrumaria o quadro se a história fosse verdade, que iria atrás e se a princesa não existisse mesmo colocaria o quadro no porão. Pois não é que a princesa existiu! O historiador estava errado. Dona Vera arrumou o quadro e segue me contando mais histórias, como a de Lampião, de que não havia morrido na data que divulgada, mas muito tempo depois. Januária era passagem do cangaço e essa história pode ser confirmada, segundo ela, no livro “Lampião, o Invencível: duas vidas, duas mortes”. Ouvindo-a penso que há tantas histórias além da história documentada, nas palavras de Mary Jane Spink, Benedito Medrado e Ricardo Pimentel Mélo “Porém, é preciso reconhecer que as construções históricas sobre verdades nem sempre geram narrativas hegemônicas. Há muitas versões em circulação que não necessariamente competem entre si (2014, p.23) .”

¹⁰ Uma edificação local antiga que foi a cadeia da cidade e hoje é um centro cultural.

¹¹ A fim de preservar a identidade das pessoas foi feita a troca dos nomes por nomes fictícios inventados pela pesquisadora.

Insisto um pouco mais sobre o Peruaçu e ela me diz que lá é um lugar distante que ninguém de Januária vai ou frequenta.

Dona Vanda já conversa assim “*Vera você lembra desse lugar que ela está falando quando passou no Fantástico aquelas pinturas rupestres mais lindas e falaram em Januária Minas Gerais, gente, eu tomei um susto!*” daí Dona Vanda vira pra mim “*Olhe menina, a gente aqui do lado, nascida aqui não conhecia! Anos aqui e não sabia de nada daquilo. Não é Vera?*” Dona Vera responde se dirigindo a mim “*É, chegamos a ir naquele Parque no Piauí, que tem as pinturas lá da Serra da Capivara, mas as daqui são muito mais bonitas*”. Respondi, “*Sei qual é o que a pesquisadora Niede cuida, sempre aparece na TV*”, “*Esse mesmo, lá tem até show de música nas cavernas*”, Dona Vanda, ainda espantada, diz “*Gente... no Fantástico mostrando tudo e a gente nem sabia... Como pode?!*”

As histórias de Dona Vera encantam e ela lembra de me contar sobre o artesanato do Peruaçu. Houve um evento no Rio de Janeiro onde ela levou as artesãs locais que, embora produzam pouco ainda, foram convidadas, junto a outros artesãos, para um evento sobre folclore do Vale São Francisco. Dona Vera me fala do espanto e alegria delas ao verem no Aeroporto a foto do evento onde aparece sua imagem no banner. Elas expuseram as peças que são cabaças pintadas com os motivos rupestres que remetem à temática dos sítios arqueológicos do Peruaçu. Essa atividade artesanal local, no Peruaçu, ainda é bem incipiente, Dona Vera se aborreceu com o que viu na última vez em que esteve com as artesãs, porque elas usaram aquela tinta xadrez da construção civil pra cor ficar mais forte na peça, isso descaracteriza a produção, era pra usar uma argila que elas usavam antes. Nossa conversa foi esmorecendo, era hora de ir, era hora de elas irem também. Me despedi com desejo de voltar e com convite de casa aberta pra quando quisesse aparecer.

Voltando a circular na cidade perguntei no comércio, na manicure, no moto táxi e há uma dificuldade inicial que se dissipa apenas quando, no dia seguinte, ao comprar a passagem para o ônibus que me levaria bem próximo à entrada do parque, alguém diz conhecer o parque nacional Cavernas do Peruaçu. Já no guichê da empresa de ônibus o funcionário que me atende demonstra familiaridade e entusiasmo pelo lugar, pois foi lá com a turma da faculdade quando fez seu curso na área ambiental. Entre as conversas que tive é a primeira pessoa que conhece o lugar, o próprio motorista conhece a localidade, mas não sabe bem o que é direito.

O desconhecimento do parque nacional pela maior parte das pessoas encontradas em Januária¹² foi notável. Senão, ignorado ou possivelmente não considerado como uma atração para a maioria. Na ânsia de ajudar, as pessoas indicavam outros lugares conhecidos como agradáveis para o lazer na natureza como, por exemplo, o rio Pandeiros que fica nas proximidades. O Peruaçu é lembrado com dificuldade ou reconhecido por um público muito específico ligado aos interesses ambientais. Pensamos que esse dado, por si só, assinala que o parque nacional decretado em 1999 ainda consolida sua visibilidade. Diante disso, decidimos por ressaltar as divisões de sua apresentação: nos documentos oficiais, na mídia/mundo virtual e na experiência tangível, quando apresentado pelos guias.

Sigo então para o Peruaçu. No ônibus muitas pessoas indo para outras cidades. A entrada do parque é mais uma das inúmeras paradas, na comunidade Fabião I. Senta ao meu lado Marlene, uma mulher que viaja com sua filha de 2 anos; vai visitar seus pais. Ela conversa com uma amiga na outra poltrona. Perto de descer eu peço informação e ela também vai para o Fabião I eu digo que vou ficar na casa de Dona Jujú; Marlene me leva até lá. É um lugar onde todo mundo é conhecido entre si.

Ficar na casa de Dona Jujú foi um combinado por e-mail que tive com Sandra, pessoa recomendada pelo ICMBio que é uma autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e é responsável pela gestão do parque.

Dona Jujú mora muito próximo à entrada do parque, no que se chama APA - área de proteção ambiental - ou seja, ali já é território em que ocorre proteção e conservação de paisagens e espécies. Paradoxalmente, não tem coleta de lixo, responsabilidade da prefeitura de Januária, que se justifica por não dar conta da demanda. O ICMBio só tem responsabilidade pela gestão do parque, que é da entrada em diante; não cuida do território da APA. Resta aos moradores queimar e enterrar o lixo, vai me contando Marlene.

Dona Jujú já estava me esperando e se surpreende com Marlene, pois a viu nascer, na verdade, fez o parto dela e pergunta se a gente se conhece. Digo que não, que foi coincidência. Fala que já sabia que eu estava em Januária porque o filho dela é moto taxista e soube que tinha uma mulher de fora perguntando sobre o parque. Uma mulher de São Paulo. Ela me diz *“A mulher de São Paulo que Sandra falou, Elisângela era você”*
“Nossa, Dona Jujú a gente não pode fazer nada errado não é mesmo? Já pensou? Todo

¹² Januária é município que integra a área do parque logo em sua entrada, sendo uma das principais vias de acesso.

mundo sabendo que estava vindo antes mesmo de chegar... ”. Rimos. E entramos, mesa posta com café, bolo, biscoito.

Esta foi minha primeira visita à região e, nas conversas que foram acontecendo, a figura dos guias foi tomando contornos fortes como pessoas que iriam me falar com mais conhecimento sobre o parque, por duas razões: por estarem lá atuando, ou seja, por dentro de tudo o que acontece e por terem sido moradores antigos (ou filhos destes). Portanto, vivenciaram intensamente o processo de implantação do parque. Confesso que inicialmente eu me inclinava mais por conhecer as famílias e os impactos (positivos e negativos) eventualmente sofridos com advento do parque, no entanto, ao estar com as famílias os “guias” foram surgindo como atores cruciais neste processo. Os guias mediam a relação do parque com a população e dão concretude ao parque que é relatado nas redes sociais, nos documentos oficiais, enfim, no imaginário de quem o visita. Cabe o esclarecimento que não foram apenas guias trabalhadores os entrevistados, mas aqueles que se posicionavam como guias em seus discursos. Um morador antigo, uma forasteira que frequenta há vinte anos o local e nos últimos cinco anos lá reside e moradores que não mais guiam, no entanto, contribuíram com o conhecimento produzido aqui.

1.2.3 Peruaçu: andanças de uma pesquisadora.

Na segunda visita ao Fabião I, em maio de 2016, já sabida dos caminhos, consegui chegar direto indo de ônibus do aeroporto, pegando duas conduções. Na entrada do parque não vejo ninguém; rua deserta, mochila pesada... Paro, espero pra ver se passa alguém e aparece um rapaz de bicicleta; cumprimenta e só, segue seu caminho. Algo mudou, tem um cartaz oferecendo passeios guiados. Fui andando e parei um pouco para ajeitar-me com o peso. Onde o ônibus me deixou ficou um pouco longe da comunidade, não conhecia aquele pedaço.

Eis que apareceu Boaventura e me ofereceu ajuda com a mochila. Digo que vou à casa de Daniel e ele me acompanha, já que é um pouco longe pra ir com aquela bagagem. Boaventura me pergunta de cara se vou visitar o parque, conto que é minha segunda vez ali e que vim fazer uma pesquisa com os moradores. Ele se anima, fala que depois vai passar lá no Daniel pra me levar onde eu precisar, pois conhece tudo e todo mundo.

Daniel não está, mas sou recebida por sua irmã Fátima. Fico sabendo que esperavam por mim desde o dia anterior. Explico que o voo atrasou e ela me leva para o quarto que tinha sido arrumado pra mim, falamos ao telefone antes e tínhamos tratado o

preço. Me traz café e cuscuz - cuscuz é comida que gosto - há uma onça de argila na mesinha onde vou comer. Logo Daniel chega, trabalha no postinho de saúde ali perto, exatamente como ele se refere “postinho”.

Fátima é quem mais passa tempo comigo, trazendo comida, café, água e papos longos. Regamos as plantas, conversamos sobre filhos e ela me conta que ali é difícil de emprego, muitos tem que sair pra longe, pra trabalhar.

Procuro pelos guias, de início Daniel me diz que tem mais de 28 atualmente! Saio pela rua e tem uns rapazes que são guias. Mas, ao explicar sobre a entrevista vejo que não se sentem à vontade em responder, pois acreditam não terem nada a dizer, como se tivesse que me dar uma informação certa. Mas aos poucos me dizem que não se sentem ‘prontos’ ainda e que tem os mais experientes, com esses sim, eu deveria conversar. Aos poucos constato que são novos, fizeram o curso de formação recentemente (mal acompanharam visitantes) e ainda tem pouca experiência com o parque mesmo sendo moradores. O parque foi criado em 1999, alguns deles eram bem crianças na época e já cresceram com o Peruaçu como parque nacional.

Conversei com Daniel sobre os guias serem muito novos e ele lembra de Bartira - uma jovem condutora ambiental já ativa no parque, Boaventura retorna e peço para me levar até a casa dela. Bartira mora do outro lado da pista que dá acesso ao parque, uma vicinal. Atravessando uma trilha com trecho de mata, fui chegando e dando oi e ela me recebeu juntamente com sua mãe. De início o contato era assim meio de chofre, talvez pela minha prática como pesquisadora em estudos de mercado que vai se intrometendo nos lugares. O contato ia se dar de uma maneira ou outra, sendo de fora era percebida como uma novidade que em poucos dias se fazia conhecer. Bartira começa a relatar que foram os mais velhos que a incentivaram a ser guia - nas palavras dela condutora¹³. Por ela nem ligava, mas depois que fez o curso de condutora ambiental se motivou muito e passou a ver o parque com outros olhos. Ana, sua mãe, disse que é bom ter o parque porque sua filha nem sabia o que ia fazer após o ensino médio e agora está estudando na área ambiental e vai trabalhar por ali mesmo, sem ter de sair como a maioria dos jovens faz, porque tem quase nada de trabalho no local.

¹³ Os termos guia e condutor (a) ambiental se alternam, no mais das vezes as pessoas falam guia e por ocasião da entrevista, com gravador ligado e ao discorrerem sobre sua atuação profissional, mencionam “condutor ou condutora ambiental”.

Isso é algo que aparece: os jovens saem, os mais velhos têm sua aposentadoria. Há oferta de trabalhos sazonais em colheitas e mineração de carvão fora dali. Ficam de oito meses ao ano longe de casa. Nos relatos indicam que as mulheres ficam, os homens migram e mandam dinheiro para família, para os pais (os solteiros) e os que são casados para as mulheres e até mesmo para as noivas para ir empregando o dinheiro na construção de uma casa, por exemplo.

Fico sabendo dessas coisas no papear e, inclusive, fui convidada para um chá de fraldas. Fátima me leva; cheio de gente. Ela me explica que de uns 2 anos pra cá essa é a nova moda no Fabião! Chá fraldas para quem vai ganhar bebê. Todo mundo dá as fraldas e isso facilita muito porque quando a outra mulher for ter menino sabe que vai ganhar as fraldas também. Vai rodiziando, um jeito de ajudar e ainda tem festa com a comida gostosa do talento de quem faz iguarias variadas de milho, caldo de cana... Bom... Detalhe, os bebês já tinham nascido, gêmeos, mas o que importa é ganhar fraldas e comemorar. Virei a fotógrafa oficial do evento.

A necessidade de trabalho e a lida diária aparece também quando conheço Artêmia, moradora local há 5 anos, frequentou a região antes mesmo de ser parque. Apaixonada pela obra de Guimarães Rosa foi ver/viver de perto o Grande Sertão. No Peruaçu, com seus filhos tem um lar que ela mesma constrói com seus braços fortes aumentando a estrutura de sua morada. Ela me acompanha em visita à casa dos moradores mais antigos (Dona Augusta e Seu Sebastião) que nos aguardando para a entrevista que foi marcada pela manhã. Os laços se estreitam. Enquanto eu converso com Seu Sebastião (antigo morador local), Artêmia e Dona Augusta trocam receitas de cozinha, cuidados com plantas e remédios caseiros; universos se ligam. Seu Sebastião dispõe minérios sobre a mesa retratando tempos idos dos pesquisadores “bandeirantes”¹⁴ que por lá passaram. Hoje a preservação é policiada. O casal lamenta não poder conversar mais na noite cheia de nostalgia e novidades, mas já vai tarde e temos que ir embora. A despedida tem abraços longos.

Assim sucedem os encontros, idas à feira, passeios, com as conversas no cotidiano e as impressões anotadas no diário de campo. No fluxo desses acontecimentos surgem as oito pessoas que elegi para entrevistas individuais, sendo a maior parte delas indicadas.

¹⁴ No sentido que procuravam fósseis, sítios arqueológicos ou minérios valiosos.

1.2.4 As entrevistas. Introdução.

É preciso observar a diferença no trato que recebi de homens e mulheres durante as conversas e entrevistas. As mulheres me proporcionaram uma proximidade bem mais imediata, durante seus afazeres - e em qualquer lugar que estivéssemos - conversávamos. Já com os homens certa cerimônia se dava, um horário era marcado, o local era por vezes a sala da casa ou a varanda e sempre tinha outras pessoas por perto. A historiadora Michelle Perrot (1989, p.15) nos diz que as histórias vividas e narradas pelas mulheres assinalam valores e práticas, consequentes das construções históricas e sociais das relações de gênero. Segundo a autora, a possível particularidade da memória feminina não se justifica pelo discurso biológico, mas pelas representações historicamente construídas.

Portanto, nas entrevistas realizadas, as pessoas se posicionaram de diferentes formas e também posicionaram a entrevistadora de diferentes maneiras. É possível que a pessoa se posicione ou seja posicionada de variadas formas durante uma conversação. Qual versão do “eu” será posicionada, diz sobre onde falamos e para quem direcionamos nossa fala. Trazemos isto apoiando-nos em Bakhtin (1994) cuja concepção de linguagem é social, pressupondo a dialogia das conversações, do estar junto, explicando melhor:

Dialogia é o princípio básico da linguagem. Trata-se de reconhecer que os enunciados estão sempre em interação e diálogo, seja nos textos escritos, verbais ou mesmo nos diálogos que as pessoas travam consigo mesmas. Nesse sentido, qualquer enunciado implica a presença de interlocutores, presentes, passados e futuros, que se materializam nas noções de vozes e de endereçamento. Isso significa que toda linguagem é dialógica e fruto de processos coletivos. Na abordagem de Bakhtin, os conceitos de enunciados e vozes caminham juntos e ambos descrevem o processo de interanimação dialógica que se processa numa conversação. Em outras palavras, os enunciados de uma pessoa estão sempre em contato com, ou são endereçados a, uma ou mais pessoas e essas se interanimam mutuamente, mesmo quando os diálogos são internos. (SPINK, Mary Jane Paris; BRIGADÃO, Jacqueline Isaac Machado; NASCIMENTO, Vanda Lúcia Vitoriano do e CORDEIRO, Mariana Prioli (Org.), 2014, p.325).

1.2.5 Apresentando nossos interlocutores

As pessoas que entrevistei são todas moradoras da comunidade Fabião I. Formam um grupo heterogêneo de seis pessoas, tendo em comum uma forte relação com o parque nacional identificada a partir de suas posições em seus discursos:

- Bartira, fala da posição de primeira guia entre os jovens moradores e entusiasta da educação ambiental. Me posiciona como pesquisadora e sendo solidária ao meu estudo procura me prestar informações.

- Chico Braz, se posiciona como um guia que antecede a chegada do parque. Muitíssimo recomendado por conhecer minuciosamente o Peruaçu há muitos anos sendo ele, inclusive, quem apoiou os técnicos do IBAMA na definição dos roteiros de visitação. Me posiciona como uma visitante que ouve sobre o passado da região, me mostra fotos e me conta causos.
- Daniel, se posiciona no mais das vezes como representante da população tradicional, narrando tempos remotos. É guia bastante atuante, experiente e muito envolvido politicamente. Me posiciona como uma ouvinte especializada, como alguém que está interessada na comunidade, busca me auxiliar me apresentando aos demais moradores.
- João, se posiciona como morador tradicional, vivenciou todo o processo de mudança com a chegada do parque, tendo que sair de lá com sua família. Atualmente é guia regular. Me posiciona como pesquisadora e, também, como alguém com quem tem afinidade.
- Pedro, do mesmo modo que João passou pelas mudanças territoriais e atualmente é guia, dada a timidez me recebe para a entrevista juntamente com João. Me posiciona a todo tempo como pesquisadora, buscando trazer informações que possam auxiliar na pesquisa.
- Serena, filha de Chico Braz, fez sua formação como condutora ambiental principalmente para que as crianças da região pudessem visitá-lo com mais facilidade. Ela é professora no ensino fundamental da rede pública. Portanto, fala do lugar de educadora e me posiciona no lugar de psicóloga que ouve sobre o cenário de exclusão social que vivem as pessoas na região.

Para estruturar as entrevistas elaborei perguntas norteadoras que tinham a função apenas de alinhar o discurso livre aos objetivos do estudo. Com alguma variação foram estas as perguntas:

O que mudou na sua vida, na de sua família e na vida da população local com a implantação do parque nacional Cavernas do Peruaçu?

1. Para ser guia o que você teve que fazer? Como se deu isso?
2. A preservação ambiental que ocorre hoje é diferente daquela que vocês faziam antes do parque? Tem diferenças na relação com a natureza antes e depois do parque?

3. Como você apresenta o parque para os visitantes? O que você valoriza ao mostrar o parque?

1.2.6 Estratégias Analíticas

As conversas no cotidiano, anotações em diário de campo e o uso de mapas dialógicos foram instrumentos basilares nesta pesquisa. Fazem parte dos modos de fazer pesquisa do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Práticas Discursivas e Produção de Sentidos do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Sendo a pesquisa em psicologia social de base construcionista, as conversas no cotidiano são relevantes e têm importante papel na produção de conhecimento. Vera Menegon (2000) aponta a importância das conversas no estudo da produção de sentidos, o trabalho com conversas no cotidiano implica posicionar as pessoas participantes como protagonistas na construção do conhecimento.

Por sua vez, as anotações em diário de campo configuram uma preciosa ferramenta de investigação, que vai além da função de um simples registro, mas principalmente como estratégia de adensamento das análises:

Em algumas de nossas pesquisas os diários constituem-se em anotações que não visam constituir-se em nosso corpus de análise; ou seja, elas podem adensar nossas descrições ou servir de ilustração, dando um cunho pessoal ou um colorido expressivo ao trabalho de pesquisa, sem o compromisso de converter-se em material discursivo a ser exaustivamente analisado. Nessa direção, esses trechos dos diários podem ser, por exemplo, introduzidos como interlúdios entre capítulos ou utilizados como citações com o mesmo estatuto daquelas decorrentes de entrevistas ou autores de suporte. (MEDRADO, Benedito; SPINK, Mary Jane; MÉLLO, Ricardo Pimentel, 2014, p.287)

As entrevistas realizadas foram gravadas, posteriormente transcritas e feita análise temática. Para análise temática foram utilizados mapas dialógicos, recurso que proporciona maior visibilidade às etapas da pesquisa e à dialogia presente nos discursos analisados. Desse modo, ao/à leitor/a é possível a identificação dos passos de análise e a compreensão das interpretações do/a pesquisador/a.

Esse modo de fazer pesquisa possibilita, portanto, a reflexibilidade do/a pesquisador/a, pois é também um posicionamento ético/político dar visibilidade aos procedimentos de pesquisa, à interpretação e à dialogia presente no contexto do trabalho, em que o/a pesquisador/a se posiciona e é posicionado/a. (NASCIMENTO; Vanda Lúcia V. do; TAVANTI, Roberth M. e QUINA, Camila C. P., 2014, p.270)

Como exemplo do mapa:

Entrevista	Natureza	Turismo	Trabalho no parque	Outros
Daniel	E - Vou pedir pra você contar um pouco da tua história, quem é você? Quê que você faz? D - Eu tenho uma história muito grande aqui nessa comunidade. Eu estudei e com grau de dificuldade a gente parou o estudo e depois com vinte e oito ano eu voltei a estudar de novo, me formei em Geografia, e pós graduei em análise e perícia ambiental. E aí com a criação do parque a gente começou a ver novos horizonte, dentro daquilo que eu já tinha de meu conhecimento tradicional como morador tradicional e também o conhecimento geográfico.			
				D - Ela por ser uma comunidade tradicional, também o pessoal que muito religioso, somos duas facções posso dizer assim. Pode se dizer assim, elas colocam o católico e o protestante. E - Quanto tempo começou essa, digamos assim, essa divisão? D - Foi desde quando começou o início da entrada do evangelho. Isso mais ou menos minha mãe ainda era criança, isso já tem uma faixa de oitenta anos já.
	E - E você falou da sua formação em Geografia, foi por causa da possibilidade do parque? Teve alguma influência? D - Sempre eu gostei do meio ambiente, mas houve um envolvimento muito grande com a criação do parque. Eu passei a gostar mais do que que é uma unidade de conservação, o que é o meio ambiente, isso fez com que eu abraçasse mais a causa. Eu gosto de ser condutor.			

A análise proporcionou a identificação de dois temas, também expressos nas conversas informais: Conservação Ambiental e Turismo. Expostos e discutidos nos próximos capítulos, são apresentados em três níveis: relacionados à vivência de nossos interlocutores, retratadas nos documentos oficiais e literatura especializada.

1.3 Considerações Éticas

Em todas as entrevistas realizadas e nas conversas informais, foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - em alguns casos, informado verbalmente. Às pessoas que colaboraram com este trabalho foi garantido o sigilo, sendo seus nomes substituídos, devido ao público local ser eticamente sensível, tendo sido observado o receio

de exposição. Dessa maneira, as entrevistas não serão publicadas na íntegra, sendo evidenciados somente alguns trechos.

Os princípios éticos que regem esta pesquisa são em parte as orientações do Código de Ética em Pesquisa n. 466/2012 que estabelece o respeito pela dignidade humana e pela especial proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos, observando:

- A necessidade de consentimento livre e esclarecido dos interlocutores;
- A comunicação de informações em linguagem clara e acessível, utilizando-se das estratégias mais apropriadas à cultura, faixa etária, condição socioeconômica e autonomia dos participantes;
- A manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes durante todas as fases da pesquisa;
- A garantia de plena liberdade ao participante da pesquisa, de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma;
- A consideração sobre os riscos e benefícios, acatando os possíveis desconfortos e incômodos que possam surgir em virtude dos temas a serem abordados;
- A garantia de que sejam evitados os danos previsíveis.

Além das diretrizes oficiais, a discussão ética foi também pensada a partir do próprio processo de pesquisa, como apresentado por (Spink e Menegon, 2000, p.69) nessa perspectiva, alguns aspectos são imprescindíveis:

- Pensar a pesquisa como uma prática social, adotando uma postura reflexiva em face do que significa produzir conhecimento;
- Garantir a visibilidade dos procedimentos de coleta e análise dos dados;
- Aceitar que a dialogia é intrínseca à relação que se estabelece entre pesquisadores e participantes através dos consentimentos informados, da proteção do anonimato, e do resguardo do uso abusivo do poder na relação entre pesquisador e participantes.

O projeto foi submetido ao e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

CAPÍTULO II - APRESENTAÇÃO DO PARQUE

Retrato neste segundo capítulo a origem dos parques nacionais, seus objetivos e finalidades. Descrevo, brevemente, seus mecanismos de criação e a legislação ambiental brasileira que orienta as práticas ocorridas junto às populações tradicionais, no âmbito da preservação ambiental. Apresento o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu através de documentos, sites e redes sociais na internet e também da forma como é narrado pelos moradores locais.

2.1 Histórico dos Parques Nacionais

Parques nacionais são grandes reservas terrestres e aquáticas destinadas para conservação através dos tempos, voltados para ao desfrute das gerações presentes e futuras. O primeiro parque nacional foi, Yellowstone, criado nos Estados Unidos em 1872, um marco na história de áreas protegidas. As áreas estabelecidas a serem conservadas pelo Poder Público distinguem-se pela rusticidade e beleza panorâmica que têm, sendo classificadas como santuários para conservação indefinida das paisagens. (BOLIM, 1960, p.13).

Há normas e princípios aplicáveis à conservação de tais áreas, por exemplo:

- A classificação do parque como nacional justifica-se pelo território reunir atributos naturais que se sobressaíam em relação às demais áreas da federação.
- As zonas demarcadas devem ser amplas para o esperado desenvolvimento da fauna e flora e eficiente defesa e preservação dos recursos naturais¹⁵.
- Para além dos interesses das gerações presentes e futuras a criação dos parques nacionais dispõe que o Estado honre os interesses científicos e esses, por sua vez, contribuam com seus estudos para conservação.

¹⁵ O modelo norte americano de criação de parques determina a delimitação de grandes áreas a serem preservadas, excluindo qualquer ocupação humana. Rinaldo Arruda em seu artigo “*Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação*” nos ajuda a entender a realidade territorial brasileira neste contexto de preservação ambiental. Basicamente a exploração intensiva do período colonial promoveu a migração e o adensamento populacional e, a medida que os recursos eram esgotados, territórios eram abandonados restando núcleos populacionais isolados e dispersos, que tiveram grande influência indígena nas formas de sociabilidade e produção. Mesmo que estas populações tragam um modo de vida tradicionalmente mais harmonioso com o ambiente, não vem sendo consideradas como contribuidoras na elaboração das políticas públicas regionais, o autor ressalta “(...) foram as primeiras a serem atingidas pela destruição do ambiente e as últimas a se beneficiarem das políticas de conservação ambiental” (Revista Ambiente & Sociedade - Ano II - No 5 - 2o Semestre de 1999, p.83)

- Os parques são cuidados como museus vivos de forma que as visitas não produzam alterações no cenário básico que os configura.
- Nos Estados Unidos a regra é suprimir propriedades particulares no interior desses territórios preservados. Para isso, o Estado adquire as propriedades privadas que existam dentro das Reservas.
- O caráter selvagem de algumas áreas faz com que essas sejam acessíveis apenas por meio de trilhas.
- As estradas de acesso têm extensão mínima para facilitar ao público o ingresso às zonas principais.
- Determinadas atividades (corte de árvores, pastoreio, caça, mineração, represamento de águas e etc.) são consideradas destrutivas e são combatidas por meio de fiscalização e penalidades (multas). Por mais insignificante que pareça, qualquer alteração da paisagem e ameaça às espécies ferem os princípios de preservação e conservação instituídos legalmente.
- Atividades que não a contemplação são inadequadas.
- O princípio educativo é de grande importância para estimular os visitantes à compreensão adequada das qualidades de um parque nacional.
- As edificações necessárias à administração e prestação de serviços são construídas com linhas arquitetônicas que se equilibram, harmoniosamente, ao meio ambiente (sendo mais um esforço para a não alteração da paisagem)¹⁶.
- É possível a concessão a particulares que ofereçam serviços indispensáveis aos visitantes desde que suas instalações e atividades sejam afastadas dos principais locais de visita.
- Os princípios citados aplicam-se também à conservação de sítios arqueológicos e restos de civilizações indígenas primitivas¹⁷, de acordo com BOLIM (ibid., pp.14-20).

¹⁶ Em nosso contato com a população que mora atualmente no entorno do parque nos foi dito que havia uma casa que serviria de estrutura receptiva aos visitantes: a referida casa não foi demolida mas bem modificada, segundo a população, suas características originais foram completamente adulteradas *“tiraram uma porta de madeira muito boa, centenária, mudaram a construção original, restou apenas uma parede a partir da qual fizeram toda uma alvenaria em volta. A casa era forte...”* (fonte Diário de Campo maio/2015)

¹⁷ No Brasil essa regra está prevista no Cap. 2, art. 3.º, inciso VII do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) *“proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural”* e no decreto de criação do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu há o destaque para a proteção dos patrimônios geológico e arqueológico.

2.2 Parques nacionais no Brasil

O primeiro parque nacional do Brasil foi criado em 14 de junho de 1937. Trata-se do Parque Nacional do Itatiaia que abrange municípios de dois estados: Itatiaia e Resende no estado do Rio de Janeiro e, Bocaina de Minas e Itamonte em Minas Gerais. Originalmente¹⁸, as terras da reserva pertenceram a Visconde de Mauá, mas foram adquiridas em 1908, pela Fazenda Federal. Em 1929, a reserva passou a ser de responsabilidade do Ministério da Agricultura transformando Itatiaia numa Estação Biológica subordinada ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Em 1913, o botânico Alberto Loefgren sugeriu que tais terras virassem Parque Nacional. Nesse mesmo ano, o naturalista José Hubmay declarou apoio à causa, após definir a região como “sem igual no mundo” durante a Conferência da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. “Preservar para fins científicos, educacionais, paisagísticos e recreativos o seu patrimônio natural cultural”; afirma o decreto de criação do Parque Nacional do Itatiaia assinado, anos mais tarde, em 14 de junho de 1937, pelo Presidente Getúlio Vargas, que circunscreve uma área de 12 mil hectares da região de Itatiaia como Parque Nacional. Consta do texto original do Decreto as principais motivações de criação do Parque:

Considerando que, por essas circunstâncias, a região em que está localizada a referida Estação Biológica, deve ser transformada em Parque Nacional, para que possa ficar perpetuamente conservada no seu aspecto primitivo e atender às necessidades de ordem científicas decorrentes das ditas circunstâncias (...) Considerando que, além das suas finalidades de caráter científico, é preciso atender também às de ordem turística, que se apresentam em condições de fazer do Parque um centro de atração para viajantes, assim nacionais como estrangeiros. (DECRETO N. 1.713 – DE 14 DE JUNHO DE 1937).

Os parques nacionais no Brasil, seguindo o modelo norte-americano, têm como objetivo básico a preservação de ecossistemas¹⁹ naturais de grande beleza cênica e importância ecológica. São territórios que possibilitam a realização de pesquisas científicas, o desenvolvimento de educação e interpretação ambiental, de lazer em contato com a natureza e de turismo ecológico.

¹⁸ Informações obtidas em

http://ambientes.ambientebrasil.com.br/unidades_de_conservacao/artigos_ucs/parque_nacional_do_itatiaia.html acesso em 28/11/2015

¹⁹ Modelo universalmente reconhecido, o termo *ecossistema* foi cunhado pela primeira vez em 1935 pelo naturalista britânico Alfred George Tansley que formulou uma nova forma de entender a natureza como um sistema integrado entre seus elementos (FATHEUER, 2014).

Para a preservação ambiental tem papel crucial o Sistema Nacional das Unidades de Conservação - SNUC, que regulamenta a criação e a gestão das unidades de conservação em território nacional. De acordo com a Constituição Federal Brasileira (artigo 225, parágrafo 1º, inciso III) é atribuição do poder público (federal, estadual e municipal) definir espaços territoriais a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.

A lei federal 9.985/2000 que aprovou o SNUC sistematiza um conjunto de leis e regulamentos que instituem os referidos espaços especialmente protegidos, impõe critérios e normas para a criação e gestão de áreas de conservação, que incluem quaisquer espaços territoriais e seus recursos ambientais que tenham características naturais relevantes. Doravante, tais áreas têm seus objetivos e limites de conservação definidos, estando sob regime especial de administração onde garantias adequadas de proteção são aplicadas. O SNUC é uma das principais ferramentas legais que oferece a possibilidade de cumprir o estabelecido pelo artigo 225 da Constituição Federal Brasileira. É resultado de um intrincado processo de elaboração que durou mais de dez anos e buscou conciliar interesses e visões diferentes entre ambientalistas, instituições e órgãos públicos (ISA, 2014).

Recentemente, em setembro de 2015, por ocasião do VIII Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação realizado em Curitiba, foram apresentados estudos técnicos de grupos de trabalho sobre as unidades de conservação. Entre eles o estudo de Nathalia Santos e Cecília Vilhena (integrantes do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais). As autoras afirmam que, como forma de aprimorar a gestão deste modelo de conservação, a proteção legal de tais áreas pode ser considerada estratégia efetiva na garantia de manutenção dos recursos naturais. Além disso, oferecer benefícios à sociedade como: a regulação climática, proteção de mananciais e outros elementos passíveis de proteção, além das oportunidades de lazer e ecoturismo. Acreditam, inclusive, que a participação do setor privado é alternativa para potencializar e desenvolver economicamente as unidades de conservação (SANTOS e VILHENA, 2015, p.6).

Porém, áreas protegidas têm como conflitos de interesses a presença e ocupação humana, Antônio Carlos Sant'Ana Diegues (1994) aponta que o SNUC não contém nenhum objetivo relacionado à proteção da diversidade cultural das populações que vivem dentro das unidades de conservação e em seus arredores.

Do mesmo modo, os apontamentos de Nurit Bensusan (2006, p.51) sobre as áreas protegidas dizem serem estas, atualmente, o principal mecanismo para a conservação da biodiversidade, com a proteção de ecossistemas. Lembra que, originalmente, a motivação para criação dessas áreas era exclusivamente como forma de proteger um local com grande beleza cênica do processo acelerado de urbanização e consequente exploração econômica.

O Parque Nacional é uma das cinco categorias de unidades de conservação com proteção integral como vemos a seguir:

Unidades de Conservação de Proteção Integral	
Categorias	Objetivos
Estação Ecológica	Preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas. É de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas. Nessas unidades, é proibida a visitação pública, exceto quando com objetivo educacional, de acordo com o que dispuser o Plano de Manejo da unidade ou regulamento específico, e a pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas. Nas Estações Ecológicas são permitidas alterações dos ecossistemas no caso de: a) medidas que visem à restauração de ecossistemas modificados; b) manejo de espécies com o fim de preservar a diversidade biológica; c) coleta de componentes dos ecossistemas com finalidades científicas; e d) pesquisas científicas cujo impacto sobre o ambiente seja maior do que aquele causado pela simples observação ou pela coleta controlada de componentes dos ecossistemas, em uma área correspondente a no máximo três por cento da extensão total da unidade e até o limite de um mil e quinhentos hectares.
Reserva Biológica	Preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais. É de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas. Nas Reservas Biológicas é proibida a visitação pública, exceto aquela com objetivo educacional e a pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas.
Parque Nacional	Tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. É de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas. A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade e às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua

	administração. A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas.
Monumento Natural	Tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica. Pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários. A visitação pública está sujeita às condições e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade e às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração.
Refúgio da Vida Silvestre	Tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória. Pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários. A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade e às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração e a pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas.

Fonte: <https://uc.socioambiental.org/o-snuc/categorias-de-ucs>

Para que um parque nacional seja criado é feita uma consulta pública. O órgão que quer criar a unidade ouve a opinião das populações e instituições que vivem ou atuam na região. A administração dos Parques Nacionais no Brasil é responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio²⁰. As regras são definidas através do plano de manejo - documento que descreve a área do PARNA e sua zona de amortecimento - ou seja, o entorno que poderá ter população residente com regras ambientais. Inclui principalmente medidas sobre o manejo dos recursos naturais e o seu zoneamento.

Caso exista população residente dentro da área do parque, as terras são desapropriadas e indenizadas, mas apenas as que possuírem titulação, sendo prevista avaliação e indenização de benfeitorias. A regularização fundiária é definida por Instrução Normativa do ICMBio e a indenização será calculada visando o preço global de mercado do imóvel. Incluindo todas as benfeitorias nele existentes. Propriedades sem escritura têm

²⁰ ICMBio é uma autarquia em regime especial, uma entidade autônoma, auxiliar e descentralizada da administração pública, porém fiscalizada e tutelada pelo Estado, com patrimônio formado com recursos próprios, cuja finalidade é executar serviços que interessam a coletividade ou de natureza estatal. Vinculado ao ministério do meio ambiente o instituto foi criado pela Lei nº11,516/2007 : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11516.htm

direito apenas à indenização de benfeitorias (IN/ICMBio/Nº 02/2009, p.21). Dentre os benefícios esperados com a criação de um parque estão:

- Preservação dos ecossistemas frágeis, atualmente sujeitos a fortes pressões de degradação;
- Manutenção e gestão dos atrativos turísticos da área, de modo a garantir sua existência para as atuais e futuras gerações, gerando riqueza sem destruir a sua fonte;
- Garantia de sobrevivência da flora dos campos sobre cangas (ecossistema específico, uma savana adaptada ao solo rico em ferro e possui flora e fauna típicos), conjunto de espécies altamente ameaçadas, principalmente pela atividade de mineração;
- Preservação dos importantíssimos recursos hídricos, que dependem da integridade do geossistema;
- Conservação da beleza das paisagens da região.

Desde a criação do primeiro parque nacional brasileiro, outros 71 foram instaurados, conforme vemos na tabela que segue:

PARQUES NACIONAIS EM TERRITÓRIO BRASILEIRO			
Parques Nacionais	Área(ha)	Ano de Criação	Situação Fundiária Regularizada (%) da área
Itatiaia	30.000	1937	33
Serra dos Órgãos	20.024	1939	30
Aparados da Serra	10.250	1959	58
Araguaia	557.714	1959	80
Ubajara	6.851	1959	100
Brasília (PARNA)	42.389	1961	88
Caparaó	31.853	1961	23
Chapada dos Veadeiros	65.514	1961	18
Emas (PARNA)	131.864	1961	92
Monte Pascoal (Parque Nacional e Histórico)	22.500	1961	100
São Joaquim	49.300	1961	10
Sete Cidades	7.700	1961	100
Tijuca (PARNA)	3.200	1961	78
Serra da Bocaina	100.000	1971	8
Serra da Canastra	200.000	1972	100
Amazônia	1.070.737	1974	75
Pacaás Novos	764.801	1979	100
Pico da Neblina	2.200.000	1979	95
Serra da Capivara	100.000	1979	100
Cabo Orange	619.000	1980	92
Jaú	2.272.000	1980	98
Anavilhanas	350.018	1981	100
Lençóis Maranhenses	155.000	1981	100
Pantanal Mato-Grossense	135.000	1981	100
Marinho dos Abrolhos	88.249	1983	100
Serra do Cipó	33.800	1984	46
Chapada Diamantina	152.000	1985	0
Lagoa do Peixe (PARNA)	34.400	1986	12
Marinho de Fernando de Noronha	11.270	1988	100
Chapada dos Guimarães	33.000	1989	15
Grande Sertão Veredas	231.000	1989	7
Monte Roraima	116.000	1989	100
Serra do Divisor	846.633	1989	63
Superagui	33.928	1989	0
Serra Geral (PARNA)	17.300	1992	0
Ilha Grande (PARNA)	108.166	1997	60
Restinga de Jurubatiba	14.860	1998	0

PARQUES NACIONAIS EM TERRITÓRIO BRASILEIRO			
Parques Nacionais	Área(ha)	Ano de Criação	Situação Fundiária Regularizada (%) da área
Serra da Mocidade	350.960	1998	100
Viruí	227.011	1998	100
Cavernas do Peruaçu (PARNA)	56.800	1999	100
Descobrimento	22.693	1999	0
Pau Brasil	18.934	1999	0
Serra das Confusões	823.435	1999	98
Serra da Bodoquena	76.481	2000	0
Saint-Hilaire/Lange	25.000	2001	100
Serra da Cutia	283.612	2001	0
Catimbau	62.300	2002	em processo
Jericoacoara	8.850	2002	em processo
Montanhas do Tumucumaque	3.867.000	2002	em processo
Nascentes do Rio Parnaíba	749.848	2002	em processo
Sempre-Vivas	124.000	2002	em processo
Serra do Itajaí	57.374	2004	em processo
Araucárias	12.841	2005	em processo
Chapada das Mesas	160.046	2005	em processo
Serra de Itabaiana	8.030	2005	em processo
Serra do Pardo	445.392	2005	em processo
Campos Amazônicos	961.320	2006	em processo
Campos Gerais	21.286	2006	em processo
Jamanxim	859.722	2006	em processo
Juruena	1.957.000	2006	em processo
Rio Novo	537.757	2006	em processo
Mapinguari	1.744.852	2008	em processo
Nascentes do Lago Jari	812.141	2008	em processo
Alto Cariri	19.264	2010	em processo
Boa Nova	12.065	2010	em processo
Serra das Lontras	12.000	2010	em processo
Furna Feia	8.494	2012	em processo
Marinho das Ilhas dos Currais	1.360	2013	100
Guaricana	49.300	2014	em processo
Serra do Gandarela	31.284	2014	em processo
Acari	896.407	2016	em processo

Fonte: Elisangela S. de Miranda, 2015.

Figura 4: Mapa do Brasil com principais parques nacionais



Fonte: <https://pt.dreamstime.com/ilustrao-stock-mapa-do-parque-nacional-de-brasil-image58926310>

2.3 O Parque Nacional Cavernas do Peruaçu

Em 21 de setembro de 1999 é criado oficialmente o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu (PNCP), com propósitos de preservação:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, e de acordo com o art. 225, § 1, inciso III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 5º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, DECRETA :

Art. 1º Fica criado, na região norte do Estado de Minas Gerais, o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, com o objetivo de proteger o patrimônio geológico e arqueológico, amostras representativas de cerrado, floresta estacional e demais formas de vegetação natural existentes, ecótonos e encaves entre estas formações, a fauna, as paisagens, os recursos hídricos, e os demais atributos bióticos e abióticos da região. (DECRETO S/N, DE 21/09/1999)

O Parque Nacional Cavernas do Peruaçu - PNCP surge com objetivos preservacionistas, pautados na proteção integral do patrimônio cultural²¹. Com sítios arqueológicos na região é considerado um dos mais importantes complexos arqueológicos do Brasil. O conjunto natural do Vale do Rio Peruaçu, incluindo o cânion (vale cárstico, cuja formação se dá através da infiltração da água da chuva nas rochas), as cavernas e os sítios arqueológicos, é extremamente importante em nível nacional e internacional, havendo poucos locais no planeta que reúnam estes três atrativos de modo tão magnífico, comportando tantos interesses do ponto de vista científico e natural. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), inventariou a região em 2010, e está analisando o tombamento do local como patrimônio material e imaterial. É voltado não só para o usufruto dos visitantes, mas principalmente para o incentivo às pesquisas científicas dada a quantidade de espécies de animais, plantas, tipos de biomas, enfim, extensa biodiversidade a ser estudada.

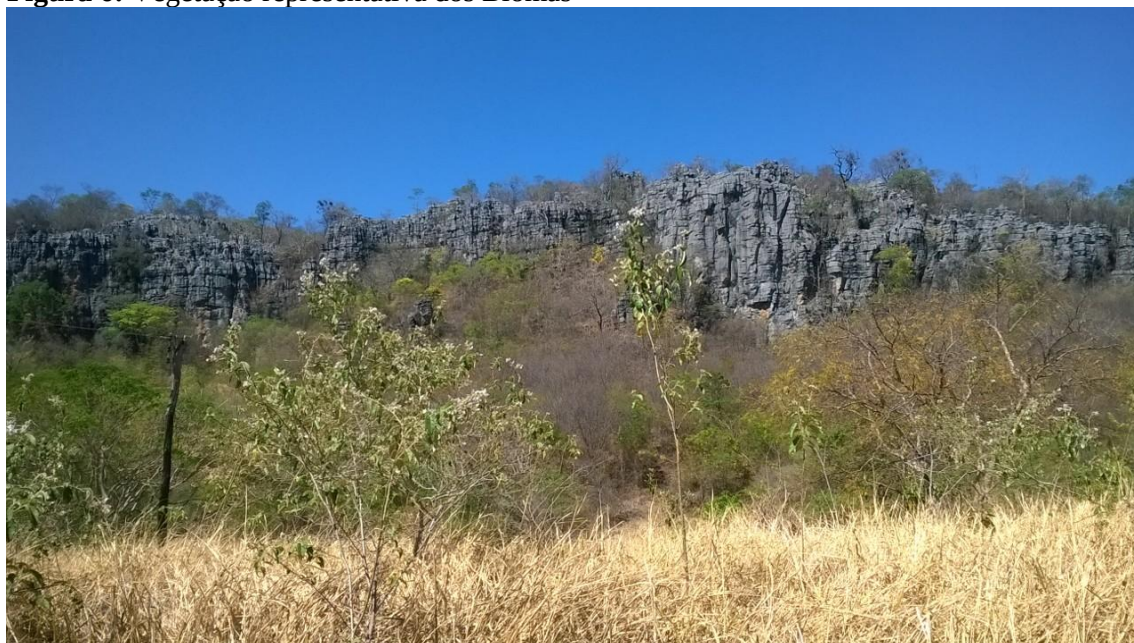
Figuras 5 : Entrada do Parque



Fonte: Elisangela Santos de Miranda, 2015.

²¹ O artigo 216 da Constituição Federal Brasileira assim conceitua patrimônio cultural: Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm, acesso em 10/12/2014

Figura 6: Vegetação representativa dos Biomas



Fonte: Elisangela Santos de Miranda, 2015

Figura 7 : Exemplo da formação geológica



Fonte: Elisangela Santos de Miranda, 2015

De acordo com o artigo 1º do Decreto de 21/09/1999, o PNCP foi criado com o objetivo de “proteger os patrimônios geológico e arqueológico, amostras representativas de cerrado, floresta estacional e demais formas de vegetação natural existentes, ecótonos e encaves entre estas formações, a fauna, as paisagens, os recursos hídricos, e os demais atributos bióticos e abióticos da região”. Se antes os recursos eram preservados sob o risco

de exaurir - o que motivou a criação do primeiro Código Florestal - atualmente é preservado o ambiente em suas especificidades e atrativos. No caso do Peruaçu a importância da preservação reside sobretudo nos atributos do patrimônio geológico e arqueológico. A arte rupestre datada de mais de 10 mil anos, nas paredes das grutas e grandes paredões de rocha, possibilitam o conhecimento sobre o nosso planeta há milhares de anos. Trata-se, portanto, de uma unidade de conservação (UC) rica em beleza e biodiversidade com atrações ainda inexploradas pelo grande público:

Com relação ao patrimônio arqueológico, no cenário nacional, os resultados das pesquisas fizeram com que o Vale do Peruaçu se tornasse uma referência nacional e internacional, quando se trata da presença humana na América do Sul. As características das primeiras tecnologias do continente, cuja ocupação dos abrigos remonta a cerca de 12.000 anos (e os pisos de ocupação desta época são muito ricos), o início da agricultura no Brasil (dispõe-se de um excepcional conjunto de vestígios de plantas cultivadas, considerando que se trata de uma região não desértica do Novo Mundo), ou a variedade de representações rupestres (abordagens metodológicas novas e estabelecimento de uma cronológica relativa, local, segura, cujos elementos já foram encontrados em outras partes do Brasil central e nordestino), qualificam a importância dos registros de ocupações pretéritas aí encontrados. (PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL CAVERNAS Peruaçu, 2014. p.85)

Figura 8: Exemplo de pinturas rupestres



Fonte: Elisangela Santos de Miranda, 2015

Figura 9: Exemplo de Sítio Arqueológico



Fonte: Elisangela Santos de Miranda, 2015

De acordo com a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que estabelece o Sistema Nacional de Unidade de Conservação - SNUC (Artigo 2º, XVI), o Plano de Manejo é o “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da Unidade”.

Este documento é um importante instrumento de planejamento do PNCP, cuja finalidade maior é orientar esta UC para uma gestão e operacionalização mais eficientes. Incluindo-se aí atividades voltadas ao ordenamento da visitação pública, indicações de manejo e controle ambiental, tais como: sistema de combate e prevenção a incêndios, dentre outros.

Fator importantíssimo sobre a criação do PNCP é a compensação ambiental que possibilitou efetivamente que o parque “saísse do papel”. Foram os recursos da iniciativa privada que viabilizaram sua criação, proporcionando o levantamento fundiário para aquisição legal das terras e consequente desapropriação/indenização dos moradores, a elaboração e execução do plano de manejo que ordena sobre deslocamentos, regras de uso e acesso aos recursos naturais.

A Compensação Ambiental existe desde 1987 e regula que empreendimentos causadores de significativo impacto ambiental, ou seja, que podem destruir florestas e

outros ecossistemas, tem de favorecer a implantação de uma Estação Ecológica. Foi o início do conceito poluidor/pagador no ordenamento jurídico, um percurso de resistências e embaraços dos empreendimentos cujos impactos ambientais não podem ser eliminados (Erika Bechara, 2009, p.164).

Na atualidade a compensação ambiental é instituída pelo SNUC e regulamentada pelo Decreto nº 4.340/2002; exige que todos os empreendimentos causadores de significativo importante impacto ambiental cumpram a obrigação legal de apoiar a implantação e manutenção de UC's por meio da aplicação de recursos correspondentes a, no mínimo, 0,5% (meio por cento) dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento. O governo federal anunciou recentemente que possui cerca de R\$1 bilhão de acordos de compensação²².

A origem da relação da FIAT Automóveis S.A com o PNCP se dá no dia 21 de novembro de 1995 quando o IBAMA decidiu autuar a indústria automobilística por descumprimento das normas de proteção ambiental. Nesta ocasião, foi aplicada à infratora a penalidade de multa diária, a partir de 01/01/93, no valor de \$4.318,7332. A autuação se deu após análises técnicas e jurídicas serem apresentadas pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – CETESB do estado de São Paulo, relativas aos testes de avaliação da emissão de poluentes do veículo Uno Mille Electronic e seu variante Elx. O Auto de Infração aplicado à FIAT fundou-se no descumprimento da legislação ambiental brasileira pela produção e comercialização de 429.928 veículos modelos Uno Mille Electronic e Elx, no período de 01 de janeiro de 1993 a 30 de junho de 1995, em desconformidade com o PROCONVE²³ - Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores. Em 1997 a partir de um acordo celebrado entre o Ministério Público Federal (MPF) e a Fiat Automóveis foi possível iniciar a regularização fundiária e realização do plano de manejo do PNCP. A Fiat contratou seis empresas que elaboraram os projetos executivos de infraestrutura do parque. Foi construída uma rede de abastecimento de água e tratamento sanitário de efluentes, melhoria das vias de acesso, reforma e construção de edificações tais como centro de visitação (até o momento da pesquisa inconcluso) e sedes administrativas. Nos projetos também são previstos os roteiros de

²² Dados apresentados no VII Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social – SAPIS e II Encontro Latino Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social – ELAPIS realizados entre 3 e 6 de novembro de 2015, na cidade de Florianópolis - Santa Catarina.

²³ Proconve é um programa que foi criado em 1986 pelo Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente – como uma forma de controle da qualidade do ar nos centros urbanos.

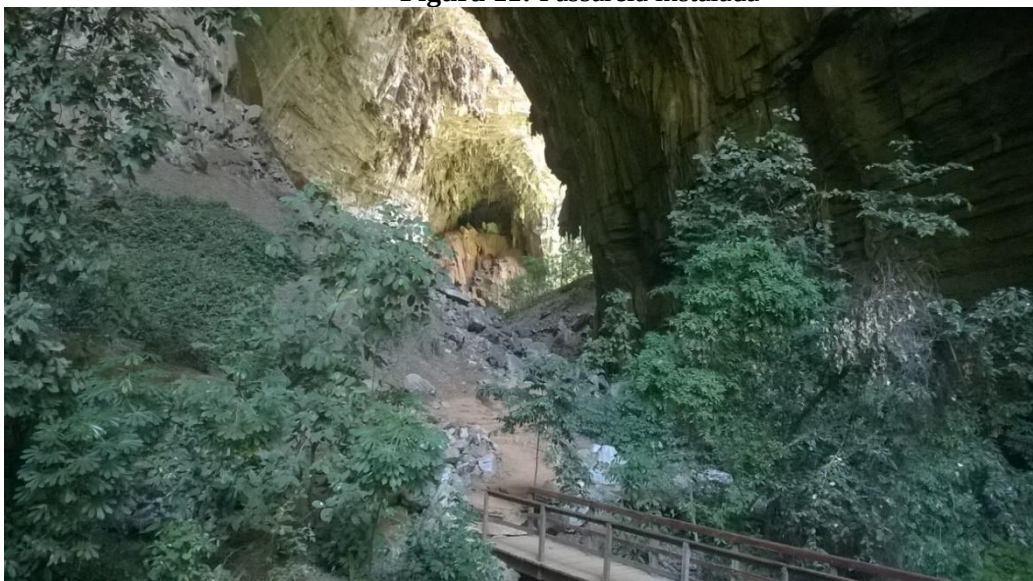
visitação com adequação de trilhas e construção de equipamentos facilitadores em cavernas e sítios arqueológicos.

Figura 10: Obras de infraestrutura



Fonte: Elisangela Santos de Miranda, 2015

Figura 11: Passarela instalada



Fonte: Elisangela Santos de Miranda, 2015

Caso a Fiat descumpra quaisquer das obrigações receberá multa diária no valor de dez mil reais, sem extinguir as execuções específicas de suas obrigações (Procuradoria da República em Minas Gerais, 2010).

2.4 O Parque Nacional Cavernas do Peruaçu na mídia

O PNCP tem sido divulgado para o público em sites de organizações ambientalistas, como a WWF Brasil, institucionais de cunho ecologista, dirigidos para viajantes, pela mídia jornalística e etc. Partimos do pressuposto que a mídia mais que um veículo de comunicação é, também, prática discursiva e, de acordo com Lenise Santana Borges e Flávia Regina Guedes Ribeiro, tem destacada influência na produção e reprodução de valores e sentidos (BORGES e RIBEIRO, 2014, p.185).

É preciso, por exemplo, considerar a abrangência da rede social Facebook. Em última consulta à página oficial do parque contava com 7885 “curtidas”, e por este meio, recentemente, apresentaram o logotipo do parque:

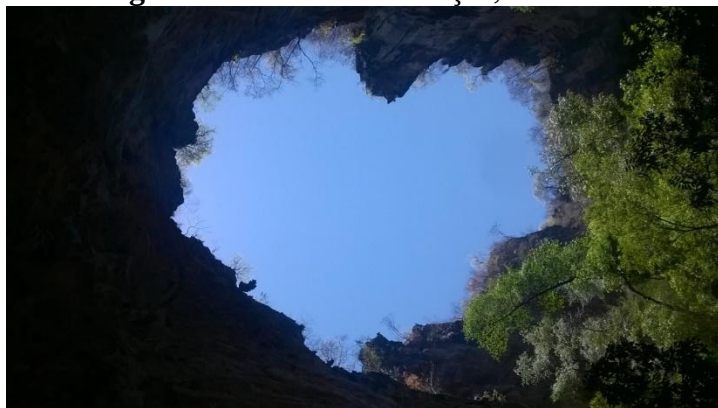
Figura 12: Logotipo do PNCP (Na parte superior são representadas as cavernas, à esquerda fauna, à direita flora e, no conjunto, todo o patrimônio arqueológico)



Fonte: Facebook página oficial do PNCP, 2016.

O PNCP costuma ser divulgado, inclusive, através de algumas imagens específicas como, por exemplo:

Figura 13: Dolina do Coração, Gruta do Janelão



Fonte: Elisangela Santos de Miranda, 2015

O uso das imagens para atrair turistas tem papel relevante no processo de sedimentação dos destinos de viagem. Com uma série de possibilidades de imagens a serem retratadas, algumas são eleitas em detrimento de outras. Destinos turísticos consolidados têm como elementos de difusão as imagens que os retratam. De acordo com Arley Andriolo “O turismo congrega parte dos agentes sociais que produzem e reproduzem representações sobre os lugares, os objetos e as pessoas”(1999, p.51).

Os atrativos turísticos e a fixação no imaginário de quem os visita são também estimulados pelas reportagens, informativas e persuasivas. Em vídeo reportagem produzida pelo programa Globo Repórter da emissora de tevê Globo, há menção aos aspectos das belezas locais do vale do Peruaçu²⁴. Além do local ser retratado por sua vida selvagem, as formações geológicas recebem adjetivos como: majestosas, impressionantes e de causar perplexidade a qualquer um. A reportagem apresenta argumentos científicos e também da crença local, por exemplo, o discurso explicativo de que as águas do rio cortam as rochas por milhões de anos e, ao mesmo tempo, indicam o deslumbramento das pessoas que nasceram na região “Como explicar o feixe de luz que colore de azul a entrada da gruta? Entre o crer e o saber muita distância” (Globo Repórter, 2002).

Passados 14 anos, em 2016, foi veiculada nova reportagem²⁵ da mesma emissora. “São tantos os lugares maravilhosos por conhecer... Alguns ainda isolados” diz a apresentadora que prossegue narrando a identificação de 40 cavernas catalogadas nos

²⁴ Realizada em 2002 (três anos depois do parque ter sido decretado) a reportagem pode ser vista no seguinte link: <https://globoplay.globo.com/v/2452431/>

²⁵ Realizada em 2016 a reportagem pode ser vista no seguinte link: <http://g1.globo.com/como-sera/noticia/2016/05/parque-nacional-das-cavernas-do-peruacu.html>

56.500 metros quadrados do parque e a previsão de abertura às visitas. Este programa abrange assuntos como educação, ecologia e ciência. O discurso utilizado na reportagem é informativo, com mapas sobre a localização do lugar e alusão à finalização das obras de infraestrutura possibilitando as visitas (Programa Como Será?, 2016).

Como exemplo dos sites das organizações ambientais que são grandes vetores de divulgação e informação, encontramos a reportagem da WWF Brasil sobre o PNCP²⁶. O discurso aqui tem caráter de aviso e esclarecimento sobre os avanços das obras de infraestrutura, sem descuidar de relacionar o investimento que a organização faz às causas às quais se dedica, prevalecendo o cuidado com o meio ambiente, com a sobrevivência e segurança de todos os seres vivos.

2.5 O Parque Nacional Cavernas do Peruaçu na visão dos moradores da Comunidade Fabião I

Em minha primeira visita o guia, João me avisa que terá roteiro, ou seja, havia um grupo de visitantes antecipadamente agendados e que eu posso fazer parte desse grupo como visitante também. Os roteiros são trilhas específicas autorizadas à visita por serem atrativas pelas belezas cênicas, a existência de sítios arqueológicos e pinturas rupestres. Para os moradores, as principais atrações do parque são: a botânica, com plantas curativas, a suntuosidade das cavernas e a identificação dos rastros dos bichos. Assim como, as pinturas rupestres e sítios arqueológicos. O parque recebe visitas de pesquisadores cujos interesses variam entre espeleologia, botânica, arqueologia, entomologia e por aí vai. Pelos relatos dos guias e moradores quem mais frequenta o parque são “as pessoas que vão pesquisar alguma coisa”, um público com interesse dirigido.

João, de aparência quieta e de forma contida, aos poucos vai falando sobre os roteiros. Pergunto como foi o início desse trabalho de guia e ele relata que aconteciam coisas engraçadas como uma passagem do diagnóstico para o plano de manejo, por exemplo. Os técnicos ficavam com um aparelho tirando as coordenadas para chegar nas grutas, só que os moradores sabiam os melhores caminhos, onde batia menos sol, que tinham menos pedra pontiaguda. *“Teve vez que o engenheiro desconfiava, eu via, eu ficava*

²⁶ Como comentado anteriormente foi através dessa reportagem que tomei conhecimento do Peruaçu.

quieto, mas eu via que ele desconfiava achando que a gente queria ganhar mais dinheiro nas costas deles. Mas não era, a gente não precisa disso; é que a gente sabe os caminhos todos. Tem caminho que parece que tá dando volta e você sai lá na outra gruta já, só que no GPS do cara dá a imagem que é muito longe...”

Firmei com ele que no dia seguinte iria participar de um grupo para fazer um roteiro. Iria seguir a escolha do grupo, porque minha intenção era conhecer as pessoas para depois voltar ali.

Estando na comunidade fui visitar a família de Dona Augusta. Ela desabafa que agora com esse negócio de parque não pode fazer nada, pode ter umas plantas poucas, quando muito, não vale de nada. E que ela caçava e agora não pode. Marlene, sua filha, interrompe *“Elisangela, mãe subia em árvore com espingarda pra caçar paca. Pensa num negócio desse!”*, Dona Augusta *“É, hoje as paca tá tudo chipada, se você toca em uma é até presa!”*. Me assombro, *“É mesmo Dona Augusta? Nossa!”* *“É, num pode fazer nada, não que a gente saísse matando tudo, era uma ou outra, por ano, não era assim aquelas coisa, tem muita paca. Agora tem que fica comprando carne em mercado. Como é que faz?”*.

Nisso chega o marido de Dona Augusta, pai de Marlene, Seu Sebastião. Tenho que descrevê-lo um pouco, antes de trazer à tona seus comentários. Ele é baixinho, um homem pequenino. Já mais velho, vigoroso, quando fala e quando fala se agiganta, convida seu interlocutor a caminhar com ele pelos labirintos da memória. Faz isso com tal presteza que ilumina o ambiente. Sua presença faz com que todos parem e o admirem, sua família em volta confirma suas histórias. Me encantei.

“Pois é moça, aqui esse lugar eu conheço muito, nem vim pra ficar, era coisa de poucos dias. Vim no começo dos anos 70 trabalhar em mineração para um italiano, e conheci essas banda tudo. Andava pra cima e pra baixo. E fui ficando. Casei. Namorei muito, muito mesmo, ficava doente de ver uma menina bonita, mas casei quando vi a mais bonita. Aí não namorei mais. Aí chegou um pesquisador arqueólogo, veio mansinho, era arqueólogo lá de São Paulo de sua terra. Veio por trás aqui do Peruaçu e foi fazendo umas escavações, isso em 76. A gente ajudava ele; achou foi muita coisa. Aí que começou esse negócio de Peruaçu. Foi com ele. Achou ossadas inteiras, corpo inteiro, conservadinho. Precisa ver, corpo de uma criança inteiro, levou tudo embora. Eu briguei muito com ele. Pra quê levá? Não briguei na época, mas depois. Ele disse que era pra conservar. Mas, oxe, se era aqui que tava conservado mais de 10000 ano! Aí falou que era pra fazer

pesquisa. Ah pensa que eu sou besta... Pensa bem, se quando eu vou no médico eles pra me estudar tira um pouquinho do meu sangue pra levar no tal do laboratório, não precisa levar eu inteiro, precisa? Moça, eu sou analfabeto, mas eu aprendo de ouvi, não sou bobo.”

Dona Augusta assente com a cabeça tudo o que ouve.

Seu Sebastião “Aí moça, foi passando o tempo e começou esse negócio de virar parque por causa dessas descoberta desse arqueólogo. Foi a partir daí, só que nós teve sorte porque a Fiat teve que pagar uma multa pro governo de milhões e ia ficar entre aqui e São Paulo e a gente que ganhou. E aí começou a Fiat a comprar as terras. Teve gente que ficou sabendo antes e comprou dos mais humildes pra depois vender pra Fiat mais caro; teve gente que não queria sair de jeito nenhum e teve gente que não aguentou e faleceu de desgosto. Ele morava bem no meio da onde ia ser o Parque. Foi triste viu”

Pergunto “E vocês?”

Dona Augusta me explica que ali onde é APA ninguém teve que sair nem vender, porque já morava ali, só que pra eles ficou pior, porque teve que mudar a vida de não poder mais mexer com planta nem caça. Eles tinham parentes lá pra dentro das terras, todo mundo se conhece, frequentava, plantava junto, tinha umas cabeças de boi, uma área que todo mundo usava junto. (Diário de Campo, 08/05/2015)

Nas entrevistas também aparece a menção sobre essa área comum de produção:

Entrevista com o guia João

- E - Como era a convivência lá?
- J - Mesmo um ficando longe do outro nas moradias, todo mundo era vizinho, você matava um boi e cedia 1/4 de carne pra não jogar tudo na despensa. Por exemplo, você é minha vizinha de um quilômetro e meio eu matava aqui e emprestava pra você lá xis, aí quando você matava você também fazia. Era garantido. Sem papel, só de boca a boca. Tinha muito isso antes com carne... Com feijão, milho e até lata de óleo. O açúcar não tinha porque era rapadura.

Entrevista com o guia Daniel

- E - Que é o que por exemplo?
- D - O plantio, porque hoje o que tá mais difícil é a criação de gado, onde mais criava gado é onde tem a unidade de conservação integral. Era uma solta, todos os moradores, os proprietários aqui levavam seus gados pra lá.

Cada um, um pouquinho. Algumas cabeças colocavam lá, só pra uso sustentável. Quando precisava de alguma grana eles traziam o gado pegava vendia pra um açougueiro ou mesmo matava e vendia pro pessoal. É como seria um depósito, seria o dinheiro depositado lá em relação a questão do gado. Era como um banco?

- E - Era o banco da comunidade, vou deixar lá
D - pra na hora da precisão chegar lá e vender.
Era o recurso que girava, que tava lá.

Sigo conhecendo o parque pelos moradores no dia seguinte tem roteiro, vou pela primeira vez entrar no PNCP. Amanhece e João já me espera para irmos com o grupo para o roteiro do Janelão.

A entrada do parque é bem pertinho. É tudo plano, asfaltado até a entrada, parece um condomínio de certo modo. O grupo que encontro são três pessoas, um casal e um amigo. Usaremos capacete pois é norma de segurança, mas João me conta que não é necessário pela natureza do lugar, não tem esse perigo, é que se sair em alguma foto em rede social - o frequentador do parque sem capacete - eles levam bronca.

Cabe o esclarecimento de que a conversa com o guia Chico Braz me proporcionou a frase que serve de mote ao título deste trabalho: Capacete pra quê?. Sobre a exigência de uso do capacete, o guia aponta incoerências nessa imposição:

Entrevista com o guia Chico

- E – E hoje em dia você é guia?
C – Pra mim não é tanto pelo dinheiro, é porque eu gosto. Tem uma fita ali da rede Minas que eu falo: ali era a minha vida ali. Minha vida era aquilo ali, meu sonho era ali dentro. E hoje quem vai é por dinheiro, eu não, você chega aqui “Vamo dá uma volta ali” “Vambora”.
E – Mas pode ir entrando com essa fiscalização toda?
C – Vou falá a verdade pra você se eu quisesse ganhar dinheiro eu ganhava por dia aí 500, 600, 700 reais. Se eu entrá ali dentro ninguém me acha. Você chega aí “ó te dou 100” “Vambora”. Igual já chegou muitos aí “Nós estamos em cinco eu te dou 500 reais, vambora?” eu falei “Não vou mexer com isso não, não quero isso não”.
E – Por quê?
C – Porque se eu for entrá hoje com essa frescura que tá aí? Por isso que eu não quero ir. Pra quê? Capacete na cabeça! Uma coisa errada,

olha só, uma bota nos seus pé, uma joelheira ainda tá certo, mas se cair uma pedra de lá... No dia da reunião eu falei “se cair uma pedra de lá em cima de um capacete desse é a mesma coisa de tá caino dentro de um copo de água, vai estourá”! Isso caba tudo, se caí uma pedrinha ela chega lá embaixo numa velocidade com mais de cem quilos! Vai Segurar? É coisas que eu fico...
Aí a bota tá certo. Quem é que vai suportá com um calor daquele, caminhamo com aquele capacete na cabeça? Gente eu só quero uma coisa docês eu só quero que ocês não toque na pintura e nem leva nada.

Colocadas essas observações sobre as normas de segurança, vale lembrar que teoricamente o parque não estava aberto às visitas turísticas até o início de 2016, pois não oferecia estrutura para receber pessoas, como banheiros e lugar para tomar água, por exemplo.

Retomando o roteiro em grupo que faço com o guia João, fomos de carro até a entrada do parque. Na entrada muito calor, não tem sombra, é um vale no cerrado, mata seca, galhos esturricados, penso que o turista que vier aqui terá de ser resistente. O grupo que eu integro tem um casal que gosta de botânica e o amigo bem humorado que faz piadas sobre burlar as leis do parque. Brinca com João perguntando se pode caçar um pouco ali, depois dava uma grana pra ele. Tudo em tom de brincadeira, todos riem, os humores são amenos. O passeio, confesso, é cansativo. Não há água. Pela norma não se pode pegar água do rio Peruaçu, que está seco e é um filete que pelo qual passamos num dos trechos. Mas o cenário é exuberante. As grutas são altas, abertas, por isso o nome Janelão. Dura em torno de três horas; retornamos. O capacete cozinha a cabeça, mas em solidariedade ao João, não tiro.

A ausência de água num lugar com temperaturas tão altas é preocupante e tem sido pensadas estratégias para amenizar desconfortos. Assim que terminadas as obras de infraestrutura haverá nos roteiros a “parada para hidratação com água de coco”, algo que fará parte de um pacote de serviços que inclui almoço, traslado e os roteiros com os guias²⁷.

²⁷ Sobre esses serviços é possível encontrar mais informações no link: <http://www.itacarambionline.com.br/index.php/fotos/1156-itacarambi-cria-famtur-e-ja-inicia-trabalho-de-visitação>.

Volto cansada. Chega à noite vou à casa de Dona Augusta e lá está Daniel, seu irmão mais novo. Posteriormente o entrevistei. Daniel tem uma relação muito especial com a comunidade em que vive. Retomou os estudos já adulto e é bastante ativo politicamente. Conta que a situação é desesperançosa e que ele luta muito. Relata que tem sido difícil demais para ele, porque as pessoas não acreditam que o parque vai acontecer realmente e já aconteceu. Algumas estão esperando até demais. Algumas vão se dar muito bem, por terem mais proximidade com o ICMBio e tem limitações para outros, como os guias, por exemplo.

Ele diz: *“Eu como guia não posso na minha página do Facebook me divulgar como guia, percebe?”*. Não é permitido pela gestão do parque. Nas reuniões entre os guias e a equipe gestora, tem a história do uso do Facebook como ferramenta de controle. Segundo Daniel, eles ficam vendo as fotos dos frequentadores para falar *“Olha aqui esse lugar não era para levar e essa pessoa desse Facebook foi agendada pela página que nos procurou, então foi o e-mail tal, do dia tal, foi com o condutor tal”*. Há uma página no Facebook que é administrada por funcionário designado pelo ICMBio - órgão gestor do parque - as pessoas procuram saber sobre o parque e recebem sempre essa mensagem padrão *“É possível visitar o Parque mediante agendamento prévio e contratação de condutor. Você pode encaminhar e-mail para cavernas.peruacu@ICMBio.gov.br para solicitar maiores informações”*.

Daniel segue dizendo que os guias não têm uma escala definida, se organizam por si. Então chega turista lá e se o cara não está “pega” quem estiver. O ICMBio não conversa com a comunidade, não tem comunicação, não tem diálogo. Dizem que não é da alçada deles. O ICMBio não ajuda em praticamente nada. Os guias compram os capacetes - próprios e dos visitantes - com o dinheiro deles.

Entre outros guias o parque é narrado pelas belezas que oferece:

Entrevista com a guia Bartira

- E - O quê que você valoriza quando você mostra o parque?
- B - Tudo!
- E - Ah, mas tem uma coisa que você fala mais assim?
- B - As cavernas, a mata, o rio principalmente. O rio e as cavernas. São os que a gente mais gosta, como se fossem as meninas dos olhos. Cada uma com sua beleza diferente. Eu fui no Janelão que é uma loucura! Tem a Bonito que outra loucura, é igual eu te

falo a natureza tá em transformação... Toda vez que eu chego lá é como se fosse uma emoção. É igual eu te falei é como se fosse a primeira vez, aquela emoção é como se fosse a primeira vez.

Um dos guias mais antigos conta como tudo começou. A área era visitada por pesquisadores, antes de ser criado o parque nacional. Atualmente há grande preocupação com o rigor das normas:

Entrevista com o guia Chico

- E – E também a definição por causa do sítio arqueológico das escavações?
- C – Sim. Você sabe que esse sítio arqueológico pra nós aqui da região, se você fala disso agora é uma coisa, mas se você falasse há dez anos atrás *“Só tem palhaçada, é apanhando pedra, apanhando osso de trem véio de cavalo véio dizendo que é gente, falando que pé isso e isso ou aquilo”*. Porque naquela época eles trabalhavam lá dentro e tudo ninguém aqui queria nem saber o que eles tava levando. O quê que tinha e o quê que não tem. Inté hoje. Só hoje já tá mais civilizado os aluno e tudo. Mas antigamente carro subia, carro descia, ninguém tava sabendo. Tava levando os osso daí essas coisas, cerâmica e esses trem era a mesma coisa de tá levando caminhão de madeira pra lá. O pessoal não queria saber de nada não. E a definição mais foi depois do Jornal Nacional. Deve ter uns 20 e poucos anos, era inté fita, não tinha nem cd era fita, eu tenho a fita aí.
- E essa reunião foi antes de 99, antes da definição do parque. Nossa menina eu vejo cada coisa agora que pra mim é uma bomba. Eu vi uma menina falando com o cara ali *“Você não pode tocar por causa do meio ambiente”*. Ô gente esquece disso! Você num jogando lixo plástico essas coisas, o quê que vai degradar meio ambiente a mão dele ali pra lavar?

O parque também é narrado pela tensão entre preservação ambiental e turismo:

Entrevista com o guia Daniel

- E – E agora por fim eu te pergunto: que futuro você vê pro parque?

- D - Olha, o parque vai ser mais preservado se não for tão visitado. O parque vai ser tornar mesmo essa questão capitalista, eu particularmente sei lá essas questões de visitas, eu tenho preocupação com esse impacto porque onde há muita visita - tudo bem que seja monitorado - mas não deixa de não ter impacto.
- Também com a vegetação muitos animais que estavam em extinção já voltaram. Hoje a mata e a vegetação é toda secundária, terciária. E hoje a gente vê a presença de animais, pássaros. Com a criação da unidade de conservação a vegetação voltou.
- Mas tem o capitalismo porque muitas empresas já tá ligada, de turismo, de operadora, pra operar o turismo aí dentro. Isso pra mim eu tenho um pouco de medo. Eu tenho muita preocupação do impacto ambiental e também com os turistas, os ambientes aonde eles vão estar. Sei lá, algumas unidades que a gente tem visitado vão se tornar capitalista

Portanto, para os guias e moradores com quem conversei, o parque nacional é um local que transformou as lembranças das gerações anteriores num território com muitas normas. Regras nem sempre compreendidas, com possibilidades de desenvolvimento local para alguns e as expectativas - nem sempre positivas - sobre a chegada do turismo.

CAPÍTULO III – OS SENTIDOS DE NATUREZA EM DOCUMENTOS E NA VISÃO DOS GUIAS LOCAIS

Neste capítulo descrevemos brevemente a formação do Brasil pelo recorte ambientalista e, indicamos os períodos em que o regramento, por leis, passa a ser necessário para o governo do território nacional. Discorremos ainda, sobre os marcos da legislação ambiental brasileira, em diálogo com autores cujas reflexões demonstram o quanto a legislação dista da realidade. Finalmente, trazemos exemplos das ideias recorrentes sobre conservação ambiental na literatura e a conservação ambiental vivenciada pelos nossos interlocutores: moradores e guias locais.

Conforme mencionamos na introdução, conservação e preservação possuem sentidos próximos, mas não equivalentes. Usamos conservação ambiental neste capítulo como termo que melhor exemplifica as relações entre seres humanos e natureza.

3.1 Nos documentos oficiais: Política Ambientalista Brasileira

Buscamos destacar o contexto histórico, social e político que permitiu o desenvolvimento da política ambientalista brasileira atual. O aparato jurídico que vigorava por ocasião do descobrimento era as Ordenações Afonsinas - 1º Código Legal Europeu. Tais ordenações indicavam o prenúncio de uma certa preocupação ambiental, com referências à preservação ambiental como, por exemplo, a tipificação do corte de árvores frutíferas como crime de injúria ao rei.

Em 1521 prevalecem as Ordenações Manuelinas, que mantêm o crime de corte de árvores frutíferas, com avanços como a proibição da caça de certos animais. Não se tratavam de preocupações com o equilíbrio da natureza, mas com a exploração descontrolada das florestas. Para proteger o pau-brasil foi promulgado em 1605, por D.Filipe II de Portugal e III da Espanha, o seguinte regimento:

Eu El-rei. Faço saber aos que este Meu Regimento virem, que sendo informado das muitas desordens que lia no certão do páo brasil, e na conservação delle, de que se tem seguido haver hoje muita falta, e ir-se buscar muitas legoas pelo certão dentro, cada vez será o damno mayor se se não atalhar, e der nisso a Ordem conveniente, e necessaria, como em cousa de tanta importancia para a Minha Real Fazenda, tomando informações de pessoas de experiência das partes do Brasil, e comunicando-as com as do Meu Conselho, Mandeí fazer este Regimento, que Hei por bem, e Mando se guarde daqui em diante inviolavelmente. Parágrafo 1o. Primeiramente Hei por bem, e Mando, que nenhuma pessoa possa cortar, nem mandar cortar o dito páo brasil, por si, ou seus escravos

ou Feitores seus, sem expressa licença, ou escrito do Provedor mór de Minha Fazenda, de cada uma das Capitânicas, em cujo districto estiver a mata, em que se houver de cortar; e o que o contrário fizer encorrerá em pena de morte e confiscação de toda sua fazenda.(...). (SANDRA MARCONDES, 2005, p. 35)

Edis Milaré observa que acima dos interesses ambientais o foco era a propriedade da nobreza e da Coroa - sequer havia um interesse nacional sendo cogitado - mas essas ordenações e regimentos propiciaram o que conhecemos hoje como ações do poder público na tutela dos recursos naturais (MILARÉ, 2004, p.115). O autor nos apresenta ainda a importância do pensamento ambiental de José Bonifácio de Andrada sobre a depredação do solo e suas riquezas. Havia uma preocupação com o desenvolvimento econômico, com considerações sobre os aspectos sociais e políticos, sem relação com a percepção estética da natureza. No entanto, Joaquim Nabuco, relembra que na transição do Império para a República, havia a forte presença do mundo da natureza na evolução da mentalidade política brasileira (ibid., p.118).

Proteger a natureza entra, efetivamente, na agenda governamental brasileira, através do Decreto n. 23.793 de 23 de janeiro de 1934 com a criação do primeiro Código Florestal Brasileiro, onde o então presidente Getúlio Vargas cria limites para ocupação do solo e uso dos recursos naturais. É importante salientar que esta ação se relaciona diretamente com o processo de industrialização do país. O presidente Vargas acreditava que, para a industrialização, o ponto de partida seria a implementação das chamadas indústrias de base, como a siderúrgica e a metalúrgica. Para isso era importante pensar no fornecimento de matéria-prima, como por exemplo, mineradoras e madeireiras. Porém, o uso desregulado provocaria o esgotamento do fornecimento de matéria-prima e, nesse sentido, foi necessário regulamentar normas de extração dos bens naturais. Assim surgiu a necessidade de um Código que normatizasse a exploração das florestas e do solo brasileiro. O Código Florestal, como primeiro controle federal ambiental do Brasil, embrião das figuras jurídicas que legislam sobre os parques nacionais, segue a necessidade de manter uma extração sustentável e tem em seu conteúdo normas que prioritariamente protegem a vegetação, tanto de domínio público quanto de domínio privado²⁸.

²⁸ Em 21 de maio de 2015 o Observatório do Código Florestal realizou um evento em comemoração dos então 3 anos do atual CF(Código Florestal). Presenciei o debate que tratava das alterações sofridas pelo CF: mudaram os percentuais do uso que os produtores rurais poderiam fazer da terra e, sancionado pela presidente Dilma Rousseff, foi flexibilizado o cumprimento da lei para os pequenos produtores. O Observatório do CF é formado por uma rede de organizações da sociedade civil: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), WWF-Brasil, SOS Mata Atlântica, Instituto Centro de Vida (ICV), The

Na sequência da evolução legislativa ambiental foram instituídas as demais normas nacionais:

Marcos da Legislação Ambiental no Brasil		
Leis	Data de criação	Definições
Lei 6.938 - conhecida como Lei da Política Nacional do Meio Ambiente	31 de agosto de 1981	Nela o conceito de meio ambiente ganha relevo como objeto específico a ser protegido. A partir dela foi instituído o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) que propicia uma ação integrada entre diversos órgãos governamentais.
Lei 7.347 Lei de ação civil pública	24 de julho de 1985	Disciplinou a ação civil pública como instrumento processual específico para a defesa do meio ambiente. Através dessa lei as ações civis ganharam forças para provocar a atividade jurisdicional.
Carta Magna, Constituição de 1988	5 de outubro de 1988	O meio ambiente ganha um capítulo próprio em uma das constituições mais avançada em todo o mundo.
Lei 9.605 Conhecida como “Lei de crimes ambientais”	12 de fevereiro de 1998	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.
Lei 9985 Base legal para o estabelecimento e gestão das unidades de conservação.	18 de julho de 2000	Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que regulamenta a criação e a gestão das unidades de conservação em território nacional.

Fonte: Elisangela S. de Miranda. 2015.

Destacamos também os decretos, atos administrativos no sistema jurídico. Especificamente, as determinações do Decreto 3945 de 28 de setembro de 2001 que trata do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético; do Decreto 4339 de 22 de agosto de 2002, este institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade e o Decreto 6040 de 07 de fevereiro de 2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais²⁹. Estes

Nature Conservancy (TNC), Conservação Internacional (CI) e Instituto Socioambiental (ISA). E tem como objetivo monitorar a implementação da nova Lei Florestal ([Lei Federal 12.651/12](#)) em todo o país.

²⁹ Uma tabela completa com os links para os referidos decretos pode ser encontrada em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/projetodireito.pdf>

decretos dialogam diretamente com a nossa pesquisa. Na sua especificidade, o acesso ao patrimônio genético diz sobre conhecimento científico e tradicional. De acordo com a ecóloga Nurit Bensusan: a ciência - na figura dos pesquisadores e seus laboratórios - desenvolve produtos a partir de plantas conhecidas e manuseadas pelos povos tradicionais chegando a mesma finalidade que eles. Outro argumento em favor do conhecimento tradicional, no que se refere a ocupação de áreas protegidas, é de que a presença humana muitas vezes é essencial para geração e manutenção da biodiversidade (BENSUSAN, 2006, p. 25).

Há consenso de que o Brasil possui uma legislação ambiental moderna em termos técnicos (MILARÉ, 2004; BECHARA, 2009; SILVA, 2007). Entretanto, nos estudos de Mariana Mungai (2008, p.47) temos a referência de que o próprio governo ainda está estreitamente vinculado a algumas das principais atividades poluidoras nos setores de metalurgia, siderurgia e mineração. Ademais, o governo ainda participa de forma direta da exploração de petróleo e gás natural, atividades petroquímicas, hidrelétricas, energia nuclear e outras indústrias poluentes. Da mesma forma Édis Milaré (2004, p.122) aponta que no terreno da realidade as leis são ineficazes devido à ausência de vontade política, falta de implementação e frágil consciência ambiental. Além disso, ao longo do tempo as leis mudam, assim como as ideias ou as preocupações como cita o autor, por exemplo, da recentemente mudança de “Código de Caça” para “Lei de Proteção à Fauna”.

Com esta deixa e, sem resvalar do que propomos neste capítulo, achamos pertinente já adentrarmos às contribuições de Bakhtin cujos escritos subsidiam nosso referencial teórico. Para este pensador, “a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados” (BAKHTIN, 2006, p. 32).

É preciso também considerar as potencialidades do diálogo estabelecido pelas leis, para Peter Spink; Maria Auxiliadora T. Ribeiro; Simone P. Conejo e Eliete de Souza (2014, p. 222) as leis tratam de comportamentos que são adequados, esperados, censurados, portanto, do que é válido e a gama de sentidos no entendimento de uma lei varia de pessoa para pessoa numa sociedade historicamente determinada no espaço e no tempo, com noções e clarezas que se afastam das especificidades do rigoroso texto da norma.

No que diz respeito ao Peruaçu, foram criados dispositivos para proteção do território como, por exemplo, o Plano Operativo de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais no Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, cuja redação nos dá pistas sobre os desafios enfrentados pelo órgão gestor do parque:

Das causas de ocorrências de incêndio registrados por ROI - Registros de Ocorrência de Incêndios - praticamente metade dos 21 registros entre 1999 e 2006 são de causas indeterminadas. Entre as ocorrências de causas conhecidas, porém, são identificadas 7 relacionadas à negligência no uso do fogo para manejo agropecuário (renovação de pasto e limpeza de área para cultivo). Entre os demais, um acidente com linha elétrica foi particularmente marcante ao atingir área de aproximadamente 200 ha de uma pastagem abandonada, invadida por extrato graminoso de mais de 2 metros de altura, próxima à região da antiga sede. Os relatos da equipe da UC indicam também ocorrências relacionadas a fogueiras abandonadas por caçadores e litígio entre propriedades vizinhas. (Ibama Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais – Prevfogo)

O risco de danificação e alteração do ambiente é expresso através da orientação de condutas para visita ao parque. Os visitantes assinam um Termo de Conhecimento de Riscos e Normas com determinações onde declaram estar cientes que: áreas naturais apresentam riscos, tais como tromba d'água, choque térmico, afogamento, pedras soltas e/ou escorregadias, animais peçonhentos, insetos, queda de objetos, árvores, entre outros. Destaca-se em negrito no texto a frase “*Sendo que sou o maior responsável pela minha segurança*”. Após essa frase seguem-se as seguintes recomendações: devem manter-se nas trilhas evitando atalhos; estarem preparados para adversidades em caso de acidentes/incidentes; terem condições físicas e de saúde suficientes para percorrer toda a trilha na ida e na volta e que o horário de fechamento do parque é as 18 horas. Na segunda parte do termo são elencadas as proibições: Presença de animais domésticos; Emitir gritos e fazer barulhos que possam perturbar a fauna local; Acender fogueiras; Jogar lixo de qualquer espécie na trilha (Todo o lixo produzido, inclusive restos de frutas, deve ser recolhido e trazido de volta); O porte de arma, inclusive atiradeiras, armadilhas, facões, foices e similares; Coletar rochas, plantas, flores, sementes ou qualquer recurso natural/arqueológico; Aplicação de repelente no interior das cavernas; Tocar as inscrições rupestres e fotografá-las com flash; Gravar nomes, datas ou sinais nas pedras, árvores, imóveis, placas ou outros bens do Parque; Utilizar atalhos e/ou áreas interditadas; Pescar, caçar, capturar, molestar ou perseguir animais silvestres; Fumar cigarros de qualquer natureza; Ter contato direto com a água do rio Peruaçu; Consumir bebida alcoólica ou quaisquer outras substâncias consideradas entorpecentes no interior do Parque.

Temos até aqui informações que nos favorecem o entendimento sobre o que se preserva no parque, porque se preserva e como se preserva, ou seja, os atrativos arqueológicos, espeleológicos e paisagísticos - principalmente - são preservados pela sua importância às pesquisas científicas e elevado interesse turístico que despertam; a conduta dos visitantes é orientada e disciplinada a fim de provocar mínimas alterações ao ambiente, favorecendo assim sua conservação; existem já implementados instrumentos para a preservação, como por exemplo, termos de conhecimento de riscos e normas e plano estratégico de combate a incêndios.

Em contato preliminar com a população que reside no entorno do parque, cerca de 500 metros da entrada, foi possível obter informações a respeito da falta de coleta de lixo no local e que, por conta disso, costumam enterrar ou queimar os resíduos sólidos. Segundo os próprios moradores a prefeitura de Januária, poder público local, alega que não tem condições mandar caminhões de coleta até a região que é longe da cidade. A coleta de lixo do parque é feita pelos funcionários - de um único escritório - que transladam os resíduos através de uma caminhonete. Aos visitantes do parque - que ainda são muito poucos - é reforçado que *“Todo lixo produzido, inclusive restos de frutas, deve ser recolhido e trazido de volta”*. Os moradores ainda argumentam que há falta de comunicação entre a população e os funcionários gestores do parque, o acesso é difícil por conta da falta de comunicação e distância das relações, compondo um círculo vicioso. Segundo moradores os funcionários, quando procurados, demonstram estar ocupados em reuniões e, quando respondem às solicitações justificam serem responsáveis exclusivamente pela gestão do parque. O advento da criação do parque gerou expectativas controversas junto à população local, que vão desde a espera de crescimento econômico até o medo de que a visibilidade do parque seja passageira e, pior ainda, de que não deem conta das demandas exigidas pelo turismo.

Esses conflitos socioambientais envolvem uma complexidade de interesses relacionados à implementação das unidades de conservação. O protagonismo social da população local em relação ao parque é baixo e, se considerarmos as diferentes vulnerabilidades acima colocadas, podemos compreender que a implementação de políticas públicas na gestão do meio ambiente enfrenta obstáculos na construção permanente de consensos com a sociedade.

3.2 Sentidos atribuídos à Natureza para sua conservação

A grande influência para criação de áreas protegidas está no zelo à natureza, tanto pela sua valoração estética quanto pela sua serventia como recurso a ser conservado. Esses sentidos são produções do cotidiano, são circulações de palavras e expressões - em uma perspectiva histórica e social (M. J. Spink, 1999).

O discurso sobre a contemplação da natureza, segundo Antônio Carlos Sant'Ana Diegues³⁰, tem bases ideológicas que reproduzem o mito edênico³¹ do Paraíso Perdido, o lugar almejado pelo homem depois da expulsão do Éden. A civilização urbano-industrial requereria espaços do mundo natural em seu estado original, sem a intervenção do homem e, conforme dito antes, para seu usufruto. Esse mito atravessaria ainda hoje os conceitos como ecossistema e biodiversidade, por exemplo.

Diegues nos adverte que nem sempre foi assim. Até o século XVIII o mundo selvagem, sem a presença humana, era algo temido e passível de ser dominado e não conservado, mas descoberto, desbravado. Na Europa Ocidental o ser humano reinava sobre os animais e a domesticação destes era forte sinal de civilização. Ao passo que na Europa Oriental a natureza era venerada e os animais não eram maltratados nem subjugados. Esta visão era reprovada pelos ocidentais, pois os animais eram tidos como criaturas a serem domadas e controladas e, os campos de cultivo é que tinham real valor.

Isso muda a partir do século XIX³² através de fatores como: as contribuições da História Natural e seu respeito pelos reinos selvagens, o avanço da sociedade urbana com a consequente poluição dos ambientes industriais, o apreço pela vida no campo idealizado pelas classes sociais alheias à produção agrícola e, notoriamente, o culto à natureza pelos escritores românticos. O romantismo concentra um período cultural, artístico e literário iniciado na Europa no final do século XVIII, que se espalhou pelo mundo até o final do século XIX. Quanto aos escritores românticos, a exaltação pela natureza pode ser vista neste trecho da obra de Goethe:

³⁰ DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: NUPAUB - Universidade de São Paulo, 1994, p. 11.

³¹ Acrescentamos ao mito edênico a variação do mito adâmico, como vemos a seguir: “*Adão recusou-se a prosseguir vivendo no Paraíso. Não importa que não seja esta a letra exata do relato mítico: tudo veio a passar-se como se assim fosse. Aqui, a referência ao Primeiro Homem faz-se só modo de apontar para o que do homem parece característica primeira, e semelhante característica mostra-se nos como ilusão de um orgulhoso triunfo sobre o Exílio. A recusa do Paraíso é, pois, a versão já humana do próprio acontecer humano, a primeira afirmação do homem, que é um querer firmar-se ele em si mesmo.*” SOUSA, Eudoro. *História e Mito*. (Cadernos da UnB). Brasília : Ed. Universidade de Brasília, 1981, p.15.

³² DIEGUES, Antônio Carlos. Op.cit., p.19.

Estou tão só e minha vida é feita de alegrias por viver numa região que parece ter sido criada para almas como a minha. (...). Quando a bruma do vale se levanta a minha volta, e o sol altaneiro descansa sobre a abóbada escura e impenetrável da minha floresta, e apenas alguns escassos raios deslizam até o fundo do santuário, ao passo em que eu, deitado no chão entre a relva alta, na encosta de um riacho, descubro no chão mil plantinhas desconhecidas... (...) sucumbo ante o poder e a majestade dessas aparições. (2009, pp.16-17)

Como observa João A. Frayze-Pereira (2006, p.194) os principais traços da mentalidade romântica são basicamente “*a insatisfação com o presente, a nostalgia do primitivo e do elementar e o anseio utópico de reintegração em uma nova e grande síntese cósmica*”. Os românticos valorizam o sonho em detrimento da insignificância da vida material e situam a alma no domínio da natureza. Assim, a migração para outros lugares é um modo encontrado para esquivar-se da sociedade insuportável. Essas ideias, exerceram grande influência na criação de áreas naturais protegidas que, de acordo com Diegues (1994, p.24), são considerados “ilhas” de grande beleza que proporcionam contemplação dos encantos da natureza intocada.

Entretanto, apesar da conservação e preservação serem proposições defendidas globalmente, a versão hegemônica sobre Natureza, de acordo com Arturo Gómez Pompa & Andrea Kaus (1994, p.126), constitui o que pode ser chamado de uma tradição ocidental de pensamento ambiental onde existe a dicotomia entre meio ambiente natural e meio ambiente urbano. As ações no meio urbano afetariam negativamente o meio rural. A natureza é definida como um lugar onde o próprio humano é um visitante que não permanece, remete à “natureza selvagem” (wilderness).

A visão idílica da natureza como antítese da cidade está implícita na sociedade moderna, isso feito de forma binária, dicotômica e hierárquica. Segundo Augustin Berque (2009)³³, a beleza da natureza não está em si mesma; reside no próprio sentimento do observador, sendo que a paisagem tem uma presença física e uma presença no espírito humano que supõe necessariamente uma história, uma cultura.

A fim de ampliarmos o campo de discussão sobre os sentidos atribuídos à natureza, encontramos em Mary Anne Junqueira (1999) o trabalho de historiografia que

³³ Os estudos de Berque contemplam perspectivas da geografia cultural, urbanismo, arquitetura e sustentabilidade. Para um estudo aprofundado sobre Paisagem, veja: BERQUE, Augustin. *El Pensamiento Paisajero*. Tradução de Maysi Veuthey Martínez, edição Javier Maderuelo. Madrid, Espanha: Biblioteca Nueva, 2009.

analisa como o conceito de *wilderness*, profundamente enraizado no imaginário norte-americano, teve versões construídas sobre a América Latina. Para tanto a autora pesquisou as edições da revista Seleções do Reader's Digest, entre 1942 e 1970. Ainda que o estudo esteja circunscrito a um contexto específico, muito nos ajudará no entendimento desse termo estruturante da criação de parques nacionais.

O termo *wilderness* envolve uma complexidade de significados; serve de nome, por exemplo, aos territórios do interior da América Latina como "Oeste", "fronteira", "última fronteira". Em um sentido mais amplo *wilderness* é traduzido como deserto, selva, sertão. É um substantivo (*Ibid.*, pág. 57), mas também se estende como adjetivo, indicando qualidade dos humores e sentimentos produzidos no indivíduo estando principalmente relacionado a lugares que produzem determinados estados de espírito e sensações como estar aturdido, sob contemplação ou diante de revelação. Todavia, um habitante da cidade pode ver *wilderness* no campo e o habitante do mundo rural pode ver *wilderness* na cidade conforme propõe Junqueira (2010, p. 61). *Wilderness* é, inclusive, o lugar onde os humanos testam e regeneram sua força física.

A natureza também é vista como recurso: extrair (ou poupar) algo da natureza que tem 'valor' de bem material ou imaterial, conforme dito por Thomas Fatheuer "Já não mais a destruição da natureza é vista como um mal lamentável, mas também a perda de serviços que são importantes para os seres humanos e para o qual substitutos fáceis frequentemente não podem ser encontrados" (FATHEUER, 2014, p.22). Cunhado por Robert Costanza, o termo "capital natural", por exemplo, é um conceito formal e técnico que entende os recursos naturais existentes como fontes que contribuem para a melhoria do bem-estar humano. A natureza sendo explicitamente conceituada como um material. Expressa a "economização" da linguagem da natureza e para alguns críticos sua "monetarização". Capital natural é uma metáfora, cuja lógica adverte que só podemos viver dos "lucros" da natureza, sem consumir totalmente nossas "fontes" (*ibid.*, 2014, p.27).

Sendo assim, o conjunto dos dizeres e saberes sobre a relação das pessoas com a natureza pode partir de múltiplos pontos. Em nossa análise muitos são os sentidos atribuídos, pelas pessoas, à ideia de natureza, essa multiplicidade determina as relações que se modificam ao longo do tempo (Ribeiro, 2003, p.43).

3.3 Conservação Ambiental na visão dos guias

Dentre as perguntas norteadoras das entrevistas estava a questão: A preservação ambiental que ocorre hoje é diferente daquela que vocês faziam antes do parque? As falas iniciam com a negação de que havia preservação ambiental antes do parque, mas no decorrer das conversas os próprios interlocutores reconhecem que a relação com a natureza sempre esteve presente tanto no sentido de obter sustento, como também de preservar.

Exemplos:

Entrevista com o guia Daniel

- E – A preservação ambiental tinha antes do parque?
- D – Na comunidade não tinha esse trabalho de uma preservação ambiental, o quê que é o meio ambiente. A gente trabalhava de uma forma, era mais de uso sustentável que não veio ajudar a depredar tanto o meio ambiente. A gente usava de uma forma de uso sustentável, só um certo tempo que aí começou o capitalismo entrar, e aí começou já... Com a criação do parque ajudou muito a diminuir a exploração do meio ambiente.
- E – Antes tinha uma relação de uso?
- D – De uso sustentável.
Mesmo para o consumo, a alvenaria aqui, as casas eram de pau a pique, com essa mudança começa a exigir mudanças.
- E – E com a chegada do parque?
- D – Aí foi radical essa mudança, chegou trazendo um choque porque uma vez que os moradores tradicionais eles não tinham conhecimento do que era uma unidade de conservação. A gente via os funcionários do antigo IBAMA, que funcionava como uma polícia que viesse a detonar. O pessoal da comunidade tinha receio das pessoas.
- E – E tinha razão para ter receio?
- D – Tinha porque eles não tinham diálogo com ninguém, não chegava, não fazia um trabalho com as comunidades falando primeiro o que era uma unidade, uma implantação. Então quando chegava aqueles carros escrito IBAMA o pessoal, só de ver o carro, já tinha aquele trauma. E isso hoje acabou, acabou um pouco, mas assim com o tempo foi quebrando, mas até hoje ainda vê como “não parceiros”. Até que eu cobro muito em relação, coloco à disposição das pessoas. Sempre eu pedi pra que eles viessem a conversar com a comunidade pra falar um pouco sobre a unidade, qual o papel que a

desenvolvendo dentro. Ou poderia estar ajudando a comunidade. Mas eu sempre tive dificuldade em ver eles como parceiros da comunidade.

Entrevista com o guia João

E – Antes de chegar essa ideia do parque como era a preservação aqui? Mudou?

J – A gente sempre deixava uma reserva sem desmatar até mais que os 20 por cento pela lei.

Muita coisa intacta, se não tá intacto porque segundo eles o animal andou, fala que o animal andou destrói, mas até hoje não comprovaram.

E tinha água no Peruaçu. Só que nos anos 80 o governo financiava carvoeira aqui na região. O governo federal emprestava dinheiro pelos bancos pro pessoal fazer carvoeira em cerrado. O rio Peruaçu tá seco porque as cabeceiras, as nascentes do rio Peruaçu elas foram todas derrubadas pra plantar eucalipto - que não deu certo na região - mas no cerrado em volta das nascentes era rodeado de firma financiada pelo governo.

E prega outra coisa, mas na verdade não dava importância pro cerrado. Isso foi nos anos 80 e até um pouquinho dos anos 90, depois que começou de 92 pra cá veio a Eco Rio 92 aquilo ali é que começou, eles viu que fizeram besteira lá atrás e o efeito tá chegando agora.

A conservação ambiental então, pode ser vista como um policiamento das condutas. Incompreendida, sobretudo, pela ausência de diálogo entre os gestores da UC e a população local. E também, como políticas compensatórias, para um problema principalmente causado pelos modos de vida nos grandes centros urbanos. Entretanto, para alguns há o reconhecimento de que a população não praticava devidamente a preservação. Observando que a regulação ambiental pelo poder público favorece a recuperação e conservação do meio ambiente, tanto na execução do manejo quanto no campo da educação.

Há depoimentos onde se pondera sobre a preservação ambiental antes e depois do parque, reconhecendo contribuições da comunidade e também do poder público. Considerando aspectos positivos e negativos:

Entrevista com a guia Serena

- E – E a preservação ambiental? Como era a preservação ambiental antes do parque e depois?
- S - Alguns aspectos mudaram, mas eu vejo que as pessoas aqui do lugar não tinham essa questão de desmatamento, essa questão toda assim não. Por exemplo, a pessoa tinha seu lugar de plantar a roça, chegava e plantava, mas não era assim de derrubar pau, de devastar, não era. Mas, antes também era muito comum você ver caminhão passando com madeira, era constante, agora não. Aí chegou o parque e foi multando, as pessoas ficando com medo, não da comunidade. Você via que era gente de fora que tirava madeira. Isso mudou, você não vê mais isso com frequência. Antes tinha, não vou dizer pra você que não, se você tinha a oportunidade de pegar uma madeira pra fazer uma porta... Melhor pegar do que comprar. Mas aí depois quando o parque chegou, falou e tudo aí as pessoas começou a conscientizar mais. Mas com medo da punição, não pela conscientização. Algumas coisas mudaram, outras não, por exemplo o rio Peruaçu. Não sei se você viu rio, passa perto da casa das pessoas e aí cai muitas coisas no rio. Mas eu acho que as pessoas estão mais conscientes.

Entrevista com a guia Bartira

- E – E a preservação ambiental: antes do parque tinha? Tinha esse olhar pra natureza?
- B – Sim, sim, com o parque só melhorou. Que pena que a gente chegou agora num ponto de falta de chuva.. Isso são reflexos do passado.
- E – Então tinha alguma preservação.
- B – Tinha.
- E – Com o parque tem mais preservação ambiental?
- B – Tem. É igual o que eu tô te falando você cria um amor por aquilo, pela natureza. Você começa a cuidar de uma forma diferente. Você não quer ver um lixo dentro do rio. Sabe, você vê um lixo na estrada você já vê aquilo como uma obrigação de você chegar lá e catar. Você não gosta de ver queimadas, nem da caça quando fala da caça você já cria aquela coisa da preservação.

Entrevista com o guia Chico

- C – Mas uma coisa que eu vejo boa que o Ibama fez é que na nossa época o povo matava muito os bichos. Isso aqui você vê tudo aí pra cima era onça... Onça pegava gado do meu pai, aquela enrola. Eu achei bom porque hoje tem muitos bichos de antigamente que os filho nosso não conhece, e ficou lá. Eu acho assim uma parte aquele pessoal antigo, hoje não porque eu vou falar logo que o pessoal hoje é preguiçoso...
- E – Não aguenta trabalho de roça?
- C – Não. Aquela época se tivesse motosserra já tinha acabado tudo, já tinha arrasado tudo e o que era de beira de riacho já tinha acabado tudo. A mata ciliar tirou tudo. Peruaçu chovia bastante naquela época. O povo fazia muita coisa errada, se não fosse o Ibama, lá em cima mesmo tinha um monte de buriti, eles colocaram fogo nos buriti pra plantar feijão. Nós andava era de canoa, mais de 5 metro de altura em cima do rio. Hoje você vai nu molha o sapato.
- E – Hoje é um fio de água, mas primeiro que não pode tocar.
- C – Mas isso de não poder tocar eu acho que é inté uma bobeira, frescura. eu tava vendo o meu genro que trabalha ali “Se você toca a mão degrada o meio ambiente” eu falei “meu amigo o meio ambiente já é degradado” Essas caverna aqui já é mais conservada na época do pessoal antigo de que agora, porque se não fosse já tinha acabado tudo o que tinha. Depois que veio todo mundo, turista tudo, meteram a mão e riscaram e vai acabano, parou de chovê e só iscorrimento. Nego escreve o nome dele, vai lá ver.

Inclusive, um dos moradores comentou que deveria haver uma proteção para as pinturas rupestres para de fato preservá-las, já que fazem passarelas para dar segurança e conforto aos visitantes e, consequentemente, evitar que toquem nos paredões, poderiam pensar numa melhor conservação, pois muitas pinturas estão “lascando” pelas condições climáticas extremas.

Figura 14: Exemplo de pintura rupestre sob a ação das intempéries



Fonte: Elisangela Santos de Miranda, 2015.

Existe também o receio de que as visitas comprometam a preservação ambiental proposta, ainda que as visitas às unidades de conservação estejam entre os objetivos a educação ambiental. Na sequência, a imagem marcas de pisadas(calçados, tênis) muito próximas de pedras que delimitam um dos sítios arqueológicos.

Figura 15: Exemplo de sítio arqueológico visitado



Fonte: Elisangela Santos de Miranda, 2015.

A preservação ambiental institucionalizada, por assim dizer, alterou o modo de vida dos moradores locais e sua relação com a natureza:

Entrevista com o guia Pedro

- E – Como é que essas pessoas se sustentam se não pode mexer com nada?
- P – Tem uns que sobrevive de aposentadoria, mas tem uns que ainda cultiva a criação de gado. Tão fora dos roteiros das caverna. É grande o parque, é muita terra.
- E – E nem tudo vai ser visitado.
- P – E nem tudo vai ser preservado. Tem muito fazendeiro ainda e eles não compraram as terra do pessoal todo. E aí o que acontece? O cara tá lá dentro vai querer trabalhar, vai querer roçar, vai querer cuidar do seu capim e aí? Enquanto o governo não paga ele tá lá.
- E – E esses fazendeiros são grandes proprietários?
- P – São propriedades de 1000 hectares de terra, é outro público, é gente que tem. É que eles não querem sair pelo dinheiro que o governo quer pagar. Tem empresa de Belo Horizonte aí com terra de 2000 hectares, não faz nada, tá aí parado, mas o gado tem. Mas não tem pasto, cria assim na solta.
- E – Carne dura então né?
- P – É, não é macia não.

Conforme exposto nos excertos das entrevistas, existe a preocupação e a dúvida se o parque continuará preservado se for intensivamente visitado, ainda que existam normas e a presença dos guias para orientação aos visitantes. Mas, há variação no entendimento se a população preservava antes ou não. As regras de preservação não refletem, para alguns, o conhecimento tradicional sobre o uso sustentável.

CAPÍTULO IV - TURISMO

Neste capítulo apresento as políticas públicas previstas para o turismo no Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, que se circunscrevem aos planos nacionais no setor. Trago o trecho de uma reportagem local sobre os avanços do turismo na região. Logo em seguida apresento as reflexões sobre o olhar do turista expondo a perspectiva do sociólogo John Urry e as expectativas dos nossos interlocutores.

4.1 Políticas públicas para o Turismo no PNCP

A atividade de Ecoturismo, que corresponde à modalidade turística em parques nacionais no estado de Minas Gerais, está em processo de regulamentação e uma lei de incentivos para o turismo está em tramitação na Assembleia Legislativa Estadual. As ações do poder público para o turismo local vinculam-se ao Plano Nacional do Ministério do Turismo através do Circuito Turístico:

Conjunto de municípios com relativa proximidade em determinada área geográfica, caracterizado pela predominância de certos elementos da cultura, da história e da natureza, com possibilidades de atração de fluxo turístico. A formação de um circuito pressupõe a identidade e o associativismo entre esses municípios que, na verdade, se consorciam para oferecer equipamentos e serviços turísticos, com o objetivo de enriquecer a oferta turística, ampliar as opções de visita e a satisfação do turista, com consequente aumento do fluxo e da permanência dos visitantes naquela área geográfica, geração de trabalho, contribuindo com a renda e qualidade de vida. (PLANO DE MANEJO, ENC 2, p.95)

Figura 16: Divisões das regiões turísticas no território de Minas Gerais



Fonte: Plano de Manejo 2005

O Circuito Turístico prevê a cooperação entre municípios, para que o PNCP integre a rede proposta por este circuito é preciso que os municípios Itacarambi, São João das Missões e Januária (que compõe o parque) elaborem seus respectivos Planos Diretores. O povoado de Fabião I, distrito de Januária, tem atenção especial na elaboração dessas políticas públicas voltadas ao turismo local por ser o núcleo urbano mais próximo do Parque. Estima-se que diversos serviços de apoio ao turista procurem se instalar ali, tais como: pousadas, restaurantes, mercearias, agências receptivas, lojas de venda ou locação de equipamentos para a prática ecoturística e outros relacionados. Serviços que podem estimular o desenvolvimento da região.

O entusiasmo pela chegada do turismo pode ser observado nesta reportagem jornalística local:

Em terra de cegos, quem tem um olho é rei. O ditado popular se aplica bem à ex-vereadora, ex-secretária municipal e agora empresária do turismo Kécia Silvino Dourado Madureira. Entre os moradores de Itacarambi, é difícil encontrar alguém mais entusiasmado com a abertura da visitação turística do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu. Diante da falta de opções de hospedagem mais próximas do parque, foi dela a iniciativa de organizar algumas famílias em um receptivo familiar que já consegue receber até 70 visitantes simultaneamente. A falta de luxo, segundo ela, é compensada por um atendimento acolhedor e a oportunidade de vivenciar o modo de vida do interior mineiro. (Reportagem “Peruaçu traz esperança de dias melhores para Itacarambi”, Jornal Farol Comunitário, 29 de maio de 2014)

Na mesma reportagem, mais adiante, a fala de um guia local exemplifica a ambiguidade com que a população vê o turismo:

Ademir Nunes Vassalo, o “Miquinha”, presidente da associação de guias da região. Morador da comunidade de Fabião I (...) – cobra R\$ 100 para guiar um grupo de até oito pessoas ao longo de um dia –, ele luta para convencer amigos e vizinhos da comunidade a percorrer as mesmas trilhas. “Até hoje sempre tem alguém que me vê chegando de volta e pergunta debochado: levou mais alguns bestas para ver pedra?”, conta, sem segurar o riso. O próprio filho, de 18 anos, preferiu ir para Montes Claros trabalhar em uma empresa de ônibus do que virar guia no Parque Nacional Cavernas do Peruaçu. (Reportagem “Peruaçu traz esperança de dias melhores para Itacarambi”, Jornal Farol Comunitário, 29 de maio de 2014)

O Parque Nacional Cavernas do Peruaçu faz parte do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu (MSVP). O MSVP tem caráter consultivo e a função de integrar a gestão das UC’s numa área total de 800.000 hectares. São realizadas análises contínuas sobre a biodiversidade dos ecossistemas que compreendem este território. É localizado nas áreas

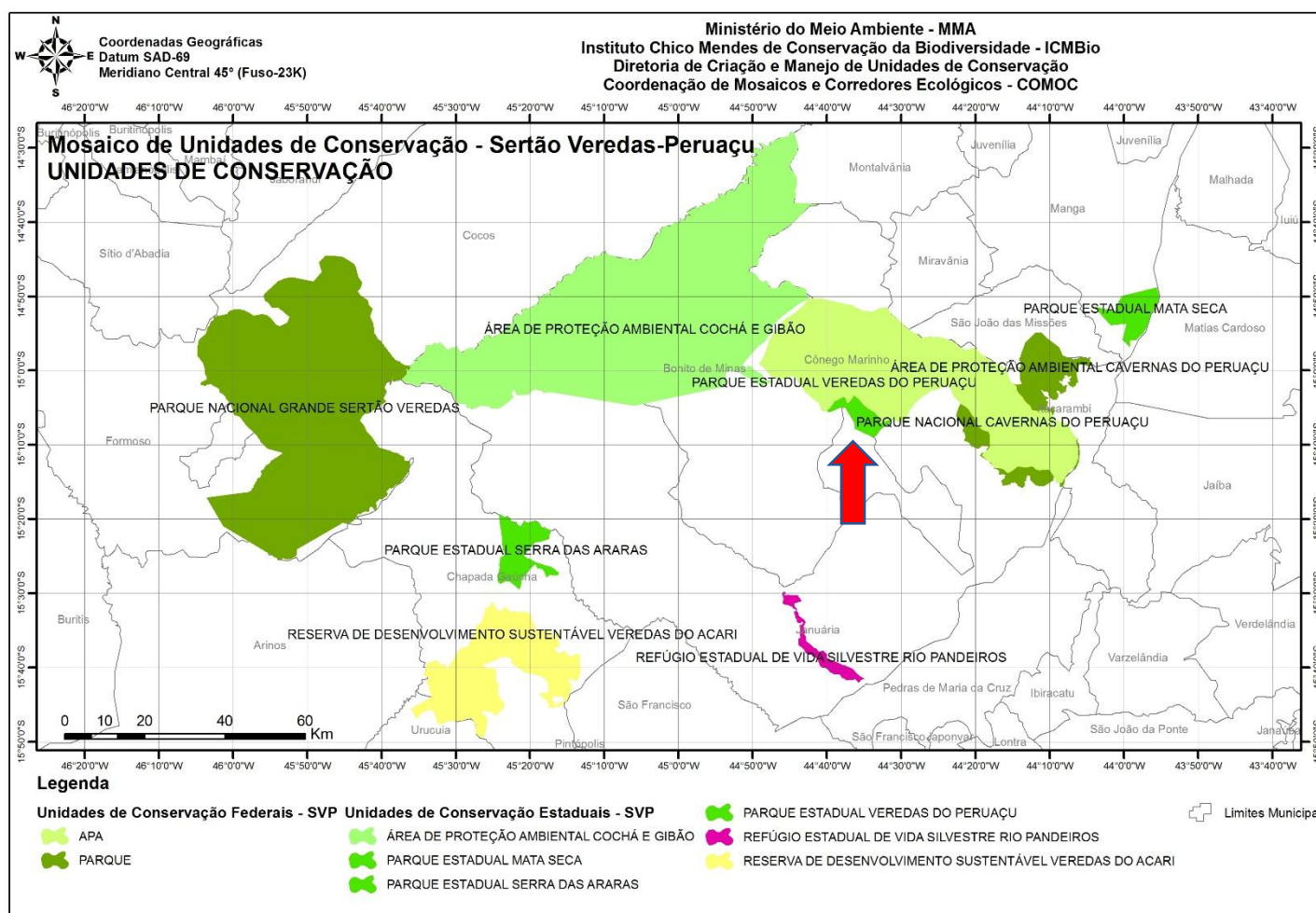
de cerrado do noroeste/norte do estado de Minas Gerais e pequena parte do sudoeste da Bahia. Um dos objetivos do Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu MSVP é promover o desenvolvimento do turismo ecocultural sustentável.

As belezas naturais aliadas à riqueza sociocultural dos povos que habitam o sertão, se forem explorados de forma adequada e com a participação das comunidades locais, podem se transformar em uma das principais fontes de ingresso de recursos, tendo no turismo a mola propulsora.(...) São inúmeros os atrativos e as opções de visitação pública nesta região, o que se traduz em grandes potencialidades para o desenvolvimento do turismo ecocultural. (FUNATURA, 2008, pp.6,7)

Trabalhar com Mosaicos de Unidades de Conservação é previsto na lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (Lei no 9.985 de 18/07/2000). De acordo com o artigo 26:

Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional. (SNUC, 2000)

Figura 16: Mosaico de Unidades de Conservação Sertão Veredas - Peruaçu



Fonte: <http://www.icmbio.gov.br/porta/images/stories/mosaicos/mapa-grande-sertao.jpg>

Para o alcance dos resultados propostos pela gestão, é feito o planejamento através do Desenvolvimento Territorial de Base Comunitária. São realizadas contratações de equipe; organização de grupos de trabalho; elaboração de mapas; pesquisas sobre as áreas do Mosaico; sistematização dos dados; fortalecimento do apoio de parceiros institucionais; publicação e divulgação dos resultados. Metas são previstas e para alcançá-las são utilizados recursos advindos da Compensação Ambiental. Mas, também, a captação de recursos é autorizada (MMA, 2009).

O Desenvolvimento Territorial com Base Conservacionista (DTBC), portanto, busca promover o desenvolvimento territorial onde as atividades de conservação da natureza são uma das fontes principais de recursos. A seguir os dados sobre os investimentos para o Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu (MSVP), onde o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu está inserido:

Orçamento Global do Plano de DTBC	
Focos	Valor
Foco 1 – Extrativismo Vegetal Sustentável	
Meta 1 – Capacitação das comunidades ao uso sustentável dos frutos do Cerrado	88.585,00
Meta 2 – Educação ambiental	48.880,00
Meta 3 – Fortalecimento da organização comunitária	16.860,00
Meta 4 – Visitas de intercâmbio	12.000,00
Meta 5 – Assistência técnica	1.481.137,80
Meta 6 – Ações de infraestrutura nos núcleos e comunidades	356.500,00
Total Foco 1	2.003.962,80
Foco 2 – Turismo Ecocultural	
1. Capacitações	447.430,00
2. Visitas de Intercâmbio	62.000,00
3. Valorização da Cultura Tradicional	1.906.236,00
4. Fortalecimento da Organização Comunitária	4.500,00

Orçamento Global do Plano de DTBC	
5. Melhoria da Infraestrutura	721.000,00
6. Planos Diretores	1.700.000,00
7. Marketing	300.000,00
Total Foco 2	5.141.166,00
Foco 3 - Gestão Integrada	
Meta 1 – Programa de Fiscalização Integrada	55.275,00
Meta 2 – Programa Integrado de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais	55.895,00
Meta 3 – Programa de Operacionalização do Conselho do Mosaico	85.530,00
Meta 4 – Programa Integrado de Pesquisa Científica	53.300,00
Meta 5 – Programa de Levantamento da Situação Fundiária das UCs	1.300.000,00
Total Foco 3	1.550.000,00
Total do Plano de DTBC	8.695.128,80

Fonte: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/mosaicos/plano-dtbc.pdf>

Os povos tradicionais que fazem parte do MSVP são comunidades de quilombos e de grupos tradicionais como os ribeirinhos, vazanteiros e chapadeiros. Além de um grupo indígena, o Povo Xakriabá. No ano de 2000, através do censo populacional do IBGE, estimou-se a existência de 6.000 indivíduos pertencentes a essa etnia que se concentram no município de São João das Missões. Os Xakriabás reivindicam a reintegração de parte das terras do PNCP para a sua reserva, uma área que tem importância histórica, como seu patrimônio emocional. A localização da reserva indígena é distante dos roteiros de visitação do parque. Precisamente é indicado no plano de manejo “No limite norte do parque limita-se uma reserva indígena, sob responsabilidade da Fundação Nacional do Índio - FUNAI” (PLANO DE MANEJO, Enc.2, 2005, p.14). Não houve discussão com a reserva indígena para a criação do PNCP; eles se sentem também excluídos do processo de efetivação (MUNGAI, 2008, p.143)

A conservação ambiental proposta pelo Estado e instituições envolvidas não incluem as pessoas que moram nessas áreas no processo decisório da gestão das UC's (ibid., p.137). Na comunidade Fabião I as expectativas com o turismo dividem-se entre: a descrença com o número de visitantes e o otimismo com a chance de mais postos de trabalho. Um grupo entende que o parque com muitas normas não oferece atrativos turísticos; outro grupo acredita na melhoria da qualidade de vida local, através de constantes visitas e com a possibilidade de crescimento econômico.

4.2 Turismo como fenômeno

O turismo pressupõe seu agente, o turista, cujo olhar é socialmente organizado e sistematizado. Segundo John Urry (1996) o olhar do turista modificou-se e desenvolveu-se ao longo do tempo; não existe olhar único, o turista varia de acordo com a sociedade, grupo social e período histórico. O autor diz que não se trata de uma experiência universal, mas de um olhar que é construído pela diferença e relacionado com seu oposto. A análise feita envolve o conceito de “afastamento” rompendo o cotidiano estabelecido pela rotina com deslocamentos e encontros que permitem a abertura dos sentidos a estímulos que contrastam com o cotidiano.

De acordo com Urry a atividade turística pressupõe seu oposto, isto é, um trabalho organizado e regulamentado. Nas sociedades modernas o trabalho e o lazer são organizados como esferas separadas. Envolve algum deslocamento através do espaço e um período de permanência em um lugar ou lugares novos, em localidades fora do âmbito normal da residência e trabalho. Importante é que o turista terá sempre a clara intenção de “voltar” para casa dentro de um certo intervalo de tempo. A escolha dos lugares a serem contemplados deriva de uma expectativa que, por sua vez, é constituída e mantida por práticas não turísticas: o cinema, a literatura, a televisão, as revistas entre outros veículos que constroem e reforçam o olhar.

O olhar do turista é direcionado ainda para aspectos da paisagem que nos separam da experiência de todos os dias, do habitual. Esse olhar é objetificado ou capturado através de cartões postais, fotos, filmes entre outros que possibilitam que este ponto de vista possa ser reproduzido e recapturado como um sinal da coisa em si: “Quando turistas veem duas pessoas se beijando em Paris o que seu olhar capta é uma Paris intemporal e seu romantismo” (URRY, ibid., p.18). A busca desses sinais nas experiências turísticas se deve, por exemplo, à leitura do pitoresco no rural e do exotismo das praias. Além do que

viajar confere status social, é um privilégio, as pessoas viajarão para contemplar novos lugares, vivenciar novas experiências. Daí então a importância do turismo na economia como uma atividade bastante expansiva na sociedade.

Assim sendo, destaco alguns dos estudos que contribuíram para a minha investigação, como por exemplo, a pesquisa Adélia Augusta Souto de Oliveira (1998) onde fica claro que se por um lado o turismo alavanca o desenvolvimento sócio econômico de populações receptoras, por outro, no entanto, redimensiona posições e relações na comunidade. Depois da chegada do turismo as relações são marcadas pelo ter e novas organizações de trabalho são desenvolvidas. Oliveira assevera que “O projeto de vida, as relações comunitárias, a intersubjetividade, a afetividade são tão essenciais quanto o bem estar econômico” (ibid., p.149). Posteriormente, em sua tese de doutorado, a autora aprofundou questões surgidas sobre os efeitos da indústria do turismo de massa e os poucos benefícios trazidos às populações nativas:

Os lugares de encontro da comunidade não existem mais. A praia, o mar e as ruas foram “privatizados”, e o movimento invertido do ponto de vista da tradição local, que vivia o espaço como algo em um comum. O sentimento do espaço da casa não existia, estava preenchido totalmente como espaço público, em especial pela praia e pelas ruas, que eram os lugares por excelência da vida e da referência identitária. Esses lugares de encontro não existem mais. (OLIVEIRA, 2005, p.205)

Luiza Coriolano, pesquisadora sobre turismo no Brasil afirma que o mesmo é predador do espaço e pode gerar danos ambientais irreversíveis. Observa no entanto que o turismo comunitário é uma nova forma de adaptação dessa atividade mais voltada às pessoas que ao capital. É possível encontrar representações positivas do turismo pelas comunidades receptoras (2006, p.182). Sobre a relação turismo e exclusão social a autora diz:

A exclusão pela pobreza e falta de acesso ao emprego tem no turismo a oportunidade e uma forma de incluir aqueles que não dispõem de grande capital, contando apenas com suas capacidades de trabalho (...) É preciso considerar entretanto, que as políticas selecionam espaços dentro dos lugares turísticos, tornando-os territórios turísticos, com toda infraestrutura e serviços de alta qualidade. Saindo destas áreas a qualidade de vida está comprometida, é por isso que os turistas nem sempre estão satisfeitos com os lugares visitados. (CORIOLANO, p.186/188, ibid.)

Retomando Urry, basicamente o olhar do turista contrasta com suas experiências cotidianas numa divisão binária entre o ordinário e o extraordinário. As viagens trazem experiências que induzem ao prazer. De certo modo os turistas são praticantes de semiótica

lendo a paisagem à procura de sentidos pré estabelecidos que derivam dos discursos propagados sobre os destinos de viagem, com imagens culturais pré existentes que se sobrepõe ao objeto físico visto. A fotografia neste âmbito tem papel relevante por:

- Apropriar-se, de certo modo, do objeto que está sendo fotografado. É uma relação de poder e conhecimento.
- Ser um meio de transcrever a realidade, as imagens produzidas não parecem ser afirmações sobre o mundo, mas parcelas dele em miniatura da realidade, como a prova de que algo aconteceu. Miniaturização do real.
- Quem fotografa seleciona, estrutura e molda aquilo que é fotografado.
- Na medida em que todos se transformam em fotógrafos, todos se transformam em semióticos amadores. “Ondas arrebatando nas pedras” remetem à natureza selvagem e indômita.
- Implica obrigação. As pessoas sentem que não podem deixar de ‘parar’ e ‘fotografar’. diante de determinadas coisas.
- E se o turista antecipou sua viagem através de imagens, quando viaja ele as procura e captura para si. Ao final, demonstra efetivamente que esteve em determinado lugar, exibindo sua visão das imagens que vira originalmente.

A fotografia está, portanto, intimamente ligada ao olhar do turista. Produzindo e organizando as imagens que suas expectativas sobre os lugares devem contemplar. Posteriormente organizando a experiência com recordações, dando forma à viagem, com as prévias indicações dos roteiros turísticos.

4.3 Expectativas dos guias locais em relação ao turismo

Nas entrevistas com os guias o tema turismo trouxe à tona as dificuldades encontradas na recepção dos visitantes. Na alteridade visitante/guia surgem imprevistos e inseguranças:

Entrevista com o guia Pedro

- E – No teu caso como foi lidar com o público?
 P – Minha questão com o público foi a timidez. Porque naquele tempo eu era molecão e vinha trabalhando com mineração por aqui, não lidava com público assim igual hoje que vem pessoas do estrangeiro. Vem pessoas dos Estados Unidos, vem inglês, vem argentino, vem canadense. E pra você falá com esse povo? ‘Quêdê’ a língua? Se não tiver o intérprete como vai comunicar? E eu era um cara tímido

mesmo, pra eu poder falar com a pessoa nossa... Quando eu era molecote eu tinha medo de gente, chegava gente lá em casa e eu saía lá pro mato. Escondia porque a gente era aquele molecão ‘abestaiado’ da roça.

Entrevista com o guia João

- E – E você como venceu sua timidez?
 J – Nos cursos de capacitação tinha que ir lá na frente pra apresentar e já ia treinando, quando eu vi eu já tava falando sem medo.
 E – E hoje?
 J – Já tô seguro e consciente do que vou fazer.

Entrevista com a guia Serena

- E – Qual?
 S – Porque muitas das vezes as pessoas nem todas são iguais e tem vários interesses pelo parque. Tem gente que só quer ir a passeio, tem gente que só quer entender, conhecer. Então você tem que tentar ver o que aquela pessoa tá querendo.
 E – E o teu jeito de mostrar o parque?
 S – Acho importante o jeito de mostrar como que é o parque, mas eu tenho que ver também seu lado, nessa hora eu tenho que pensar o que você quer ver. Tentar ver o que te chama à atenção.
 E – Mas você tem um jeito seu de mostrar ou ainda tá criando?
 S – Eu ainda tô criando. Eu acho que conduzir é uma coisa muito complicada. Eu que sou professora tô acostumada, explicar, falar e ouvir. Muitas das vezes tenho muita informação, mas a pessoa não quer nem ouvir. Parece que não é aquilo que tá chamando à atenção, aí você fica tentando achar alguma coisa pra chamar atenção. “Poxa, o que ele veio fazer aqui? Qual o interesse? O que ele pensava do parque?”. Fica complicado imaginar o que a pessoa quer.
 E – E como é que você se vira?
 S – A gente vai tentando né, “e aí você gostou mais disso?” vai conversando e vendo o que a pessoa tá querendo, qual o objetivo da pessoa. porque muita gente “Ah eu fui no parque pra tirar foto”, só o fato de tá lá pra tirar uma foto, tem gente que já quer mais conhecer mesmo.
 E – O que você sente quando não consegue prender a atenção desse visitante?
 S – Me dá um desespero porque a gente tenta decifrar o que a pessoa tá querendo. Porque muitas das vezes a gente fica confuso “Será que

realmente aqui tem esse valor todo?” Tem pessoa que fala “Oh que bonito” e tem outras que “Tá bom, já vi”. Sei lá dá um sentimento assim de incapacidade de não saber o que a pessoa tá querendo, de não ser aquilo que ela pensou que era.

Em alguns momentos a questão da norma supõe uma atitude do/a guia diante do/a visitante:

Entrevista com a guia Serena

- E – Alguns me disseram que iniciam mostrando o parque com uma espécie de advertência, um esclarecimento de que não é um passeio, é uma visita que tem regras. Você faz isso?
- S – Então, depende do turista. Porque muitas vezes o turista vai pra passeio igual o cara da foto. Aí você chega e fala que não é um passeio, mas
- E – uma visitação?
- S – É, isso aqui é uma visitação.

Entrevista com o guia Pedro

- E – Teve dificuldades?
- P – Teve assim aquele gelo, quebrar o gelo com o público, por exemplo, um grupo de pessoas que você nunca viu, aí você tem que se apresentar... Isso aí foi uma das maiores dificuldades minha, às vezes eu ficava mais quietinho no canto e também as perguntas, porque a gente conhece mas não sabe por que aquela pedra tava ali, quantos metros tinha... Não tinha aquela noção igual a gente tem hoje.
- E – E perguntam muito?
- P – Alguns sim, outros vão mais pra curtir e a gente deixa eles, se eles perguntar a gente responde. Se não perguntar também, você não responde. Deixa tirar foto, deixa à vontade desde quando siga as normas.

Entrevista com os guias João e Pedro

- E – E dá pra oferecer o que querem sem mexer com a preservação?
- P – Dá. Tem o local único que dá pra descer, é único, não existe você tentar mudar pra outro roteiro. Só ali que dá pra passar e que dá pra fazer. Só dá passagem neste local, por isso que tem esse roteiro. Se for procurar outro lugar pra passar você não consegue.

- E – E sobre as regras? Vocês apresentam para os visitantes?
- P – Sim, todas as vezes.
- J – Uma, duas pessoas, grupo grande ou casal, todas as vezes.

Entrevista com a guia Bartira

- E – Diversão?
- B – Diversão, chega aí pensando que é aquela coisa divertida, chama ‘passeio’. Eles veem como um passeio, a gente não vê como um passeio, a gente vê como uma visita a um parque nacional. Lá não é pra diversão! Lá é pra mostrar os atrativos que a gente tem, que é uma área de preservação e tá lá bem preservado.

Entrevista com os guias João e Pedro

- E – O que é mais difícil? Quais as situações mais difíceis que vocês enfrentam como condutor?
- P – Pra mim é escola. Porque o comportamento da criança é diferente dos adultos. Às vezes a criança quer extrapolar um pouco, quer pisar onde que não pode, quer subir onde que não deve, quer passar onde é proibido, vê a água quer tocar na água. Se vê uma folha ali quer tirar do pé de árvore. Então esse tipo de público é mais difícil porque é criança.
- J – Porque a criança sabe como é que é: você fala e é a mesma coisa de nada. Pra mim, no meu ver. Eu gosto também de levar, mas a gente tem que tá pegando no pé mesmo, falando com eles que não pode fazer, outra hora o professor tem que tá falando com eles também. O adulto não, você falou ele vai te atender e vai te pedir pra passar no lugar. Te consulta onde pode tirar uma foto, se você dizer que não também ele não teima.

Um dos guias mais antigos já acompanha visitas desde os anos 80, muito antes da área se tornar um parque nacional. Neste período os visitantes e a comunidade tinham uma proximidade diferente do que ocorre hoje:

Entrevista com o guia Chico

- E – Isso desde quando?
- C – Foi em 80, casei em 84, foi em 87 que já começou.
- E – Nossa, que legal! Antes de ter decreto de parque ou qualquer outra coisa. Recebia, hospedava e fazia comida pra eles?
- C – Fazia. O que eu tinha eu já fazia pra eles e eles

gostava. Eu colocava ali debaixo do pé de manga. Colocava aquelas barraca, eles dormia lá. Uns eu colocava a cama pra dormi “Não, eu quero deitá aqui no chão”. (mostra fotos) esse pessoal aqui ficou aqui em casa...

Aí é só advogado, promotô, médico esses trem tudo. Antes de fazê isso aqui já tinha visitante. Não tinha tabela de preço, um pacote pra cobrá. nós falava “é o que vocês me dá”. Deixava até mais, sabe o que a gente ganhava mais? Teve um de Belo Horizonte que deu umas dez cestas quando chegava o final do ano, cesta de natal. Naquela época era só eu também.

E – Foi uma surpresa saber que tinha visitaçã
antes.

C – Eu já entrei com 90 pessoa eu sozinho, vinha 45 num sábado com os professô que vinha 5 fazia 50, eu entrava de 5 em 5. Entrava lá e fotografava, saía e voltava.

E era assim. Moça eu já sofri um bocado nesse trem com negócio de reportagem aí, já dormi não sei quantas noite aí dentro.

As entrevistas também trouxeram o modo como os guias apresentam o parque, suas estratégias e como se posicionam atualmente num território onde antes tinham livre acesso.

Entrevista com o guia João

E – Na hora de mostrar o parque como você mostra? Tem um jeito seu?

J – Eu tenho meu jeito único, do jeito que eu fui conhecendo o parque. A primeira pergunta que os turistas fazem pra gente é “*Você é daqui? Mora aqui? Você é de onde?*” eu respondo que sou ex-morador, aí eles dizem “*Praticamente você conhece o parque todo*” eu digo que não, que conheço 80 por cento, porque os 20 por cento é o meu terreiro, eu brinco assim: ‘Não é parque aqui não, é onde eu morava. Ainda é, a casa ainda tá lá. É de memória, mas é’.

É assim que eu faço, pra mudar o meu jeito de ser acho difícil. No curso essas coisas técnicas eu não uso, faço questão dessas informação científica também de não usar, porque é uma coisa que eles não têm certeza, eles prevê ali. Então eu vou do meu jeito.

A gente usa um pouco da ciência ali nos desenho (roteiro Lapa dos Desenhos), o que na verdade até eles mesmo não tem certeza. Então, quer dizer, “segundo a ciência” agora se vier

comigo vou falar o que eu conheci, só conhecimento da prática não tem teoria nenhuma.

A gente chegava e falava “esses lugar aqui é bom de fazer uma roça” mudou e agora a gente fala “olha pessoal aqui era um lugar bom de quando eu morava aqui pra plantar roça e hoje não é, mas é bonito assim também”.

Entrevista com a guia Serena

E – Você chegou a frequentar na infância antes de ser parque?

S – Ia passar as férias lá e também quando meu pai ia eu ia junto. Alguns passeios que podia ele deixava, não em todos, porque eu era pequena. Quando chegou o Ibama aí foram feitas algumas restrições, que não poderia mais ter visita porque tava numa fase de reestruturação do parque. Aí eu não fui mais. Todo mundo parou de ir visitar, agora é que voltou. Há muito tempo atrás eu tinha feito um curso de Turismo Rural que o Sebrae tinha dado, Eu peguei e fiz esse curso. Só que depois quietei. Fiz ensino médio e resolvi fazer uma graduação. Aí eu fiz Geografia em Januária. Aí eu tava pensando em fazer alguma coisa, só que na época comecei a trabalhar e achei que esse trem ia dar muito trabalho. Eu tinha que fazer pesquisa e mesmo que eu tava indo não ia ter tempo. Eu já sabia o que eles sentiam. Eu fiquei com medo de eu ter muita interferência assim, eu já sabia, eu não tinha o outro lado, tinha uma questão afetiva.

Aí eu comecei ver ‘Por que tem que ter esse parque fechado que ela (avó) não pode ficar aqui dentro? E porque tá lá tanto tempo e tá tudo ali? Será que agrediram o meio ambiente?’ Ela que tá lá não faz nada praticamente. Ela só está ali, pra ela é importante estar ali! O lugar pra ela é que é referência, é o lugar dela. Ela fala isso “*Esse aqui é meu lugar, é minha terra*” não é muito grande a terra dela, mas ela se sente parte. Aí eu resolvi e falei “Tô muito envolvida nesse trabalho” eu vou colocar minha opinião e não vou deixar a pesquisa fluir, acho que não vai ficar legal.

E – Você dá aula de Geografia?

S – Trabalho como professora de Geografia. Eu passo todos os dias por dentro do parque porque tem a estrada aí e lá, assim no meio do parque, tem algumas comunidades. E aí por que surgiu esse “reinteresse” meu? Ressurgiu esse interesse de guiar? Porque agora, com o

ICMBio, chegou com algumas normas de que 8 pessoas tem que ter 1 guia. E a maioria dos meus alunos eles não conhecem o Peruaçu mesmo morando tão perto. Tão perto e uma distância tão grande. Aí a gente resolveu fazer um projetinho pra levar eles. Só que eles são pessoas que não tem condição, a grande maioria não tem condição nenhuma.

O processo em se tornar guia do parque varia nas motivações. Para alguns a viabilidade de trabalhar perto de casa e não terem de migrar em busca de oportunidades. Para outros um complemento de renda, mas também uma forma de manter a população ‘dentro’ do parque.

Continuação da Entrevista com a guia Serena

- E – Mas com esse público você passou a se interessar em ser condutora?
- S – Eu achei importante eles conhecerem uma área assim, Porque não adianta a gente falar uma coisa abstrata e só ali mostrar no livro pra eles. Nossa, 80 reais o grupo de pessoas! Então quer dizer, se eu fosse levar 16 alunos ia dar ali 160. Aí eu já tinha meu curso e apareceu um cursinho...
- E – E você fez para oferecer para os seus alunos?
- S – Como eu já conhecia no princípio foi, mas é uma oportunidade de serviço também. Não foi só pensando nos meus alunos, mas isso foi muito importante para eu querer fazer esse curso.

Entrevista com o guia Daniel

- E – E agora você como condutor? Como foi se tornar condutor?
- D – Engraçado, igual eu falei antes eu sempre gostei de meio ambiente. E quando surgiu alguns falando sobre os cursos de capacitação, eu fiquei muito alegre porque isso é uma coisa que eu gosto. Eu faço com prazer. Às vezes nem tanto por questão até de uma recompensa do trabalho, mas eu gosto mesmo de trabalhar como condutor. E logo surgiu a necessidade com a criação do parque.

Entrevista com o guia Chico

- E – Trabalhava com o quê lá antes?
- C – Lá? Plantava roça e depois eu comecei andar com esse pessoal aí na gruta. Aí ia e vinha procurá caverna. A maioria do pessoal hoje tá interessado é em dinheiro. Só interesse em

dinheiro. Eu voltei aqui e se você me procurá hoje não tem nenhum lugar que você me procurá ir em tal caverna pra mim num mostrar ocê.

E – Você conhece todas?

C – Daí de dentro umas cento e cinquenta e tanto eu conheço todas. E hoje o pessoal num tem interesse de conhecê tem interesse só de ganhar dinheiro.

E – Quem cê diz?

C – Os guias daqui né. Se for levá lá eles vai atrás de dinheiro, eu já andei foi é de graça. Só pra conhecê, eu andava é de graça, por isso é que eu conheço muito aí. Esses ôtro que tá aí não, conhece uma mixaria, um roterozinho ali só. E você, como foi pra você virar condutor? Eu comecei numa curiosidade que eu tive.

E – Você era moço então.

C – É, tinha o que? Eu tinha uns 16 ano, 17 ano e já andava aí dentro tudo. Ajudei eles a fazer escavação.

Vou te falá a verdade aqui: no dia de defini esse parque aqui foi aqui.

E – Foi aqui?

C – Foi aqui em casa. Veio o Ibama e o IEF, o parque era pra ser lá no parque do IEF, essa estrutura essas coisa era pra ser no parque do IEF(outra localidade/outra órgão gestor). E eles veio pra mim decidi onde era o lugá melhó pra ter a filmage, e pediram pra eu falá ‘É ocê que conhece’. Embaixo do pé de manga aqui. Aí eu fiquei, aqui tinha água, água tinha demais, tinha espeleotema, tinha pintura rupestre. E lá tinha o que? Água tem ainda lá.

E – Lá onde?

C – Lá no Parque do IEF (Parque estadual) e lá só tem água, buritizal e cerrado. E aqui não, aqui tinha de tudo. Aí eu falei que pra mim era aqui. Então decidiram e assinô.

Entrevistas com os guias João e Pedro

E – E agora quero falar com vocês sobre ser guia, como é que foi que começou pra vocês?

J – Pra mim com essa administração agora do ICMBio, eu vi pela conversa que eles chegaram que eles queriam trabalhar com a comunidade. Eles reuniram o pessoal e mostrou porque ser parque, se poderia trazer algum benefício pra gente. Disseram o que era ser guia, ser condutor “Pra levar nas cavernas assim assado, aí você pode cobrar um dinheiro, mas também não é uma coisa que dá sustento”, chegou e sentou com um pessoal, com um grupinho

primeiro.

- E – Isso foi quando?
2003 ele veio trabalhar, 2006 eu levei o primeiro grupo de pessoas.
- E – E você quando começou?
- P – Na verdade antes de ser guia eu fui brigadista. Fui um dos primeiros brigadistas que teve aqui no parque, no ano 2000 e às vezes chegava gente e não tinha guia e a gente levava nos roteiros.

Na parte final das entrevistas foi perguntado aos interlocutores sobre como mostram o parque, o que esperam que aconteça em relação às visitas e ao turismo no futuro.

Entrevista com a guia Bartira

- E – Me diz: como você mostra o parque para uma pessoa?
- B – Eu ia mostrar o parque como se fosse o quintal da minha casa. É o que eu tenho no meu quintal de casa.
- E – Daí você vai nos roteiros...
- B – E vou apresentar da forma mais simples, não daquela forma científica porque isso não interessa. Pro turista ele quer saber do seu jeito, o papel do condutor local é mostrar da sua forma local do que é o parque e é esse o jeito do quintal de casa. É você não chegar falando de datas que pouco importa. Falar da natureza, falar de pássaros típico da sua região com se eu tivesse na minha casa mesmo, do meu jeito simples.
- E – Que futuro que você vê pro parque?
- B – É sempre os melhores, a gente deseja sempre os melhores, precisa ainda mudar algumas coisas, por exemplo na organização da comunidade que é a portaria do parque. A comunidade é a portaria do parque. É a porta de entrada para um parque nacional que tem um atrativo turístico enorme, falta as pessoas verem o parque amar como eu também amo, elas não estão envolvidas.

Entrevista com o guia Daniel

- E – E no seu treinamento você teve alguma dificuldade?
- D – A dificuldade a gente sempre vai ter, a gente vai aprender coisas mais novas. Eu achei muito, por exemplo, o papel do condutor ele é um elo de ligação entre o visitante e o ambiente, então em todo momento você vai ter não só as

informações dentro do parque, mas o cultural nas informações tem que surgir em todo momento. Ele é um elo! Onde também tem que pesquisar mais informações pra ficar mais enriquecidas as informações.

E – Você não era só um mostrador das coisas.

D – Não, porque muitas vezes a gente falava assim “o parque lá”, mas pra mim chegar até o parque tem uma introdução que ninguém imagina o que é uma unidade de conservação.

E – Um visitante que não é como um pesquisador científico? Como seria?

D – Aí eu começo a falar dos biomas, aí eu vou falar mais amplo, vou falar a área da unidade de conservação que aqui seria 56.800 hectares, divide em três cidades: Januária, São João das Missões e Itacarambi, a qual São João das Missões é uma área indígena dos Xacriabás, faz parte, faz a divisa. Então aí minhas informações vão ser mais amplas. Mas, se chegar um “Eu quero, o meu foco aqui hoje é fazer uma pesquisa sobre as pinturas rupestres”, então além de eu falar a área - isso eu tenho que falar - mas aí eu vou focar mais no que ele quer.

E – E o que você acha do turismo?

D – Eu tenho uma preocupação do turismo aqui na região, porque ele começa questões imobiliárias. Dentro da criação já começa especulação de áreas de terra, pessoas de fora vem comprar e colocar uma cultura diferente.

E – As pessoas da comunidade estão um pouco descrentes do turismo?

D – Isso é uma das minhas preocupações, eu falo que a comunidade não está apta se o parque abrir hoje. Eles não estão acreditando que possa ocorrer. Eles não acreditam até mesmo de comércio, de mudança de vida, não acreditam. Muitos visitantes que chegam aqui às vezes não acham nem um cafezinho da manhã, porque eles não tão acreditando que isso vai precisar ainda. *‘Mas eu faço e daí não vende? Como que fica isso? Eu vou aplicar, mas não vou ter a devolução dele?’* Então eles tem essa descrença ainda do que vai acontecer. As vezes eu falo na reunião pra que eles pudessem... O artesanato já vieram fazer alguns cursos aqui, o Senai por exemplo, alguns órgãos já tentaram alguns cursos com a própria matéria prima de semente, casca de coco. Só que eles começam a fazer, fazem, só que depois não tem onde escoar, não tem comércio e aí eles largam de mão. Isso me preocupa muito, eu como condutor, porque a cobrança existe essa cobrança. Um bonezinho escrito cavernas do Peruaçu, um chaveiro,

algumas coisas assim. E as pessoas tem medo de investir. Por exemplo, quando eu construí aqui não foi específico pro parque, foi porque eu tinha vontade de ter, mas eu vi depois uma necessidade.

Entrevista com a guia Serena

- E – E o que você valoriza no parque pra mostrar?
- S – Acho muito interessante falar da estalactite, não sei se porque também minha área, aí acho bem interessante. Apesar desses cursos preparatórios que eu participei, acho ainda que deixa muita coisa a desejar. Por exemplo, como o curso é mais voltado para o lugar, dando mais informações, muitas vezes as informações de um guia não batem com a do outro.
- E – Elas chegam a ser contraditórias?
- S – Algumas vezes sim. Alguns falam “A altura desse teto?” alguns falam “é 14”, aí o outro “Não, é 19”, aí um fala “Aqui é 2km” o outro “Não, aqui não tem 2 km é 1 e meio”. Então essas coisas eu acho que falta ainda. Apesar de que aqui tá no início, não sei se vai melhorar ou piorar.
- E – Você acha que vai expandir ou não? Pelo o que você tá vendo.
- S – Eu não sei nem te falar porque muitas coisas que a gente achou que não ia acontecer tá acontecendo.
- E – O que, por exemplo?
- S – Essa estruturação do parque. E muitas coisas como cobrar de turista, eram só dois guias que tinha aqui, não era a quantidade de guia que tem hoje. Hoje tem muito mais gente. Antes vinham pesquisadores de Minas, de São Paulo, ficava lá na casa do guia dentro do parque, comiam, cantavam. Ficavam por lá. Agora mudou a quantidade de guias, o interesse por guiar aumentou. Não sei se pela necessidade financeira, porque antes ia pra roça com o pai e já se acostumava. Diminuiu muito pessoas para trabalhar na roça, muitas pessoas foram estudando, estão tendo mais oportunidade de estudar.
- E – Você acha que o jovem tem oportunidade de trabalho aqui ou ele vai ter que sair?
- S – Ele tem que sair porque aqui a oportunidade é muito pouca.
- E – Nem com o turismo?
- S – Do que tá aí não. Porque, por exemplo, tem semana que não tem turista. Semana que não tem nada de passeio, aí ninguém ganha dinheiro como guia. Ninguém ganha.
- E – Eu encontrei todo mundo facilmente, não teve

ninguém que estivesse acompanhando um roteiro. Passo e volto na porta do parque, não vejo carro, não vejo ninguém de fora.

Entrevista com os guias João e Pedro

- E – Eu queria saber o que vocês acham do futuro disso?
- J – Eu acho que o parque em termos de turismo, no meu ponto de vista, acredito que vai funcionar ‘bombando’ assim de uns dois a três anos com bastante fluxo de pessoas. Porque do que vejo do pessoal eles querem também tomar banho, quer procurar água. A maioria que vem sempre cobra e pergunta se não tem um lugar pra tomar banho. Porque quer um parque que possa tomar banho e esse aqui não pode nem tocar na água. Até porque a água do Peruaçu tá curta. Tá seco e eles não podem nem tocar. E tem outros parques que eles podem até tomar banho. Sempre falam mais de Goiás e daqui pra baixo, até da Bahia que pode tomar banho. Talvez do sul de Minas pra lá. Só que quem gosta de caverna fala que aqui é um lugar muito bonito. E uns até mesmo por causa do acesso dentro do Peruaçu, se queixam muito porque é muito difícil. O roteiro é muito puxado e é quente. A maioria das pessoas fica bastante abatido e a região aqui também é seca, a umidade é baixa. A gente já tá acostumado e adaptado. Então acho que vai ser uma novidade de uns 2, 3 anos, depois que o pessoal já veio eu já vi relatando *‘Eu venho aqui, mas acredito que não vou vim mais não. Eu sei que é bonito, mas eu não venho mais não, posso até mandar vir aqui e indicar, mas eu voltar aqui eu não volto mais não’*. Em compensação tem gente que volta três, quatro, cinco vezes.
- P – Também acho que uns dois ou três anos bomba. Nós vamos ganhar dinheiro bastante, mas depois vai dar uma caída. Igual ele falou pra quem gosta de caverna é bom. E a maior preocupação nossa aqui não foi citado e eu vou citar: é o lixo. Isso que vai nos preocupar no futuro, porque se vier um grande fluxo de turismo é claro que vai produzir mais lixo e esse lixo vai mandar pra onde? Se a prefeitura já não faz a coleta. Aqui já não tem coleta! E a minha preocupação com o parque é mais isso aí do lixo no futuro. Vou colocar do ano passado que visitou aqui mais de mil...Mil e oitocentas pessoas e não tá aberto oficialmente. Agora vou colocar uma estimativa de mil e oitocentas pessoas e que cada um produz meio

quilo de lixo durante o ano, dá o que? Quase uma tonelada de lixo fora o que nós tamo produzindo aqui. Esse lixo deles a gente tá fazendo assim eles mesmo faz a coleta e eles mesmos carregam o lixo deles. O nosso que reciclável a gente passa pra uma pessoa daqui que faz a reciclagem, O lixo úmido a gente faz é queimar. É tudo separado. A minha preocupação no futuro isso aqui vai ser se crescer o fluxo de pessoas, já pensou mil pessoas por dia? Cada um produzindo meio quilo no ambiente, meia tonelada já foi embora. Vão colocar onde? Se a prefeitura não vem fazer a coleta. Nós vamos deixar no Fabião? Preserva lá dentro e fora? Não adianta né. A prefeitura se fizesse, se eu falar pra você metade do Fabião aqui tá praticamente no escuro, fomos lá cobrar na prefeitura, mandou trocar duas lâmpadas e nunca mais voltou. Quer dizer, nós tamo com a parte lá de cima da comunidade escura, aqui embaixo lâmpada queimada em vários lugar, não tem nada.

Entrevista com o guia Chico

E – O que você mais valoriza aí dentro quando você vai mostrar o parque?

C – Eu mostro com mais entusiasmo aqui é o brejal. O Janelão perde pra ele. Porque ele tem uma entrada quê quando você vai pegar a saída dele você vai mais ou menos uns 200 metro, a paisagem na saída dele, na saída não já no meio é bonito. Porque nas pintura eu nem me toco, Porque é muita mentirada que tem, é muita fantasia. “*Aqui tem 7 mil ano*”. Acharam um dinossauro aí, mas se você procura pelos guias nenhum deles sabe. E tá aí.

E – E que futuro você acha que vai ter o parque?

C – Nada, isso aí vai ser uma época só, quem veio não vai querer voltar, só se for pesquisador. Agora turista não volta porque aonde você vai e a água é a vida né, cadê? Não tem e se continuar desse jeito vai parar. Até um amigo meu sobre pousada falou “*Você não me inventa essas coisas não porque isso aí vai ficar igual Caparaó*”. O turista que vem quê curti uma cachoeira, não tem atração, aqui não tem queda d’água. Turista quer farrear, beber, distrair... Quantas vezes levei gente lá, turista, dois quer ir e os outros “*Não, tá bom, já vimos tudo*”. Eles enjoa de ver pinturas rupestres. Como a gente tá conversando aqui anima, mas num passeio que o condutor fica “*Gente não pode tá fazendo isso, não pode tá fazendo nada*” se você vai distraindo a pessoa, falando da

formação tal, da história tal, a pessoa viaja, mas se não tiver isso...

Agora o pesquisador é outra coisa, tem outra vontade. Quando tinha água podia até ser, mas agora com isso tudo de “*não pode, não pode*” não vem turista não.

Cada guia, no seu modo de ser, apresenta o parque buscando corresponder aos interesses de quem o visita. A comunicação das normas de visitação é importante para a maior parte dos entrevistados. O cuidado com a preservação é um princípio ético, tanto para o guia mais antigo quanto para a guia mais jovem e, inclusive, para os que já estão tendo a prática regular deste trabalho.

Em que se pesem os interesses de preservação/conservação, educação ambiental e desenvolvimento sustentável, na comunidade prevalece a incerteza dos tempos futuros e a nostalgia do que viveram sobre o Peruaçu.

De forma ambígua, a presença de um grande número de visitantes é desejada e temida. Tanto pelos impactos negativos que isso possa trazer, quanto pela desconfiança que dificilmente ocorra. A presença do turista, conforme já comentado, pressupõe serviços de recepção organizados, a comunidade teme não estar à altura de tais expectativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou compreender como os moradores do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu convivem com a perspectiva de mudança no momento em que iniciam a atividade de recepção turística na Unidade de Conservação – desde o ano de 2014 o parque está aberto à visitação. Isso foi possível através de conversas com os guias locais, pois eles fazem a ponte entre a população e o parque.

Os Parques Nacionais são, por princípio, partes de ecossistemas preservados. Tais áreas permitem a realização de atividades de lazer, turismo e repouso, como forma de amenizar as tensões vivenciadas nas grandes cidades. A educação ambiental e pesquisas científicas também são práticas que ocorrem nesses espaços.

Ao longo deste trabalho examinamos os sentidos atribuídos à natureza que justificam a criação desses territórios de preservação da biodiversidade. Observamos que prevalece a visão dicotômica entre meio ambiente natural e meio ambiente urbano, reforçando o imaginário de que há vícios nas cidades e virtudes nos campos. Mas, o campo não é imune às questões sociais. Para além da existência do parque nacional, entre os problemas vividos pela comunidade que colaborou com essa pesquisa, estão: a precária infraestrutura de saneamento, a falta de trabalho e a consequente migração em busca de sustento (o que afeta as dinâmicas familiares). O apelo pela natureza não contempla essas questões.

Pais de família em busca de emprego. Às vezes vai e fica um ano, acontece de quando sai o rapaz, o homem sai pra trabalhar, a mulher está gestante e quando chega a criança já nasceu, já tem dois, três meses de nascido. O jovem hoje tem saído mais do que os casais, porque o casal vai encontrar uma dificuldade de alojamento, de família, então os jovens eles têm mais facilidade. Antes não tinha nada disso. A comunidade aqui ela vivia daqui mesmo. Igual, por exemplo, saiu agora uma família recente agora, eles foram os cinco filhos e o pai veio a falecer, aí eles teve que voltar, chegou naquele momento assim... O funeral que teve, alguns deles chegaram... Assim... É emocionante, muito triste. Teve um bom tempo sem ter a presença dos pais e aí quando chega tem aquela esperança de ver e abraçar. Morador mesmo aqui vizinho está longe, assim fica uma família. Fica aquele transtorno aqui, a esposa e os filhos ficam sem assistência. Aí fica estranho porque os avós se tornam pais, tentam manter com a aposentadoria, o dinheiro dos avós que sustenta mais. Muda completamente. Isso aqui é geral. (relato do guia local Daniel, Fonte Diário de Campo, maio de 2016).

Ainda que seja prevista a participação da comunidade na gestão das unidades de conservação, a falta de diálogo com o órgão gestor do parque é a realidade relatada pelos moradores locais. Um dos funcionários do ICMBio, que gere a unidade de conservação, menciona em conversa informal que o parque não oferece - e nem oferecerá - oportunidades de trabalho para todos. As expectativas e necessidades locais criam demandas, para as quais a unidade de conservação não foi criada. Segundo o mesmo, há uma herança histórica de espera por benefícios sociais, desde a época da SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste) autarquia que abrange a região sertaneja.

Portanto, a condição de ser povo tradicional, em áreas tidas como de importância ecológica, se insere num jogo de políticas hierarquizadas que abarcam interesses locais e globais. Acrescenta-se a este cenário as restrições da legislação ambiental imposta, além da preocupação com o desenvolvimento trazido pelo turismo. O potencial turístico local atrai outros grupos de interesse, com conhecimentos técnicos que podem sobrepujar o protagonismo da população local.

Os pressupostos teóricos, as aproximações com o campo-tema e o foco na análise das práticas discursivas nos permitiram realizar este estudo *no cotidiano*. Trazendo o saber tradicional como possibilidade de entender os problemas sociais. Numa exposição dos conhecimentos tradicionais da comunidade, procuramos mostrar o parque vivenciado pelos nossos interlocutores, com o acréscimo das contribuições científicas.

O Parque Nacional Cavernas do Peruaçu que encontramos nos sites e comunicações institucionais difere do que foi vivenciado nas visitas, nos relatos dos moradores e, inclusive, nos roteiros visitados. Surpreendentemente, não há coleta de lixo no local que é destinado à preservação. No entanto, as atrações do lugar são promovidas por quem as mostram, os guias, que sabem muito mais do que aquilo que lhes é exigido.

Ser ex-morador ou ter tido familiares nas áreas do parque é um assunto delicado aos guias. Traz memórias e inquietações sobre o território ter sido preservado por tanto tempo sem as restrições atuais. Essa pesquisa permite dizer ser guia em alguns momentos é ser ‘morador temporário’, que cuida e que preza o lugar. Esperamos que surjam novas investigações que contemplem populações tradicionais em áreas protegidas, seus anseios e conhecimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAGAKI, Sérgio Seiji et.al. *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 12ª edição. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BECHARA, Erika. *Licenciamento e compensação ambiental na Lei do Sistema Nacional das Unidades de Conservação (SNUC)*. São Paulo: Atlas, 2009.
- BENSUSAN, Nurit. *Conservação da Biodiversidade Em Áreas Protegidas*. São Paulo: Ed FGV, 2006.
- BERQUE, Augustin. *El Pensamiento Paisajero*. Tradução de Maysi Veuthey Martínez, edição Javier Maderuelo. Madrid, Espanha: Biblioteca Nueva, 2009.
- BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. Resolução CFP n. 016 de 20 de dezembro de 2000. Dispõe sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<http://www.ensp.fiocruz.br/etica/docs/artigos/Cfp16-00.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2015.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 196, de 10 de outubro de 1996. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 out. 1996. Disponível em: <<http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/1996/Reso196.doc>>. Acesso em: 09 jan. 2015.
- BOLIM, Luis A. *Prodígios da Natureza: os grandes parques nacionais dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Lidador, 1965.
- CORIOLOANO, Luísa N. M. *O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza*.
- DIEGUES, Antônio Carlos Santana. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 3 ed., 1994.
- _____. *Preservação é diferente de conservação*. São Paulo, 2012. Entrevista concedida à Revista Fórum. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2012/02/08/preservacao_e_diferente_de_conservacao/>. Acesso em: 20 nov. 2016.
- FATHEUER, Thomas. *Nova Economia da Natureza - Uma introdução crítica*. Fundação Heinrich Böll Brasil. Rio de Janeiro. 2014.
- FRAYSE- PEREIRA, João A. *Arte, Dor – Inquietudes entre Estética e Psicanálise*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2006.

FUNATURA, Fundação Pró-Natureza. *Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu*. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/mosaicos/plano-dtbc.pdf>. Acesso em 28/05/2016.

GOETHE, Johann Wolfgang. *Os sofrimentos do jovem Werther*. Tradução, organização, prefácio, comentários e notas de Marcelo Backes - Porto Alegre: L&PM, 2009.

GÓMEZ-POMPA, Arturo; KAUS, Andrea. *Domesticando o Mito da Natureza Selvagem*, In: Diegues, A.C. (org.), *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: NUPAUB - Universidade de São Paulo, 1994, 2 ed., p. 126.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. *Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu*. 2005. Disponível em: <<http://www.ICMBio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/cerrado/unidades-de-conservacao-cerrado/2078-parna-cavernas-do-Peruaçu.html>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Distribuição percentual da população nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e a situação do domicílio - 1960/2010*. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=9&uf=00>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

ICMBio. *Diferença entre APA e APP não é clara para todos*. 05/2011. Disponível em: <<http://www.ICMBio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/889-diferenca-entre-apa-e-app-nao-e-clara-para-todos-diz-artigo>>. Acesso em: 05 fev. 2014

_____. *Cartilha de Regularização Fundiária*. 02/2009.

Disponível em:

<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/cartilha_de_regularizacao_fundiaria.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2014

IÑIGUEZ, Lupicínio. Nuevos debates, nuevas ideas y nuevas prácticas en la psicología social de la era post-construccionista. *Athenea Digital*, Barcelona,ES, n. 8, outono 2005, p.1-7. Disponível em <<http://www.raco.cat/index.php/Athenea/article/viewFile/39141/39003>>. Acesso em: 05 dez. 2014.

ISA, Instituto Socioambiental. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação completa 14 anos*. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-monitoramento/sistema-nacional-de-unidades-de-conservacao-completa-14-anos>>. Acesso em 05 de agosto de 2016.

JORNAL FAROL COMUNITÁRIO. Reportagem “Peruaçu traz esperança de dias melhores para Itacarambi”. Disponível em: http://www.farolcomunitario.com.br/mg_005_2372-peruacu-traz-esperanca-de-dias-melhores-para-itacarambi.php Acesso em 17/12/2015.

JUNQUEIRA, Mary Anne. *Ao Sul do Rio Grande. Imaginando a América Latina em Seleções. Wilderness, Oeste e Fronteira (1942-1970)*. Tese de Doutorado. Dpto. de História, FFLCH, USP, 1999.

MARCONDES, Sandra. *Brasil, amor à primeira vista!: viagem ambiental no Brasil do século XVI ao XXI*. São Paulo: Editora Peirópolis, 2005.

MENEGON, Vera S. M. Por que jogar conversa fora? Pesquisando no cotidiano. In: SPINK, Mary Jane (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000, p. 215-241.

MILARÉ, Édís. *Direito do Ambiente: doutrina, jurisprudência e glossário*. 3. ed. rev. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. *Desenvolvimento Territorial com Base Conservacionista (DTBC)*. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/mosaicos/portaria-grande-sertao.pdf>
Acesso em 17/06/2016

MUNGAI, Mariana França. *Mosaico de interesses, representações e conflitos: o parque Nacional Cavernas do Peruaçu - MG*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais - MG, 2008.

OLIVEIRA, Adélia A. S. *Turismo de massa e segregação psicossocial em uma comunidade litorânea no Nordeste brasileiro: uma análise a partir da experiência de resistência e submissão das crianças*. Tese de Doutorado apresentada à PUC/ SP, 2005.

PIRES, M.J. (2001). *Raízes do Turismo no Brasil*. 2 ed. São Paulo Editora Manole.

PERROT, Michelle. *Práticas da memória feminina*. Rev. Bras. de História. v. 9, n. 18, p. 9-18, ago./set. 1989. São Paulo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANUÁRIA. *Plano de Saneamento Básico do Município de Januária - MG*. Disponível em: <http://januaria.mg.gov.br/wp-content/uploads/2014/04/PMSB-2014-Vers%C3%A3o-Preliminar.pdf>. Acesso em 28/08/2016.

PLANO DE MANEJO. *Parna Cavernas Peruaçu*. 2005. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/parna_cavernas_peruacu_pm_enc1.pdf. Acesso em 21/0/2014.

Encarte 2. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/parna_cavernas_peruacu_pm_enc2.pdf. Acesso em 21/10/2004.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS. *Parque Nacional Cavernas do Peruaçu finalmente vai sair do papel*. Disponível em: <http://pr->

mg.jusbrasil.com.br/noticias/2439406/parque-nacional-cavernas-do-peruacu-finalmente-vai-sair-do-papel. Acesso em 04/04/2016.

RIBEIRO, Glaucus Vinicius Biasetto. *A origem histórica do conceito de Área de Preservação Permanente no Brasil*. Revista Thema. Pelotas, RS 2011, p.3.

RIBEIRO, Maria Auxiliadora Teixeira. *A perspectiva dialógica na compreensão de problemas sociais: o caso da pesca de curral em Ipioca – Maceió - AL*. Tese de Doutorado apresentada à Pontifícia Universidade Católica. PUC. SP, 2003.

SANTOS, Natália Brito dos; VILHENA, Cecília Fernandes de. *Repensar é preciso: a experiência do grupo de trabalho sobre criação, implantação e gestão das unidades de conservação estaduais de Minas Gerais*. p. 6. trabalho apresentado no VIII Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Curitiba. Setembro de 2015.

SERRÃO, Adriana Veríssimo. *Filosofia da Paisagem. Uma Antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.

_____. *Filosofia e Arquitetura da Paisagem. Um Manual*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012.

SILVA. Cássio Alexandre. *Parque Nacional Cavernas do Peruaçu/ PARNA – Januária – Itacarambi – MG – Comunidade do Janelão: as comunidades tradicionais e o impacto da criação da Unidade de Conservação em seu território*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros- MG, 2007.

SNUC. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.html. Acesso em 26/05/2016.

SPINK, Mary Jane. *Viver em áreas de risco: tensões entre gestão de desastres ambientais e os sentidos de risco no cotidiano*. Revista Ciência Saúde Coletiva. Vol.19 no.9. Rio de Janeiro set. 2014 São Paulo.

_____. *A ética na pesquisa social: da perspectiva prescritiva à interanimação dialógica*. Psico. v. 31, n. 1, p. 7-22, jan./jul. 2000. Faculdade de Psicologia da PUCRS, [s.l.].

_____. *Os métodos da pesquisa como linguagem social*. Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 9-21, 2003.

_____. *Linguagem e Produção de Sentidos no Cotidiano*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Disponível em: <http://www.bvce.org/LivrosBrasileirosDetalhes.asp?IdRegistro=136>>. Acesso: 8 dez. 2014.

_____. (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013. (edição virtual). Disponível em: <http://www.bvce.org/LivrosBrasileirosDetalhes.asp?IdRegistro=261>>. Acesso em: 8 dez. 2014.

_____.; GIMENES, Maria da Glória. *Práticas discursivas e produção de sentidos: Apontamentos metodológicos para a análise de discursos sobre saúde e a doença*. Revista Saúde e Sociedade. Vol.3 no.2 São Paulo 1994, p. 153.

_____; MENEGON, Vera Mincoff. *Práticas discursivas como estratégias de governamentalidade: a linguagem dos riscos em documentos de domínio público*. In: IÑIGUEZ, Lupicínio (Org.). *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, p. 258-311.

SPINK, Peter. *Análise de documentos de domínio público*. In: SPINK. (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. *Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista*. In: *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 18-42, jul./dez. 2003.

ANEXO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “O papel dos guias locais na construção de realidade(s) de um Parque Nacional”, realizada por Elisangela Santos de Miranda, aluna de mestrado do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo sob orientação da Profa. Dra. Mary Jane Spink.

O objetivo dessa pesquisa é compreender, por meio da observação participante e pesquisa qualitativa, as redes de relações entre conservação ambiental, turismo e população local presentes na implantação de um parque nacional.

Ao aceitar fazer parte desta pesquisa, você será convidado(a) a participar de uma entrevista que será gravada e depois transcrita pela pesquisadora e será utilizada apenas com fins relacionados à presente pesquisa. Sua identidade será mantida em sigilo, sobretudo na divulgação ou publicação dos resultados.

Sua participação nessa pesquisa é voluntária e você poderá desistir de participar a qualquer momento, sem que isso lhe traga qualquer prejuízo.

Não existe nenhum risco significativo em participar deste estudo. Contudo, algumas questões podem lhe trazer certo desconforto ou incomodo em virtude dos temas a serem abordados. Caso haja necessidade, você poderá entrar em contato com os/as pesquisadores/as.

Dados da Pesquisadora

Nome: **Elisangela Santos de Miranda**

Assinatura _____

Local e data

Endereço para contato

Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Tel. (11) 3670-8520

E-mail: pssocial@pucsp.br